

DELOTIDE CRISTINA FLORES SORATTO

**PODERES LOCAIS E A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE
TUBARÃO – (1940 – 1960)**

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2002.

DELOTIDE CRISTINA FLORES SORATTO

**PODERES LOCAIS E A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE
TUBARÃO – (1940 – 1960)**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História, como requisito à
obtenção do título de Mestre em História.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**Prof.(a) Eunice Sueli Nodari
Orientadora**

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2002.

**“PODERES LOCAIS E A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE
TUBARÃO (1940-1960)”**

DELOTIDE CRISTINA FLORES SORATTO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

BANCA EXAMINADORA



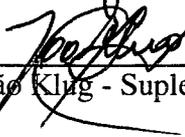
Prof^ª. Dr^ª. Eunice Sueli Nodari - Orientadora (HST/UFSC)



Prof^ª. Dr^ª. Maria Bernardete Ramos (HST/UFSC)



Prof. Dr. Artur Cesar Isaia (HST/UFSC)



Prof. Dr. João Klug - Suplente (HST/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, 19 DE JUNHO DE 2002.

RESUMO

A implantação da Diocese de Tubarão foi fruto da reivindicação de um segmento da sociedade tubaronense, sendo efetivamente instalada em dezembro de 1954. O Município de Tubarão, nas décadas de 40 e 50, reunia, no entender dessa elite, todas as qualidades necessárias, satisfazendo, portanto, as exigências da Santa Sé. Ocorre, porém, que Tubarão não foi o único município sulino a reivindicar a sede do bispado. Criciúma, que concorreu com Tubarão, também preenchia os requisitos exigidos pela Santa Sé. Entretanto, a escolha recaiu sobre Tubarão. Nosso estudo preocupou-se em apresentar algumas das possíveis justificativas para a cidade de Criciúma ter sido preterida pelo Vaticano, tais como: as lideranças tubaronenses que apresentaram melhor argumentação; a significativa presença da Maçonaria em Criciúma, composta por sua elite, contrapondo-se à elite de Tubarão basicamente católica; a presença de elementos de orientação comunista, atuando junto aos operários do carvão, os mineiros, protagonizando greves que marcaram a história do município. Após a instalação da Diocese, observamos significativas mudanças de normas de condutas na população de Tubarão, bem como alterações no seu espaço, coincidindo com a chegada do primeiro bispo à cidade, agora, sede da Diocese sulina.

Palavras-chave: Diocese, Diocese – Tubarão - História

ABSTRACT

The implementation of the Diocese in Tubarão was made possible because of the revindication of a segment of the local society. It was effectively installed in December 1954. The District of Tubarão, in the 40s and 50s, had, in the understanding of the local influential people, all the necessary qualities required by the Holy See. However, Tubarão was not the only district in the south to revindicate the headquarters of the bishophic. Criciúma, thet competed with Tubarão, also had all the qualification demanded by the Holy See. But the choice was Tubarão. Our study presents some possible reasons why the town of Criciúma was deferred by the Vatican, such as: the leadership of Tubarão presented a better argumentation; the important presence of masons coming from the most influencial people of the city, in opposition to those of Tubarão basically catholics; the presence of elements of communist orientation, by the miners, organizing strikes that marked the history of the district. After the installation of the Diocese, there were significant changes in the behavior of the people of Tubarão, also space alteration, coinciding with the arrival of the first bishop in town, now, the headquarters of the southern Diocese.

Key words: Diocese, Diocese – Tubarão - History

DEDICO ESTE MEU TRABALHO AOS MEUS FILHOS,
MONALIZA, BRUNO, E RÔMULO, RAZÃO MAIOR
DESSA CONQUISTA;

A MEU ESPOSO GERALDO, BALUARTE EM TODA
A CAMINHADA;

AOS MEUS PAIS, JOSÉ E LULINA, QUE COM SUAS
SIMPLES PRESENÇAS, PREENCHEM TODOS OS
ESPAÇOS DA MINHA EXISTÊNCIA;

AOS MEUS IRMÃOS, AMIGOS E COMPANHEIROS
DE JORNADA;

AOS AMIGOS DE FÉ, SALETE, OZÓRIO, SÔNIA,
TÂNIA, MARILZA E CÁSSIA.

AGRADECIMENTOS

A JESUS CRISTO, CUJO OMBRO AMIGO SERVIU DE AMPARO NOS CONSTANTES TROPEÇOS DO CAMINHO.

A MINHA ORIENTADORA, PROFESSORA DRA EUNICE SUELI NODARI, CUJA ESTRELA DE BRILHO ESPLENDOROSO, NÃO OFUSCA O BRILHO DAS DEMAIS.

AO PROFESSOR CLÁUDIO DAMACENO PAZ AMIGO, CUJA SAPIÊNCIA, ALIADA AO DESPREENDIMENTO, FORAM DECISIVOS PARA A EFETIVAÇÃO DESTE TRABALHO.

A PROFESSORA DRA MARIA BERNADETE RAMOS: “QUANDO CRESCER, QUERO SER IGUAL A VOCÊ”.

AO COORDENADOR DO CURSO, PROFESSOR DR. ARTUR CESAR ISAIA; AO PROFESSOR DR. WALBERTO DIRKSEN, POR ACREDITAR NA CAPACIDADE ALHEIA.

HOMENAGEM PÓSTUMA:

AO PADRE CLAUDINO BIFF, APÓSTOLO DO BEM. DE CERTA FORMA, ESTE TRABALHO RENDE-LHE MEU TRIBUTU.

AO MEU IRMÃO, SALÉZIO: EM CADA CONQUISTA, UMA LEMBRANÇA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 PODERES LOCAIS E A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE TUBARÃO – (1940 – 1960).....	14
1.1 Breve histórico das origens de Tubarão.....	14
1.2 Uma nova era para Tubarão.....	20
1.3 As questões internas da igreja católica.....	27
1.4 As elites estaduais e sua articulação para criar a Diocese de Tubarão.....	34
2 A CONCORRÊNCIA ENTRE OS MUNICÍPIOS: O CASO DE CRICIÚMA.....	39
2.1 Panorama de Criciúma – 1940-1950.....	39
2.2 Movimentos sociais: a greve dos mineiros.....	47
2.3 A presença e atuação da maçonaria e comunistas em Criciúma.....	55
2.4 As tramas.....	61
2.5 As investidas.....	64
3 A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE E A REMODELAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DAS CONDUTAS PÚBLICAS EM TUBARÃO.....	74
3.1 A questão do espaço.....	

3.2 A participação da elite local e o efetivo fechamento das casas noturnas.....	83
3.3 A transformação enquanto estratégia e exercício de dominação sobre o conjunto do território.....	93
CONCLUSÃO.....	99
REFERÊNCIAS	101

INTRODUÇÃO

No início do terceiro quartel do século XX, uma comunidade no Sul do Estado de Santa Catarina, mobilizou-se para instalação de uma Diocese. Todas as exigências da Santa Sé foram equacionadas, no sentido de assegurar a concretização do pleito.

Por que a elite política, econômica, cultural e religiosa da região de Tubarão se empenhou para sediar o bispado? Que condições estabelecidas pelo Vaticano Tubarão procurou atender? Tubarão foi o único município da Região Sul de Santa Catarina a reivindicar a Diocese? Como o movimento para tal finalidade se processou em Criciúma que, na época, dividia com Tubarão a liderança política e econômica no Sul de Santa Catarina?

Pretendemos, neste trabalho, colocar em evidência as posições antagônicas, relatos dos que vivenciaram cada episódio referente às estratégias desenvolvidas pelos municípios requerentes e que compuseram um intrincado jogo de interesses e vaidades que corporificaram o projeto de instalação da Diocese.

No desenvolver do trabalho, constatamos que havia uma intrincada política para a implantação da sede do bispado. Tal constatação nos suscitaram questionamentos, tais como:

quais eram os interesses envolvidos?

quais os bens que estavam sendo disputados?

O efetivo povoamento de Tubarão deu-se no ano de 1774, quando foram concedidas Sesmarias a alguns militares requerentes, provenientes de Desterro. A motivação das solicitações deveu-se ao aproveitamento das margens do Rio Tubarão, em decorrência da abertura de um caminho que ligava Lages a Laguna e que servia como escoadouro dos principais produtos serranos até o porto de Laguna. As terras da região, não propícias à agricultura, devido aos alagadiços, eram distribuídas em pequenas faixas, sendo, na fase da imigração transformadas em colônias. No ano de 1890, a Vila do Tubarão, foi elevada à categoria de cidade. Neste período, o município compreendia uma área de 8.225 km. Em 1906, com a transferência dos escritórios e oficinas da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina para Tubarão, observa-se um considerável desenvolvimento na Região Sul. Este fato, porém,

teria também influenciado na formação da mentalidade voltada para o funcionalismo público estatal, sendo os resquícios do espírito do empreguismo, ainda hoje, observado no município.

Em 1950, a população de Tubarão alcançava 55.400 habitantes. O aumento da população se deveu principalmente à instalação do Lavador do Capivari, no início da década de 40. Essa empresa, que integrava o complexo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, vai propiciar à região um grande impulso desenvolvimentista atraindo trabalhadores e pequenos investimentos¹.

A solicitação para a instalação da Diocese foi produto da ação de influentes personalidades municipais que compunham a elite de Tubarão e consideravam que o município preenchia os requisitos definidos pela cúpula da Igreja Católica, em detrimento do outro município postulante. Quanto a esta questão, gostaríamos de colocar a importância que assumiram, para nossa pesquisa, os trabalhos do historiador Zumblick,² que nos sinalizou para a questão da disputa regional entre Tubarão e Criciúma pela sede da Diocese, bem como os do historiador Vettoretti³ que nos forneceu elementos para inferir que a disputa pela Diocese também se deu e, principalmente, no campo de forças simbólicas; depoimentos e obra do Padre Biff⁴, que nos deram a certeza de que a contribuição deste trabalho poderia se materializar num estudo mais detalhado das reais motivações que acirraram a disputa entre Tubarão e Criciúma para sediar a Diocese. Através destes, pudemos vislumbrar de forma mais crítica e aprofundada questões que merecem outras leituras. Também de suma importância assumiu para nós, o trabalho de Zacharias⁵, que demonstrou o cenário de Criciúma, na década de 50, quando este município também pleiteia a sede da Diocese sulina.

Os depoimentos nos forneceram os elementos necessários para corporificar uma resposta mais ampla sobre os desdobramentos da contenda. A partir desta pista, fomos buscar em Bourdieu⁶ a sustentação teórico-metodológica como embasamento para muitas das reflexões desenvolvidas. Este autor nos auxiliou, quando vislumbramos a importância que assumira o discurso de Tubarão em torno do merecimento pela sede da diocese.

O projeto Diocese, que foi divulgado e anunciado pela elite tubaronense, cristalizou-se na mente daquela comunidade. Quando confiou seus anseios e suas expectativas à Comissão

¹ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992.

² ZUMBlick, Walter. **Este meu Tubarão...!** Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992.

³ Ibidem.

⁴ BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997.

⁵ ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2ª ed. Criciúma: Líder, 1999.

⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: USP, 1998.

Pró-Bispado, deu a ela autorização e legitimidade para representá-los. De acordo com Bourdieu, a eficácia do discurso enunciado reside no próprio ato daqueles que o enunciam. “Mas o efeito de conhecimento exercido pelo fato da objetivação do discurso não depende apenas do reconhecimento concedido àquele que o detém”.⁷

Assim, compreendemos que as condições preenchidas pelo enunciado do discurso Pró-Diocese estaria vulnerável, ou até mesmo condenado ao fracasso, se aqueles que o proferiam não tivessem autoridade para emití-lo. Sendo assim, foi estabelecida uma relação entre as propriedades do discurso, e as propriedades daqueles que o pronunciaram.⁸

Igual importância teve para nós o trabalho de Bronislaw Baczco⁹ quando abordamos a questão do imaginário que povoou a mente da comunidade tubaronense com relação à idéia de merecimento bem como, à produção do discurso de desmerecimento, usado por Tubarão contra o município de Criciúma, ali visto, como rival. Observando que uma comunidade torna-se mais agressiva quando é ameaçada externamente.

O uso de categorias teóricas também deriva da necessidade que se apresenta durante a escolha e utilização das fontes. Em alguns momentos, as próprias fontes consultadas nos apontaram outras, suscitando novos questionamentos, desviando-nos, necessariamente, do processo inicial, sem, no entanto, perder de vista o objetivo aqui proposto.

Parte de nosso trabalho utiliza a História Oral como método para a produção de novas fontes. Através desta, encontramos depoimentos os mais diversos. Segundo Aspásia Camargo, “o testemunho oral significa a recuperação do vivido, transmitido por quem viveu, sendo então, quase impossível ignorar o elemento memória, ou seja, a atribuição de significados que o depoente acrescenta à sua experiência social”¹⁰.

Dentre as diversas fontes utilizadas, destacam-se, também, as notícias de jornais, mais especificamente aqueles do período aqui trabalhado. Utilizamos, ainda, relatórios oficiais, censos, processos criminais e bibliografias referentes à História Regional, e do Estado de Santa Catarina.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: USP, 1998. P. 121.

⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: USP, 1998.

⁹ BACZCO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: **Enciclopédia Einaud**. Lisboa: **Imprensa Nacional**, 1984. V. 1.

¹⁰ CAMARGO, Aspásia Alcantâra. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. In: Fausto, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1983. P. 19-24.

A História da Igreja, que vem se tornando um amplo e importante campo de pesquisas, busca a reconstituição do passado da sociedade eclesiástica, sua evolução e características que a marcaram nas diferentes épocas. Augustin Wernet,¹¹ entende a História eclesiástica como a uma disciplina histórica e não teológica. E dentro dessa perspectiva, a Igreja é estudada, através de suas manifestações de vida, o pensamento e a organização referentes ao Cristianismo.¹²

À História Eclesiástica, cabe estudar e apresentar a essência da Igreja, situando-a no tempo e no espaço, sempre levando em consideração as sucessivas imagens e compreensões que a Igreja faz de si mesma. Ou seja, estudar da Igreja, enquanto instituição, a linguagem do seu auto-estudo e também seus modos de pensar.

No Brasil, a Igreja atravessou as últimas décadas do período colonial e o Primeiro Império com perfil liberal e nacionalista. A tendência “ultramontana,” até então minoritária, começa a adquirir força na metade do século com D. Viçoso, Bispo de Mariana – São Paulo, e outros, desencadeando o movimento dos bispos reformadores.

Parte da estratégia restauradora da Igreja consistia em recrutar religiosos europeus, para a direção de seminários diocesanos e obtenção de um novo perfil de formação para o clero.

Por volta de 1870, a “questão religiosa” veio a fornecer o clima propício para uma articulação dos bispos com o papado restaurador de Leão XIII. As antigas ordens religiosas passam por amplas reformas, dentro do mesmo espírito de buscas de maior rigor intelectual, mais disciplina doutrinária com Roma.

Em Roma, o Papa Leão XIII adota uma política de restauração da Igreja pelo centro. Fazendo algumas concessões doutrinárias ao modernismo, reforçando ao mesmo tempo o poder hierárquico episcopal. Podemos então dizer que nessa conjuntura global, a implantação de dioceses fazia parte de uma articulação voltada para a política de estratégias reformadoras de Roma, bem como a atuação das Ordens Religiosas.

Em 1922, ano da comemoração do centenário da Independência, as oligarquias rurais insatisfeitas exerciam pressão política, ao mesmo tempo em que, nos ambientes urbanos, ocorriam as primeiras greves operárias. De acordo com Alípio Casali¹³ a Igreja parece ter percebido os espaços vazios nesses conflitos, e busca introduzir seus projetos nesses espaços.

¹¹ WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XX*. São Paulo: Ática, 1987. P. 103.

¹³ CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e restauração da igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 47

Concentrando-se na busca de soluções diretas com o governo, concentrou forças na disputa pela hegemonia a nível da sociedade civil.¹⁴

Com relação às práticas dos bispos em Santa Catarina, também afinados com a proposta de Romanização, Serpa observa que durante a Primeira República, os bispos atuavam à frente de suas dioceses, trazendo entre suas preocupações o resgate e o aumento do patrimônio, construção de escolas e as visitas pastorais. “[...] procuravam em suas visitas pastorais manter contato direto com as elites dirigentes ou representantes destas, que por sua vez sentiam-se honradas”.¹⁵

A criação de novas dioceses encontra-se relacionada a uma série de fatores, ente eles: uma eficiente política diplomática junto ao Vaticano; uma justificativa; a garantia à Santa Sé dos recursos por esta exigidos, e também em alguns casos, uma boa ação entre amigos. A criação de uma diocese, representa dessa forma, o resultado de uma negociação política entre Igreja Local e o Vaticano. Mas, pode representar também, o desejo da Igreja de um controle maior e uma orientação espiritual mais coordenada e segura, obedecendo às diretrizes traçadas pela Cúria Romana. De acordo com D. Paulo, Bispo da Diocese de Criciúma, na criação de uma nova Diocese, leva-se em conta as necessidades pastorais e a necessidade de desmembrar o território se já é demasiado extenso para ser administrado por um bispo apenas.

Nesse contexto, a nomeação de bispos é feita, obedecendo a rígidos critérios do Vaticano, visando assegurar de uma certa forma, unificação e afinidade do discurso romanizado sintonizado com o Papa. O bispo, deveria ser um porta-voz desse discurso. Dessa forma, para ser alçado ao posto de bispo o clérigo precisa reunir qualificações, sendo imprescindível estar em consonância harmoniosa com a hierarquia clerical.

O Núncio Apostólico, nesse caso, exerce papel de mediador. E no caso da nomeação do Bispo da nova Diocese de Tubarão, o Núncio Carlo Chiarelli, exerceu importante papel, uma vez que, graças à longa amizade que o unia a Monsenhor Bernardo Peters (apontado como o mentor intelectual do projeto Diocese), pode não apenas mediar, mas também intervir junto ao Vaticano, para que a escolha recaísse sobre Tubarão.

Este trabalho parte da história da implantação da Diocese em Tubarão, direcionando-se para a análise dos múltiplos interesses e os jogos de forças que levaram à efetiva instalação do novo bispado, ou ainda, dentro desta perspectiva, analisar-se-ão as razões que levaram Tubarão a reivindicar a sede da Diocese que seria instalada na Região Sul de Santa Catarina; e finalmente, perceber quais as transformações mais visíveis que se fizeram sentir em Tubarão,

¹⁴ CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995. P. 47

¹⁵ SERPA, Élio Cantalicio. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. p 97.

imediatamente à chegada do primeiro bispo à cidade, agora sede da Diocese sulina. Partindo da premissa de que as publicações e relatos relacionados ao tema, até então, constituem-se de crônicas e compêndios da Diocese, contadas por religiosos sem, no entanto, mencionar as disputas, os jogos de forças, e os interesses envolvidos no processo da criação da Diocese, fomos buscar e encontramos o fato em uma breve referência nos escritos sobre a história do município.

O presente trabalho viria, então, problematizar as referências citadas, o que, de certa forma, o tornaria singular. Faltam, enfim, trabalhos que contribuam na direção de se perceber como se deu o processo de viabilização da instalação da Diocese em Tubarão. No espaço deste trabalho, onde várias categorias, situações e personagens são envolvidos, não seria possível esgotar o assunto devido à complexidade e amplitude do tema.

O período estudado situa-se entre os anos de 1940 e 1960, visando nessa escolha contemplar os aspectos e condições justificadas como necessários para Tubarão receber uma Diocese, bem como, o período imediato à chegada e atuação do primeiro bispo à cidade. Necessário se faz também a justificativa de um outro recorte espacial, no período compreendido entre os anos de 1940 a 1955, desta vez, porém, abrangendo estudos sobre o Município de Criciúma, haja vista que no desenvolver do trabalho, abordamos a questão da disputa pela Diocese, da qual Criciúma também participou.

O Município de Criciúma situa-se no extremo Sul do Estado de Santa Catarina. Sua extensão territorial, em 1940, abrangia 10.000 km, sua população era de aproximadamente 60.000 habitantes. Nas extremidades do seu perímetro urbano, encontravam-se localizadas as vilas operárias das duas principais Companhias Carboníferas instaladas na cidade: Companhia Carbonífera Próspera e Companhia Carbonífera Brasileira. Nessa década, e nas que se seguiram, o município era considerado o centro de exploração do carvão solo.

A agricultura também ocupou papel de destaque neste período. As primeiras fábricas de iniciativa privada partiram dos próprios agricultores, imigrantes italianos que encontraram, ali, as condições necessárias para o desenvolvimento de uma agricultura que daria início a muitas das indústrias hoje instaladas em Criciúma, graças aos investimentos provenientes do setor agrícola. Entretanto, foi do seu solo, rico em minerais, que o município encontrou além do carvão, outra importante fonte de reservas, os revestimentos cerâmicos, que tornaria a cidade conhecida em escala nacional como 'a cidade do carvão e do azulejo'. Criciúma era, portanto, na época em que disputou a Diocese com Tubarão, uma cidade de mineradores, ceramistas e de operários.

Para uma melhor compreensão o trabalho está organizado em três capítulos:

No primeiro capítulo, abordamos as condições materiais e humanas de Tubarão para a implantação da Diocese, bem como a presença de um cenário montado pela elite local, que atuou de forma decisiva para que o projeto da instalação da Diocese se tornasse viável.

O segundo, está voltado para a abordagem dos fatos relacionados à concorrência entre os municípios, no qual apresentaremos também as razões de Criciúma para reivindicar a instalação da Diocese no seu território. Abordaremos ainda, o confronto entre as elites locais (Tubarão e Criciúma) na construção de um cenário adequado às expectativas da Santa Sé. Ainda, neste capítulo, buscaremos evidenciar os fatores apontados como responsáveis para que a escolha da Santa Sé recaísse sobre o Município de Tubarão, e as reações que tal decisão provocou na população do município de Criciúma. a instalação da Diocese. Ainda, neste capítulo, tentaremos encontrar respostas para questionamentos tais como: os fatores apontados como responsáveis para que a escolha da Santa Sé não recaísse sobre o Município de Criciúma e as reações que a decisão teria provocado na população deste município.

No terceiro capítulo, trabalhamos a remodelação das normas de condutas imprimidas no espaço urbano tubaronense, no período imediato à chegada do primeiro bispo, e sua intervenção, direta ou indireta, no patrocínio de medidas saneadoras, visando a defender a moral pública média, como, por exemplo, o fechamento das denominadas 'zonas de meretrício.' Buscamos ainda, apresentar os aspectos das principais modificações percebidas em Tubarão, após a implantação da Diocese, os principais veículos dessas mudanças, e quais efeitos ganharam maior visibilidade.

1 A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE TUBARÃO

1.1 Breve histórico das origens de Tubarão

A cidade de Tubarão tem a sua história baseada no rio que lhe dá o nome: Rio Tubarão. “[...] dele tomaram, ainda, o nome do rio e da cidade do Sul do Estado”¹⁶. Seu curso principal e seus afluentes, foram as artérias por onde circularam os homens e as riquezas por eles produzidas.

Em 1605, chegaram a Laguna, a serviço da catequese, alguns padres jesuítas que visitaram o aldeamento dos índios da região de Imbituba, Laguna, e Araranguá e, ali, permaneceram por 2 anos. De acordo com Boiteux, o cacique da tribo da região de Laguna, Tub-Nharô, recebeu os missionários com desdém e ironia,

De passagem, entraram os citados padres nas terras e um grande principal chamado Tub-Nharô [...] Este, apesar de ter recebido dos Jesuítas uma bateria para se converter, endurecido acudiu: O batismo era para crianças, que Deus não o criara para o céu, mas para morar na terra, em testemunho da qual verdade o pusera nesta e não naquela.¹⁷

O topônimo Tubarão, também de acordo com Vettoretti¹⁸ provém do cacique Tub-Nharô. Salientando que, para os índios carijós, a pronúncia Tub-Nharô, estaria no seu linguajar fluente, mas para o europeu, torna-se difícil o reajuste vocal, daí resultando a adaptação para Tubarão. Vettoretti, citando Zumblick:

¹⁶ BOITEUX, Lucas A. **A História de Santa Catarina**. São Paulo: Melhoramentos, 1930. p. 74.

¹⁷ *Ibid.* p. 74.

¹⁸ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. p. 16.

Às favas, teria sido dito, denominação difícil de guardar e que pela ligeira semelhança de pronúncia, que oferece TUB-NHARÔ, tão propícia ao esquecimento, ao engano, vire pura e simplesmente, em Tubarão, que é bem mais comum e sempre fácil de recordação.¹⁹

Após 97 anos da fundação de Laguna (1676), deu-se início ao efetivo povoamento de Tubarão. Os lagunenses haviam avançado para o Sul, conquistando os pampas gaúchos, onde havia pastagens naturais e gado em estado selvagem, que se procriou desde que foi introduzido pelos missionários Jesuítas espanhóis.

A forte motivação, para o aproveitamento das margens do Rio Tubarão, surgiu em decorrência da abertura do caminho, ligando Lages a Laguna, em 1773. Este empreendimento moveu o Capitão João da Costa Moreira e o Sargento Major Jacinto Jaques Nicos, residentes em Desterro, requererem sesmarias no local estratégico, onde findava a via terrestre para prosseguir de barco até Laguna. Em 5 de agosto de 1774, data marco do início do povoamento de Tubarão, foram concedidas as sesmarias de 750 braças ao quadrado aos militares requerentes.

A estrada de Lages a Laguna, um picadão, findava no Poço Grande do Rio Tubarão. Deste porto, completava-se a rota, navegando o Rio Tubarão para atingir Laguna. Este caminho escoava os principais produtos serranos. O atracadouro, nas palavras de Vettoretti também conhecido por Paragem de São João, ou Paragem do Poço Grande, localizava-se sobre a sesmaria do capitão Moreira. A 7 de maio de 1836, o distrito de Poço Grande foi elevado à categoria de Freguesia, com a denominação de *Freguesia Nossa Senhora de Piedade do Rio Tubarão*. A Freguesia foi emancipada do Município de Laguna, criando o Município *do Tubarão*, em 1871, sendo que a comarca de Tubarão foi criada em 1875. No ano de 1890, a Vila foi elevada à categoria de cidade. Neste período, a área territorial do município era de 8.225 km. Com a criação do município, a Vila do Tubarão adquiriu condições de realizar as eleições em todos os níveis.

De acordo com Vettoretti, “a Constituição Estadual de 1891 criou o cargo eletivo de Superintendente, o chefe do Poder Executivo Municipal. A Câmara de Vereadores, passou a

¹⁹ ZUMBLICK, 1992 apud VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. p. 16

exercer as funções específicas do Poder Legislativo”²⁰. A Constituição Estadual de 1928, por outro lado, substituiu o título de Superintendente para Prefeito. Durante a República Velha, foram eleitos somente três superintendentes.

Com relação aos dados econômicos das origens de Tubarão, observamos que não houve, na Região Sul do Estado, um sistema de grandes plantações de monocultura, de produção voltada para o exterior, em grandes propriedades com elevado número de escravos, a exemplo do que aconteceu no Nordeste e Sudeste do Brasil.

Para Vettoretti,

a região estava distanciada dos centros, onde se concentrou a maior parte da população, e dos investimentos, estando, por isso, à margem dos grandes interesses do governo português. Além do mais, estas terras não eram propícias para se desenvolver uma agricultura integrada aos ciclos econômicos e que atendia a demanda do mercado externo, como a cana-de-açúcar, algodão, anis, café, etc [...].²¹

Este teria sido um dos motivos por que se demorou aproximadamente dois séculos, para se iniciar a efetiva colonização de Tubarão.

Nesta zona, as terras distribuídas aos açorianos eram pequenas faixas, dando origem ao minifúndio na região, por volta de 1750. As terras que pertenciam ao governo foram, na fase da imigração, transformadas em colônias, cujos lotes mediam em torno de trinta hectares, os quais foram vendidos aos imigrantes no último quartel do século XIX. O sistema de exploração agrícola, na região, era quase que semelhante ao que ocorria no Sudeste e Nordeste: a produção baseada no trabalho do arrendatário e dos escravos. O proprietário não participava diretamente nas atividades do campo: envolvia-se com outros afazeres, distantes dos trabalhos manuais, por eles considerados inferiores. Sentiam-se segundo Vettoretti, “como parte de uma casta superior. Dedicavam-se à política, ao comércio, ou simplesmente à ociosidade”²².

Ainda em concordância com aquele historiador, os açorianos que imigraram para a região não desenvolveram uma agricultura satisfatória. Isso se deve, primeiramente, à

²⁰ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão**: das origens ao século XX Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. P. 23.

²¹ *Ibid.* p. 23.

²² *Ibidem.* P. 22.

formação cultural de um povo ilhéu e, segundo, porque eram habituados ao plantio, próprio para terrenos de formação vulcânica.

Migrantes, forçados, estes ilhéus eram destituídos do espírito arrojado dos pioneiros, por isso não avançaram para o interior. Sem receberem o apoio prometido, sem incentivos, limitaram-se a uma agricultura de subsistência. Dedicaram-se mais à pesca, que era abundante e em cuja atividade aplicavam a técnica adquirida por experiência nas suas ilhas²³.

Aponta-se que, devido às suas origens, a convivência e a familiaridade com o mar, os açorianos eram atraídos por povoar as margens dos rios e das lagoas, que formavam as únicas vias de comunicação, além do oceano. Este foi um dos motivos da tímida expansão para o interior no Sul do Estado.

Cita-se, também, que, por volta de 1750, houve uma tentativa de plantio de cânhamo e linho às margens do Tubarão, sem especificação do local, mas constatou-se que foi abandonada a seguir.

O governo provincial enviou, neste período, à Câmara de Vereadores de Tubarão, sementes e mudas de cana-de-açúcar, para serem distribuídas entre os colonos, com o fim de renovarem as suas plantações. Contudo, não se perceberam mudanças progressivas, apesar do incentivo. Vettoretti, entende que, “não se podia esperar melhoras se quem produzia era explorado de todas as formas pelo proprietário que não investia em equipamentos e outros incentivos”²⁴.

A partir de 1908, algumas mudanças se processaram no quadro, como demonstra o *Jornal O Dia*, citado por Vettoretti:

O Senhor Júlio Boppré, no município de Tubarão, desenvolve uma propriedade agrícola que bem pode servir de modelo para os nossos lavradores. É uma das poucas fazendas do Estado em que se encontram os mais modernos e aperfeiçoados instrumentos agrícolas [...]”²⁵.

²³ VETTORETTI, Amadio. *História de Tubarão: das origens ao século XX*: Prefeitura Municipal, 1992. p. 23.

²⁴ *Ibidem*. P. 22.

²⁵ *Ibidem*. p. 24.

Diz ainda a nota que o citado agricultor aperfeiçoou a pecuária, introduzindo vacas gersey e holandesas. Enfim, modernizou a agricultura. Constatou-se também que a produção agrícola, abundante em terras muito férteis, sem cuidados, extinguiu-se com o decorrer do tempo. Vettoretti defende que, “desde os primórdios da colonização do Brasil, os proprietários de terra se habituaram a explorar suas propriedades, baseados na força do trabalho escravo e na classe intermediária, arrendatários que estavam à margem do aproveitamento das riquezas”²⁶.

A propriedade individual, como se sabe, foi desencorajada e depois proibida pelo Governo português. A repressão sobre as atividades manufatureiras no Brasil teria despreparado gerações após gerações, para desenvolver o setor de transporte. No entanto, a esta repressão juntou-se uma causa ainda mais profunda, que influiu e foi decisiva para o despreparo e inércia no setor fabril: “foi o tradicional espírito lusitano-cruzadista e imediatista para angariar riquezas através da exploração mercantilista”²⁷.

Respeitadas as devidas proporções, Vettoretti sublinha que este procedimento estendia-se em âmbito nacional e, portanto, a Laguna e depois a Tubarão, que foi seu prolongamento, não fugindo, pois, à regra.

Alguns pequenos negociantes, identificados com o espírito dos abastados armadores-comerciais de Laguna, foram se transferindo para Tubarão de onde intermediavam a produção e fornecimento dos produtos vindos do interior, onde eram cultivados em posições privilegiadas. Foram, assim, transmitindo a mentalidade despida de espírito empreendedor na área fabril.

Vettoretti diz que a herança do entrave oficial no desenvolvimento das manufaturas do Brasil Colônia não permitiu o aprendizado das técnicas fabris, acentuando a indolência mercantil, cuja essência irá permanecer até o 1º quartel do século XX. Neste período, o comércio de Tubarão estava subordinado a Laguna, cidade portuária, comandada por comerciantes armadores. Observa ainda Vettoretti que “aquela cidade, a qual enriquecera através do comércio e bem a estilo de Portugal, estava distante de investir no setor de transformação. Impregnada das características da nobreza provinciana, deslumbrou-se com o

²⁶ VETTORETTI, Amádio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. P.23.

²⁷ *Ibidem*.

luxo das altas rodas sociais, reflexos que imitavam a corte²⁸. Observa, ainda, o autor que os resquícios deste espírito “altaneiro”, que se autotransfere para um estrato social diferenciado, foi repassado para Tubarão. Demonstra essa afirmativa, quando constata que as primitivas indústrias da região foram os engenhos de farinha-de-mandioca, de cana-de-açúcar e o alambique, movidos por animais ou pela força braçal. Com os imigrantes italianos e alemães, desenvolve-se a criação de suínos, cujo produto básico era a banha. Destaca-se que a primeira fábrica deste produto foi montada em Pedras Grandes, no ano de 1885, uma cooperativa, dirigida pelo Senhor Sílvio Zanetta. As pequenas fábricas de banha aumentaram nos distritos e localidades do então vasto Município de Tubarão. Foi nos distritos e povoados que se instalaram as fábricas, serrarias, engenhos e outras formas de transformação.

Em 1906, Tubarão recebeu um expressivo reforço com a transferência dos escritórios e oficinas da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina de Imbituba para o Bairro de Oficinas, tendo suas atividades aumentadas com a construção dos ramais de Urussanga, Criciúma e Araranguá. Vettoretti também observa que, curiosamente, a E.F.D.T.C. foi um formidável agente de desenvolvimento da Região Sul e, ao mesmo tempo, um fator que influenciou, alheio às diretrizes, na formação da mentalidade fabril da população tubaronense. Ou seja, acentuou o espírito do empreguismo.

A partir de 1915, a indústria sofreu um considerável aumento com o surgimento de outras empresas. Todavia, Vettoretti defende que as iniciativas para a instalação dessas indústrias, consideradas de médio ou de grande porte, foram de origem externa, ou de pessoas vindas de fora. A instalação do Setor da Companhia Siderúrgica Nacional mobilizou a cidade e região, porém atraiu poucos investimentos para a produção industrial. E, de acordo com Vettoretti,

[...] devido à originalidade de sua produção, não criou fornecedores de manufaturados ou peças de reposição que incrementassem, diretamente, pequenas indústrias, num sistema interligados de produção. O potencial produtivo, que poderia deslanchar o setor de transformação de Tubarão, foi absorvido pela Companhia Siderúrgica Nacional, com oferta de polpudos salários em todos os níveis de seus quadros administrativos²⁹.

²⁸ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. P. 125.

²⁹ *Ibidem*. P. 125.

Em 1950, Tubarão tem a infra-estrutura necessária para deslanchar: água tratada, energia elétrica, boas escolas, aeroporto, estradas de rodagem, ferrovia, cinema, clubes recreativos e esportivos, e outros benefícios necessários para atrair empreendimentos. Nas palavras de Vettoretti o grosso da mobilização econômica tubaronense sempre dependeu de investimentos e decisões externas: “Foram empresas embutidas, que criaram empregos, em períodos de alto nível salarial, no entanto, não despertou para a criatividade na formação de uma mentalidade industrial ou produtiva, baseada em seus próprios esforços e investimentos”³⁰. Convém observar que, ainda hoje, pode-se sentir os efeitos de uma mentalidade acostumada aos bons empregos de altos salários, trazidos pelas diversas estatais, que na cidade se instalaram a partir da década de 40. Todavia, a realidade, hoje, em Tubarão, é bem diversa daquela quando se instalou a Diocese. Explica-se que, com o fechamento e transformação das empresas estatais para as de capital privado, é notória a estagnação industrial do município que ocupou, outrora, o status de pólo econômico regional, conforme demonstraremos no decorrer do capítulo.

O que se pode observar é que a cidade vive e gira, quase que exclusivamente, em torno do comércio, o que é reforçado pelas palavras do ex-prefeito de Tubarão, Feurschuette “Tubarão, não é uma cidade agrícola, muito menos industrial, vivendo sim, em função do comércio”³¹.

1.2 Uma nova era para Tubarão

Do ponto de vista econômico, Tubarão, em 1950, contava com empreendimentos industriais de pequeno e médio portes. Esses empreendimentos tiveram início na década de 40, quando foi criado o Lavador de Capivari, com a função de beneficiar o carvão extraído pelas mineradoras que operavam em Lauro Müller, Siderópolis, Criciúma e adjacências. Essa empresa integrava o complexo da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, criada no Governo Vargas como parte do projeto para fomentar a industrialização nacional. O Governo Vargas, respaldado pela alta cúpula militar, elaborou um grande projeto de base através da

³⁰ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. P. 125.

³¹ FEURSCHUETTE, apud VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. P. 125.
Prefeitura Municipal, 1992. p. 125.

siderurgia e os militares alegavam que o empreendimento era uma questão de segurança nacional.

A Segunda Guerra Mundial, em andamento na Europa, inibiu as importações para o Brasil, o que foi visto como oportunidade de desenvolver a indústria nacional, aumentando a capacidade de exportação. A construção da Usina de Volta Redonda estendeu um de seus braços em Tubarão, com a implantação do setor de Santa Catarina, ligado à extração e beneficiamento de carvão, uma das matérias-primas para a siderurgia. Como aponta Vettoretti, “devido à existência de água abundante para seu funcionamento, o Lavador de Capivari instalou-se às margens do Rio Tubarão. O carvão ali beneficiado era transportado para Volta Redonda - RJ, através do Porto Henrique Laje, em Imbituba - SC”³².

A partir da instalação do Lavador de Capivari, a região ganhou um grande impulso desenvolvimentista, pois o empreendimento estatal atraiu para a região grande número de trabalhadores e pequenos investidores que começavam a atuar, direta ou indiretamente, em função da beneficiadora de carvão. Para Vettoretti,

o empreendimento trouxe a redenção econômica para o município. Sendo o braço da mais poderosa estatal do Brasil, provocou um surdo impacto em toda a região, e deslançou Tubarão, a começar pelas operações comerciais [...] A euforia tomou conta dos tubaronenses³³.

A instalação desta estatal iniciou com um “vultuoso investimento” na construção civil, contratando elevado número de trabalhadores com bons salários e, em seu bojo, a natural mobilização que acarreta um empreendimento de grande porte para uma cidade de pequenas dimensões. É certo que o dinheiro fora injetado em profusão, ao longo do seu funcionamento. Moveram-se, em consequência, diversas atividades, dentre as quais citamos: a necessária melhoria do ensino, uma vez que os engenheiros, técnicos e outros graduados da Companhia não queriam trabalhar em Tubarão, porque não havia no município um estabelecimento de ensino onde seus filhos do sexo masculino³⁴ pudessem estudar, sendo obrigados a se deslocarem para Florianópolis. Devido a essa carência, de acordo com Feijó,³⁵ que foi um dos

³² VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. p. 124.

³³ Ibid. p. 125.

³⁴ Já havia na cidade, desde 1895, o Colégio São José, da Congregação das Irmãs da Divina Providência, prestando serviço de ensino, atendendo somente à população feminina.

³⁵ FEIJÓ, Nanoel Antonio. Depoimento.

principais acionistas, funda-se, em 1945, o Ginásio Sagrado Coração de Jesus S.A , atual Colégio Dehon, por iniciativa de um grupo de empreendedores locais, com a condição de que o citado Ginásio estivesse sob a coordenação dos padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus. Ainda, em virtude da instalação da Companhia, foram criados vários serviços públicos e outras entidades, tais como: Aéro Clube (Clube dos Aeronautas); SENAI (Serviço Nacional da Indústria); SOTELCA (Sociedade Termo Elétrica de Capivari); Aeroporto Anita Garibaldi; CASAN (Serviço de Água e Abastecimento de Santa Catarina); a Agência dos Correios e Telégrafos e, inclusive, nesta época, instalou-se a unidade beneficiadora e processadora de fumo da Companhia de Cigarros Souza Cruz, empresa privada de capital internacional. Sem dúvida, isto criou um novo cenário em Tubarão, gerando novos empregos com salários elevados, atraindo trabalhadores da região e de outros estados, despertando a atenção e interesse de pequenos investidores, o que reforçou a imagem de Tubarão como município desenvolvimentista, em sintonia com os planos de Governos entre 1940 e 1960.

Para abrigar as famílias dos altos funcionários da Companhia, que vieram exercer as elevadas funções na hierarquia administrativa do Lavador de Capivari, foi construída, na zona nobre da cidade de Tubarão, a Vila dos Engenheiros, encampada pela prefeitura municipal, em 1988. A Estrada de Ferro Dona Thereza Cristina, que já se encontrava em operação desde o início do século XX, era um entroncamento para toda a região carbonífera, pois, além do transporte do carvão, transportava as mercadorias coloniais das estações de Pedras Grandes, Orleans e Pindotiba para o porto de Laguna, que era um empório atacadista. Havia, ainda, a estação de Braço do Norte, localizada a margem direita do Rio Tubarão. Por essa estação, escoavam-se os produtos agrícolas da região, bem como entravam os manufaturados e suprimentos necessários à população do Município de Braço do Norte.

Assim, Tubarão, de acordo com Vettoretti,

que já era um centro exportador e importador, deixou de ser o intermediário na atividade comercial no sul do Estado de Santa Catarina. [...] a cidade de Laguna, que prosperou através de seu porto, ficou em segundo plano nos meados deste século, devido as mudanças das rotas comerciais e dos meios de transportes, fazendo com que o principal eixo se deslocasse para Tubarão, em situação estratégica e superior³⁶.

³⁶ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. p. 17.

O Porto de Imbituba, fundado na segunda metade do séc. XIX, passou por uma reforma em 1880. De acordo com Martins, “em virtude de servir como escoamento do carvão, nas vertentes do Rio Tubarão, após as reformas, passou a desempenhar importante papel no transporte, visto ser o ponto de partida da linha tronco que terminava no Município de Lauro Müller”³⁷. Cabe ressaltar que Lauro Müller constituía-se num grande centro minerador carbonífero, razão pela qual a estrada de ferro foi instalada no Vale do Tubarão. Também, a estrada de rodagem, Tubarão – Florianópolis, via Armazém, apesar da precariedade, entrou em funcionamento por volta de 1934, atraindo novas perspectivas para o comércio local, pois ligou Tubarão aos demais municípios do Sul do Estado de Santa Catarina, transformando todo o sistema viário. Pode-se citar, ainda, outros empreendimentos que perfizeram toda a paisagem material e cultural da cidade, anteriormente à instalação da Diocese, tais como: a instalação do cinema – Cine Vitória³⁸ (1948), a criação da emissora de rádio – Rádio Tubá (1947), a construção do atual prédio dos Correios e Telégrafos (1951), o Rotary e Lions Club (1951), e a Loja Maçônica (1952).

Com todos estes investimentos na área da produção e dos serviços, Tubarão, na época, despontava como o município pólo do ponto de vista econômico, cultural e político da Região Sul e pretendia, também, tornar-se o centro religioso com a criação da Diocese. Além dos já anteriormente citados - colégios confessionais católicos de iniciativa particular – havia escolas públicas como: o Grupo Escolar Hercílio Luz, o Grupo Escolar Professor Henrique Fontes e a Escola Básica Visconde de Mauá. Tais colégios prestavam seus serviços não só à população de Tubarão, mas também às populações dos municípios vizinhos que, segundo Vettoretti não contavam ainda com um ensino secundário de bom nível. Entretanto, constatamos que, em 1940, fora fundado no Município de Criciúma, o Grupo Escolar Professor Lapagesse, cuja fundação foi notificada pela imprensa escrita:

O Dr. Nereu Ramos, assistirá a inauguração do Grupo Escolar Professor Lapagesse, que mandou construir. O Grupo de Criciúma é o maior, o mais moderno, o mais confortável, o mais luxuoso de Santa Catarina³⁹.

Além do referido grupo, construíram-se outras escolas desse tipo, em vários municípios da região. No que concerne ao campo político-social, a cidade era composta, em

³⁷ MARTINS, Manoel de Oliveira. **Imbituba: história e desenvolvimento**. 2. ed. Criciúma: Ribeiro, 1979. p. 7-8.

³⁸ Primeiro cinema instalado na cidade, seu nome é uma alusão à vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

³⁹ MERECIDA homenagem. **A Imprensa**, Tubarão, 12 abr. 1940. p. 2.

parte, por uma elite formada pelas famílias tradicionais do município, as quais vieram somar aos comerciantes que se transferiram de Laguna para Tubarão. Segundo Vettoretti:

Laguna, que desde há muito tempo estava em primeiro plano no comércio, começa a perder espaço para Tubarão, que passou a ocupar a supremacia comercial da região e, que devido à sua posição geográfica, controlava todas as saídas. Por esta razão, tornou-se fácil fazer um convênio com os comerciantes de Laguna⁴⁰.

No momento em que se instalou a Companhia Siderúrgica Nacional, com o Lavador de Capivari, as atenções estavam voltadas para o Município de Tubarão, sendo que o movimento político federal e estadual, como demonstra Vettoretti, tinham-no como referência na Região Sul. Esta tradição de centro político já existia desde 1900, quando começou a administração do prefeito João Cabral de Mello, pela forma como este defendeu Hercílio Luz e Lauro Müller, no cenário político catarinense e nacional, afirmando que o prefeito de Tubarão:

[...] Manteve-se fiel ao seu chefe e apoiou a oposição de Hercílio Luz. Sua dedicação, e fidelidade lhe valeram o reconhecimento desses chefes políticos e governamentais. Tornou-se a mais prestigiada liderança política no sul do Estado⁴¹.

Também nas décadas de 40 e 50 surgem, como iniciativa da elite local, associadas aos grupos internacionais, Clubes de Serviço, como: o Lions Clube e o Rotary Club de Tubarão, ambos fundados nos anos 50, com sede nos Estados Unidos da América, e a STAN Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados. Também já havia na cidade uma antiga paróquia, várias Ordens e Associações Religiosas, como por exemplo, Congregação Feminina e Congregação Masculina do Sagrado Coração de Jesus, Congregação Feminina da Divina Providência, Ordem Franciscana, Associação de São Vicente de Paula, Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria e Congregação Mariana. O espírito religioso do município de Tubarão é descrito pela senhora Souza:

As famílias eram muito católicas. As irmãs do Colégio São José desempenharam um importante papel na cidade. Tubarão já tinha uma tradição de município: educação das meninas. Ali se aprendia, entre outras coisas, como se comportar. Os padres do Ginásio Sagrado Coração de Jesus, ensinavam os meninos. Era tudo muito rígido[...] não era como hoje⁴².

⁴⁰ VETTORETTI, Amadio. Amadio Vettoretti: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

⁴¹ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. p. 112.

⁴² SOUZA, Maria Ruth Althoff de. Maria Ruth Althoff de Souza: depoimento [nov. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

Através das fontes acessadas, entre elas, o trabalho de Zumblick,⁴³ é possível constatar que o pedido para a instalação da Diocese em Tubarão fora produto da ação de influentes personalidades municipais. Uma vez cômicos das exigências do Vaticano, para a criação de uma diocese, passaram, segundo Padre Biff, “a tecer a trama, preparar o cenário”⁴⁴, para colocar o Município de Tubarão entre os candidatos à sede. Questionado sobre os requisitos exigidos pela Santa Sé, Padre Biff respondeu que “a Igreja não tem pressa. Ela analisa. Os municípios postulantes, recebem os questionários e vão providenciando as respostas. Estas são analisadas e, então [...] é escolhido o melhor”⁴⁵.

No questionário a que se refere Padre Biff,⁴⁶ e ao qual tivemos acesso, consta, entre outros questionamentos, qual o número de habitantes, capelas, Ordens, Congregações, renda (obtida em cada capela), e o que se disponibilizava como patrimônio. Ou seja, quais as garantias que os municípios ofereciam à Santa Sé.

A liderança política e sócio-econômica local, por certo considerava-se capaz de satisfazer tais exigências, a julgar pela avaliação de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, então Arcebispo de Florianópolis,

Acuso em mãos o ofício com os dois volumes de assinaturas, e folgo em comunicar que os elementos, pelo menos essenciais que dependem desta cúria, estão constituídos. O patrimônio solicitado[...], e os informes⁴⁷.

O ofício referido por Dom Joaquim, configura-se em um abaixo assinado da população de Tubarão, reforçando a solicitação de uma Diocese em Tubarão. Entre as assinaturas das diversas personalidades, componentes da denominada Comissão Pró-Diocese, encontram-se as famílias: Tonelli, Cabral, Dalássio, Balsini, Campelli, Maya, e o Sr. Manoel Antônio Feijó, bem como os padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, as Irmãs da Divina Providência, e os diretores das estatais instaladas no Município de Tubarão, na época. Entre as famílias citadas, encontram-se vários médicos, comerciantes e respectivas senhoras que se destacaram na liderança dos clubes de serviço, em suma, membros da elite

⁴³ ZUMBLICK, Walter. Este meu Tubarão!!!: Gráfica Auxiliar, 1992. P. 15.

⁴⁴ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ BIFF, Claudino. Crônicas da Diocese de Tubarão. Tubarão: Coan, 1997. P. 28.

⁴⁷ COMISSÃO Pró-Bispado de Tubarão. Ofício à Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis, 05 mar. 1954.

local. No entender da comissão, o município preenchia todos os requisitos definidos pela Cúpula da Igreja Católica Apostólica Romana. Por isso, mobilizaram a opinião pública no sentido de criar consenso em torno da idéia da necessidade da implantação da Diocese em Tubarão. Assim, a criação da Diocese em Tubarão tornou-se, aos poucos, uma aspiração das lideranças regionais. Dom Joaquim, num documento em que explana as razões para a criação da Diocese, afirma a necessidade da criação de uma Diocese, enquanto centro propulsor que uniria e impulsionaria os elementos religiosos e colaboraria mais com os altos interesses da Igreja no sul:

A reivindicação das lideranças regionais pela extensão do território, população e dos demais recursos de ordem religiosa e social e maior concentração de forças na Arquidiocese. Os elementos, já existentes, como consta das respostas aos itens infra e que coonestam a criação de uma Diocese⁴⁸.

Vettoretti afirma que:

as atenções se voltariam todas para o Município de Tubarão e, juntamente com o “status” de ter uma Diocese, viria o reconhecimento que, renderia lucros econômicos e políticos. Seria mais uma Instituição que se instala, confirmando o título de cidade pólo regional. A presença de um Bispo, trazia também o nome da cidade projetada como sede, repercutindo no processo político: Aqui está a Diocese.⁴⁹

Pode-se observar, a partir das palavras de Amadio Vettoretti, que havia por parte da elite local, interesse e expectativa de progresso em torno da criação da Diocese. Quando foi questionado sobre o valor de uma Diocese para a cidade que a sedia, Vettoretti nos respondeu que,

Um Bispo trazia um “status” muito grande. Teria muita repercussão [...] O ápice do desenvolvimento. É claro, que não se pode digamos [...] entender a Diocese como um bem. Mas, é um bem simbólico, de valor inestimável⁵⁰.

Partindo dessa premissa, temos a idéia de que uma sociedade, ao receber uma Diocese, cerceia o direito de superioridade, de autoridade, dando fundamento à imagem geográfica (nós temos a Diocese). E com esse privilégio, visa reforçar a idéia de direito, de posse, o que evidencia a disputa pelo mercado dos bens simbólicos. Bourdieu observa que:

⁴⁸ ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 15.

⁴⁹ VETTORETTI, Amadio. **História de Tubarão: das origens ao século XX.** Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992. p. 112.

⁵⁰ VETTORETTI, Amadio. Amadio Vettoretti: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores

uma lei rege as trocas entre os agentes e as instituições e que, enunciando-se dessa forma a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição nada seriam, e porque não podem negar a instituição, sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente, privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem⁵¹.

Ou seja, a instituição investe naqueles que investiram na mesma. Ao retornarmos ao tema do discurso sobre o progresso do município, percebemos que a imprensa local publicou várias notas, sempre enfatizando o desenvolvimento de Tubarão. E assim agindo, colaborava ao atrair investimentos e investidores para a região que, conforme demonstramos, era vista com expectativa de lucro.

1.3 As questões internas da Igreja Católica

Instalar a Diocese em Tubarão era de suma importância para um grupo de representantes da Igreja Católica, uma vez que era preciso ocupar o espaço de poder numa região com perspectivas de prosperar e ganhar importância no cenário político e econômico do país; já que havia temor, por parte da Igreja local, de que a chegada de novos contingentes populacionais e a diversidade cultural provocassem a introdução de outras seitas religiosas que gerassem o êxodo de almas católicas para as possíveis novas seitas. Para Padre Biff:

Uma Diocese é sempre um presente de Deus, mas, é claro, que por trás disso pode-se fazer uma política católica, um certo jogo de forças [...] Na criação de uma Diocese, entram muitos fatores: desejo e necessidade de um povo, boa política, boa diplomacia e às vezes uma eficaz ação entre amigos... Tudo isso aconteceu para que se criasse a Diocese de Tubarão. Criar o bispado foi uma ótima ação entre dois amigos: o Núncio Apostólico Carlo Chiarelli e Monsenhor Bernardo Peters⁵².

Na versão do Padre Biff, foi devido a conflitos internos no seio do Arcebispado de Florianópolis que a Santa Sé, precipitadamente desmembrou a Diocese.

Chegou ao Arcebispado de Florianópolis, o Frei Felício. Este fora enviado pelo Papa para auxiliar o Arcebispo. Mas Dom Joaquim não o aceitou e mandou-o morar na casa dos Padres. Monsenhor Peters, que estava atento aos passos do Arcebispo,

Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: USP, 1998. p. 193.

⁵² BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

muito distante. Mas, na sua opinião, “a Santa Sé, jamais absorveu o desterro de Frei Felício por parte da cúpula local [...] Dom. Joaquim ficou só e a mercê da diplomacia do Vaticano”⁵⁸.

Na busca de possíveis novas pistas sobre a plausibilidade da implantação do projeto da Diocese, Padre Ghizzoni⁵⁹ auxilia-nos com sua versão e confirma que fora composta uma Comissão denominada Pró-Bispado de Tubarão liderada pelo Monsenhor Bernardo Peters, e, entre outros, apontou Feijó como um dos mentores do projeto. Feijó, pelo que se tem constatado através dos registros históricos municipais, fora um personagem de grande influência política em Tubarão, haja vista termos encontrado o seu nome em quase todos os fatos importantes relacionados à história do município, a partir da década de 30. Este, que contribuiu com o trabalho ao relatar suas memórias, esclareceu ter sido “fabeiro” da Igreja, isto é, uma espécie de tesoureiro ou o “homem que cuidava do dinheiro da Igreja”. Em seus relatos, informou que fez numerosas viagens à Nunciatura no Rio de Janeiro e à Arquidiocese de Florianópolis, sempre acompanhado de Monsenhor Peters. Segundo relato de Feijó, “não houve grandes dificuldades, devido à longa amizade, entre o Nuncio Chiarelli e Monsenhor Peters. Em virtude, moveram-se os canais necessários, tornando a Santa Sé simpática à reivindicação da causa tubaronense”⁶⁰.

Conforme constatamos, a comissão Pró-Bispado de Tubarão era composta por membros que representavam a sociedade tubaronense e, em visitas a outras paróquias do Sul, levavam a idéia de que ia ser criada a Diocese em Tubarão, influenciando e gerando expectativa ao longo do caminho. Assim, é possível perceber, através do trabalho até então realizado, que a criação da Diocese em Tubarão, tornou-se, aos poucos, uma aspiração das lideranças regionais.

Partindo da premissa de que o município tinha condições de ser a sede do Bispado, a comissão dos líderes sociais, ao fazer uso dos discursos de merecimento, “angariou as forças professadas por responsáveis políticos, para se tornarem idéias de força, capazes de se imporem à crença [...], capazes de mobilizar ou de desmobilizar”⁶¹. Ainda de acordo com o

⁵⁸ BIFF, Claudino. *Crônicas da Diocese de Tubarão*. Tubarão: Coan, 1997. p. 28.

⁵⁹ GHUIZZONI, Raimundo, Raimundo Guizzoni: depoimento [fev. 1999]. Entrevistadora: Delotilde Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

⁶⁰ FEIJÓ, Manoel Antônio. Manoel Antônio Feijó: depoimento [jul. 1997]. Entrevistadora: Delotilde Cristina Flores Soratto. Imaruí: [s.n.], 1997.

⁶¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: USP, 1998. p. 66.

informou o ocorrido ao Núncio Apostólico no Brasil. Este informou a Santa Sé. O Papa, não gostou nada do ato praticado pelo Arcebispo⁵³.

Após esse episódio, nos afirma Padre Biff, que “A Santa Sé tomou as providências para diminuir a jurisdição eclesiástica de Dom Joaquim”⁵⁴. Isto vem confirmar a constatação de Augustin Wernet, que sempre foi muito comum no Brasil o clero usar de artimanhas políticas, para alcançar seus objetivos. Essa tradição viria desde o Império, onde o poder eclesiástico aumentava consideravelmente quando engajado à política.⁵⁵

Sobre a querela que existiu na Arquidiocese de Florianópolis, o trabalho do Padre Besen, Vigário da Catedral Metropolitana de Florianópolis, foi relevante, pois esclarece e confirma as palavras anteriormente ditas por Padre Biff:

Por questão de princípios, nem sempre normais, as relações entre os dois dignatários não eram amistosas. Vários fatores dificultavam o mútuo relacionamento. A mentalidade jurídica de Dom Joaquim com o coração seráfico de Dom Felício que era Franciscano, o Padre Secular, com o Padre Franciscano, o administrador, e o homem cioso da dignidade [...] Mentalidades situadas em níveis históricos diferentes. Num desabafo, Dom Joaquim o chamou Arcebispo da oposição; o que demonstra a intensidade dos conflitos⁵⁶.

A Santa Sé nomeou Frei Felício, ao posto de Arcebispo de Campina Grande, o que causou mágoa em Dom Joaquim, pois Frei Felício que, segundo Dom Joaquim, era um homem doente, foi elevado ao cargo de Arcebispo de uma grande cidade, enquanto ele precisasse receber um bispo coadjutor. E Padre Besen assim se refere a Dom Joaquim,

[...] Arcebispo afável e carinhoso, e ao mesmo tempo amargo e intransigente, quando via oposição às suas idéias [...] Consciente da missão espiritual, mas nem sempre se desligando do jogo, por vezes nada autêntico, das influências políticas [...]⁵⁷

Agora é Padre Biff, quem reforça as palavras do Padre Besen, afirmando que a para Santa Sé, era necessário desmembrar a Arquidiocese, pois Florianópolis já era uma Igreja

⁵³ Ibid.

⁵⁴ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

⁵⁵ WERNET, Augustin. *Igreja Paulista no século XX*. São Paulo Ática, 1987. P. 23.

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ BESEN, José Artulino. *Dom Joaquim Domingues de Oliveira*. Florianópolis: IOESC, 1979. p. 126.

sociólogo francês Bourdieu, a palavra do locutor deve incorporar um mérito, a força do grupo que ele representa através da simbolização, devendo contribuir para mobilizar o grupo para o qual se dirige, pois, quando explicitadas as promessas colocam-se em jogo: vontades, projetos, e esperanças num porvir. E, na medida em que os destinatários se reconhecem neste universo, confere-se-lhe a força simbólica e material, permitindo que se realizem.⁶² Munidos da aprovação e da força que lhes fora conferida como líderes, e certos de que o terreno imagético se transformaria em real, a Comissão Pró-Bispado permanece em cena, munida de um arsenal de novas técnicas, que lhe garantirá previsível vitória. Assim, o projeto Diocese constrói certo sentido de unidade, concentra forças, vigiam e velam pelo projeto.

Na primeira discussão entre a comissão Pró-Bispado e o Arcebispo de Florianópolis, Zumblick, nos mostra que o segundo parece concordar em desmembrar o sul de sua jurisdição. Nesta ocasião, o Município de Tubarão lhe fora apresentado, através de mapas, estatísticas e levantamentos econômico e religioso. E, essa expectativa foi expressa por Zumblick: “A notícia de uma quase vitória, pipocou festiva em meio à população tubaronense”⁶³. Enquanto a comissão preparava o cenário para a recepção da projetada Diocese, o humor instável, característica do Arcebispo, já havia mudado:

Fogo – fátuo de brilho passageiro. A nossa pretensão retornaria virgem à estaca zero das coisas não realizadas. Entraves ainda àquela altura intransponíveis, mesmo com o visto honroso e valorizado pela opinião de um Arcebispo nem sempre bem-humorado, falaram mais forte no tabuleiro das decisões⁶⁴.

Algumas perguntas fazem-se necessárias: Por que o Arcebispo voltou atrás e não mais aceita a criação de um bispado no sul? O humor instável do Arcebispo seria realmente a razão? Buscando subsídios que nos trouxessem novos dados e argumentos.

Na adoção deste método, chegamos aos subsídios fornecidos por Padre Besen, considerando a dificuldade de relacionamento do Arcebispo Dom Joaquim com o clero do Sul do Estado como um dos entraves alegados por Zumblick, argumentando que havia tensão entre os imigrantes, o Arcebispo, e o clero do sul. “Dom Joaquim demitiu todos os diretores de escolas, padres e freiras, que não eram luso-brasileiros. O que provocou muitas mágoas e

⁶² BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas.

⁶³ ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 135..

⁶⁴ Ibidem. p. 139.

rancores, devido a alianças com Nereu Ramos”⁶⁵. Como se sabe, o problema da nacionalização do ensino, agravou-se em Santa Catarina a partir de 1938, quando Nereu Ramos sancionou decretos que permitiam maior eficiência na nacionalização. Segundo Piazza, “ocorreu nas áreas de colonização, o fechamento das escolas particulares ligadas ao clero ou a leigos de origem germânica ou italiana, e em consequência, a abertura de escolas públicas”⁶⁶. Tal fato provocara insatisfação e, até mesmo, revolta na população dessas áreas, pois seus professores eram dispensados e impostos outros, estranhos à comunidade. Convém lembrar ainda, que de acordo com o trabalho desenvolvido por Eunice Nodari, as primeiras manifestações contra esses grupos étnicos ocorreram ainda na Primeira Guerra Mundial. Mas, “é somente agora, que o governo brasileiro tem uma real preocupação de incorporar de fato, não só no corpo e na estrutura social do país, como também aqueles que já eram cidadãos brasileiros, os teútos e os ítalos brasileiros”⁶⁷.

De acordo com Padre Besen, havia sim uma relação entre o fato de D. Joaquim resistir à criação de uma Diocese no Sul do Estado, com o confronto de caráter étnico-religioso, pois, Irineu Borhausen, na época governador do Estado, havia representado os imigrantes no sul contra a política de nacionalização, e o Arcebispo, que era amigo de Nereu Ramos, “tomava as dores para si”⁶⁸. E então finaliza, dizendo que politicamente não havia sincronização. Segundo ainda Padre Besen, “nos atritos com as Irmandades, o Arcebispo cumpria a lei, porém se o padre, religioso ou religiosa envolvido na questão fosse de origem germânica ou italiana, o Arcebispo adotava uma posição intransigente”⁶⁹. Consta também, que Dom Joaquim, rejeitava os religiosos de nacionalidade que não fosse luso brasileira:

[...] Conflitos étnicos, entre padres e comunidades que demandaram esforço, no sentido de reverter a situação, e a imprensa, dirigida por representantes luso-brasileiros, não perdoava e não perdia tempo no sentido de trazer a público, mazelas e atitudes de intolerância do clero⁷⁰.

⁶⁵ BESEN, José Artulino. **Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Florianópolis: IOESC, 1979. p. 126.

⁶⁶ PIAZZA, Walter, HUBBENER, Laura. **Santa Catarina história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1997. p. 134.

⁶⁷ NODARI, Eunice Sueli. A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina: 1917-1954. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999. p. 253.

⁶⁸ BESEN, José Artulino. **Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Florianópolis: IOESC, 1979.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ BESEN, José Artulino. **Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Florianópolis: IOESC, 1979. p. 127.

A aliança política e religiosa, aqui abordada, e que configurou-se pela relação de apoio mútuo, teria surgido no Brasil no período do Estado Novo. De acordo com Serpa, “a família Ramos foi elevada ao poder político neste momento em Santa Catarina, onde a perseguição e a repressão aos descendentes de alemães e italianos, assumiu configurações significativas”⁷¹. E o autor nos mostra que, “[...] A nomeação de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, deu-se durante a gestão do Coronel Vidal Ramos e que o advogado da Cúria Diocesana de Florianópolis era o Dr. Nereu Ramos”⁷².

Ainda de acordo com este autor,

[...] a partir da Segunda Guerra Mundial, cresceu junto à intelectualidade brasileira, o entendimento do perigo do imperialismo alemão. Portanto, o Estado de Santa Catarina, marcado pela significativa presença de imigrantes germânicos e italianos não esteve isento dos conflitos de cunho étnicos, ao contrário, vivenciou-os intensamente, [...] Evidentemente que na seqüência das querelas pesou bastante a nacionalidade de Dom Joaquim Domingues de Oliveira e sua forte ligação com aqueles que representavam os interesses dos ricos proprietários de terras⁷³.

É interessante observar que, se havia preconceito por parte do Arcebispo em relação ao clero de origem germânica e italiana, a recíproca era verdadeira. Esta constatação evidencia-se uma vez mais, em nota publicada no jornal local, colocando em evidência a atitude do vigário de Rio Fortuna, caracterizando-a como insubordinação:

O vigário do distrito de Rio Fortuna, alemão nato e não naturalizado, infringindo a lei, orando e pregando em alemão [...] não vai abandonar seus velhos hábitos e não obedecerá ordens em contrário⁷⁴.

A nota encerra, não sem antes registrar que o referido padre transgredira a lei e posições nacionais, e ao mesmo tempo, cobra providências imediatas das autoridades. Ao abordar a questão do clero estrangeiro, Serpa observa que, “nos jornais da época circulava, o Arcebispo não é respeitado pelos padres e frades estrangeiros pois estes não o reconhecem como chefe”⁷⁵. Essa falta de reconhecimento e obediência à sua autoridade, por certo, muito incomodava Dom Joaquim que, segundo consta, tinha uma personalidade forte, fazendo questão de obediência e respeito. Campelli o descreve como a uma pessoa difícil e

⁷¹ SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 89.

⁷² *Ibidem*. p. 89.

⁷³ *Ibidem*. p. 89.

⁷⁴ FLAGRANTE. **A Imprensa**, Tubarão, 11 out. 1954. p. 5.

⁷⁵ SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 28.

inacessível. “Ah! Quando ele falava [...] vinha com palavrorio. A gente se remexia na cadeira. Ele só gostava de gente culta. Ele era sim [...] muito amigo de Nereu Ramos. No dia em que o Nereu Ramos morreu, ele ficou desconsolado”⁷⁶.

Ainda, a respeito dos conflitos mencionados anteriormente, Serpa salienta que, na política do Estado Novo, Getúlio Vargas confiou a direção dos estados-membros aos representantes do latifúndio, cuja figura de destaque em Santa Catarina fora Nereu Ramos. Serpa também demonstra que a vinda de padres estrangeiros para o Brasil deu-se devido à falta destes, a partir da segunda metade do séc. XIX, quando o episcopado brasileiro,

[...] lançou mão da importação de Ordens Religiosas estrangeiras, e até mesmo padres ligados a Congregações estrangeiras tradicionais, cuja formação religiosa era compatível com os interesses da Igreja romanizada⁷⁷.

O Arcebispo Dom Joaquim é também citado pelo autor como um dos bispos porta-vozes da proposta de romanização da Igreja católica tendo esse processo iniciado no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. O desfecho dessa questão deu-se no momento da Proclamação da República quando, pelo decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, concretizou-se a separação entre a Igreja e o Estado. “A partir de então, a hierarquia eclesiástica não mede esforços, no sentido de fazer com que a Igreja seja levada em consideração, enquanto instituição que, historicamente, deu ao país sua contribuição”⁷⁸.

No processo da criação da Diocese em Tubarão, podemos perceber que a Igreja Católica se fez presente em todas as situações de mando junto às elites locais dirigentes, consolidando, também aqui, o bom relacionamento que, segundo Serpa,⁷⁹ existia entre Igreja e Estado, pois na prática, a Igreja sempre se fez necessária para o Estado. Casali argumenta que a Igreja privilegiou como estratégia para sua restauração e posterior desenvolvimento, a formação de lideranças intelectuais católicas, voltadas preferencialmente para as camadas médias urbanas em formação e ascensão. Projeto este, segundo o autor:

⁷⁶ CAMPELLI, Maria Tereza. Maria Tereza Campelli: depoimento [out. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

⁷⁷ SERPA, op. cit., p. 128.

⁷⁸ CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração da igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 10.

⁷⁹ SERPA, Elío Cantalicio. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997. p.28.

[...] que podia contar com respostas razoavelmente fáceis e rápidas do seu principal interlocutor (as camadas médias urbanas); correspondia ao seu principal anseio de ascensão econômica social e de prestígio⁸⁰.

Podemos, então, afirmar, após a análise de documentos, que a afinidade entre os poderes políticos e eclesiásticos referidos por Casali e Serpa, se fizeram presente no processo de criação da Diocese em Tubarão, pois também aqui os interesses da Igreja Católica e das elites locais eram congruentes.

1.4 As elites estaduais e sua articulação para criar a Diocese de Tubarão

A articulação do Arcebispo com as elites dirigentes torna-se mais evidente, quando constatamos que estes buscaram junto às autoridades governamentais, os recursos financeiros que tornariam possível a criação da Diocese em Tubarão.

De acordo com Zumblick, “no momento em que o Arcebispo acena com a bandeira branca da paz e do entendimento, já aceita a criação de um Bispado no Sul”⁸¹. Entretanto, alega que diante da possibilidade de ver diminuída sua jurisdição, venha o mesmo merecer uma compensação, “concorda com o projeto de um Bispado em Tubarão, mas bate o pé, a exigir um ressarcimento”⁸². Padre Biff explica que quando ocorre o desmembramento de uma Diocese, a exigência de um pagamento constitui uma praxe e, a solicitação de dinheiro em espécie, seria uma garantia para contrabalançar futuros prejuízos vindouros, mas salienta que Dom Joaquim, não vendeu metade da sua Arquidiocese. Mas, “ele tinha o dever e o direito de exigir que Tubarão, tivesse [...] digamos assim [...] estrutura, força, garantias físicas, e espirituais para merecer a Diocese”⁸³.

Dom Joaquim, citado por Padre Biff, argumenta que “este projeto não dispensa ônus pecuniários, pois, um Bispado em Tubarão, constituiria uma excepcional honra, para toda a Região Sul”⁸⁴. Estava certo de que todas as autoridades políticas consultadas não teriam a

⁸¹ ZUMBLICK, Walter. *Este meu Tubarão...!* Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 69.

⁸² *Ibid.* p. 135.

⁸³ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

⁸⁴ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto.

menor dúvida em concorrer para a “honesta instalação do novo prelado, com as seguranças que o Arcebispo pudesse apresentar à Santa Sé, no imóvel ou, em numerário”⁸⁵.

Em ofício datado de 16 de março de 1954, endereçado ao então prefeito de Tubarão, Arnaldo Bittencourt, o vigário geral do Arcebispado agradece, em nome de Dom Joaquim, o empenho e o máximo interesse do prefeito junto ao governador da época, Irineu Bornhausen, e demais autoridades do governo, no sentido de conseguir as ações necessárias para o patrimônio de ambos os Bispados que, “[...] graças a Deus, já foram concedidas”⁸⁶. Ao analisar este mesmo documento, Zumblick salienta que o governo de Santa Catarina prontamente se pôs à disposição para vencer um empecilho de última hora, ligado à composição material, que somaria junto aos bens do futuro Bispado.

Mas, o sabido Arcebispo estava atento as demarches que iriam ser coroadas frente ao empenho demonstrado pelo próprio governo estadual. E, num passe de mágica, consegue ser favorecido, também pelos cofres do nosso estado⁸⁷.

Uma nota publicada no Jornal **A Gazeta**, anuncia que o Governador Irineu Borhausen apóia a Criação da Diocese de Tubarão, e prossegue, dizendo que: “O governador do estado [...] Enviou mensagem à Assembléia Legislativa, acompanhada do projeto de lei, autorizando emissão de apólices em favor da futura Diocese de Tubarão”⁸⁸. Ainda, no início do ano de 1954, o Arcebispo de Florianópolis, encaminha ofício à Presidência da Câmara dos Deputados, que após externar votos de congratulações pela reeleição de Nereu Ramos, informa-o de que “resolveu” criar a Diocese no Sul. E, ao mesmo tempo, conta com,

O auxílio oficial do Governador [...] Restá o Congresso. Peço-lhe recorrer junto ao Congresso Estadual, ajudar a nova Diocese, mas também a Arquidiocese que a perde. Pede o terreno para o seminário e 200 contos, e mais 1.000.000, para cada uma. Será exagerado?⁸⁹.

Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

⁸⁵ BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997.

⁸⁶ CURIA Diocesana de Florianópolis. **Ofício endereçado ao Prefeito de Tubarão**. Florianópolis, 16 mar. 1954.

⁸⁷ ZUMBlick, Walter. **Este meu Tubarão...!** Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 366.

⁸⁸ GOVERNO de Santa Catarina, concede ajuda à criação da diocese de Tubarão. **A Gazeta**, Florianópolis, 21 abr. 1954, p. 3.

⁸⁹ CURIA Diocesana de Florianópolis. **Ofício ao gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos**. Florianópolis, 03 mar. 1954.

Em resposta, Nereu Ramos, agradece as felicitações de prestígio à sua reeleição à Presidência da Câmara e julga,

De toda justiça e conveniência que o Estado conceda auxílio à Diocese e à Arquidiocese que se desfalca de metade do seu patrimônio. Acabo de escrever para Florianópolis, recomendando a aprovação do PSD [...] Pode ficar certo de que o PSD não faltará ao apelo de Vossa⁹⁰.

Vale ainda ressaltar que o Partido Social Democrático (PSD) é o partido político de Nereu Ramos, aqui, reeleito, Presidente do Senado. E, logo a seguir, em abril de 1954, um outro ofício. Desta vez o gabinete do Governador Irineu Bornhausen confirma o recebimento da solicitação de Nereu Ramos e promete atender o apelo do Arcebispo com grande prazer, dizendo que já enviara à Assembléia Legislativa o projeto-lei, referente ao pagamento de dois milhões, em forma de apólices, sendo, um milhão para a futura Diocese e outro para a Arquidiocese. Isso porque D. Joaquim, ao trazer o pedido, enfatiza a perda de parte do seu patrimônio, salientando que a Arquidiocese tinha já uma vida precária e ficaria desfalcada, nas suas parcas rendas. Como se pode perceber, o empenho de alguns dos governantes da época, foi decisivo para que se criasse a Diocese em Tubarão.

Convém lembrar entretanto, que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, proibiu que se destinassem verbas públicas para aquisição do patrimônio da Igreja. Serpa observa que o patrimônio foi usado para criação de escolas paroquiais, criadas neste contexto, tornaram-se grandes colégios. Com isso,

Aumentaram o patrimônio da Igreja, prepararam elementos para o sacerdócio, veicularam o discurso religioso. Atingindo amplas camadas da sociedade, agradando significativamente as elites dirigentes que matriculavam seus filhos nessas escolas⁹¹.

Finalmente, após 4 anos de trâmite legal, Tubarão foi escolhido como o município sede da nova Diocese. E, através da Bula Viget Ubique Gentium, o Papa Pio VII concedeu maioria eclesiástica ao Sul do Estado, em 28 de dezembro de 1954. O jornal **Diário do**

⁹⁰ GABINETE do Presidente da Câmara dos Deputados. **Ofício resposta**. Rio de Janeiro, 16 mar. 1954.

⁹¹ SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997. P. 136.

Sul, que na época fez a cobertura da recepção ao bispo, notifica como, “faustoso acontecimento para o mundo cristão do Sul do Estado de Santa Catarina”⁹². E cita as personalidades presentes, destacando, os ilustres personalidades da Administração do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, e do clero. E, ainda a respeito da efetiva instalação da Diocese, Zumblick constata que “o Arcebispo, mesmo mascando discretamente um duro desengano, e contrariado em sua autoridade já então solapada, Dom Joaquim, assume uma atitude capaz de desorientar, pela surpresa, a lógica mais real. [...] já aceita, a criação no Sul, de um Bispado [...]”⁹³.

Todavia, pode-se ainda questionar: por que Tubarão foi o escolhido, uma vez que outros municípios sulinos também postulavam sediar a nova Diocese? Sobre o assunto, as primeiras pistas nos foram fornecidas por Zumblick, quando manifesta que, “entretanto, a maneira daqueles inesperados temporais de verão, formados mais de ventos que mesmo de chuva, um trabalho desleal surgiu ao apagar das luzes da nossa já quase vitória”⁹⁴.

⁹² RECEPÇÃO do primeiro bispo da diocese de Tubarão. *Diário do Sul*, Tubarão, 15 ago. 1955, Suplemento Especial. p. 9.

⁹³ ZUMBLICK, Walter. *Este meu Tubarão...!* Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 367.

⁹⁴ *Ibidem*. p. 367.

2 A CONCORRÊNCIA ENTRE OS MUNICÍPIOS: O CASO DE CRICIÚMA

2.1 Panorama de Criciúma – 1940 - 1955

Conforme constatamos no capítulo anterior, quando Tubarão já fazia os preparativos para comemorar a sede do bispado nascente, entra em cena um novo personagem. Ou seja, um outro município do Sul do Estado também concorre, com Tubarão, à instalação da Diocese. E a julgar pelas palavras de Zumblick, anteriormente expressas, este município concorrente também julgava-se apto para atender aos requisitos da Santa Sé, “[...] oferecendo mais do que já tínhamos dado. Chegando a criar um certo pânico em meio à nossa gente”⁹⁵. Assim sendo, necessário se fez questionar, qual município concorreu com Tubarão para sediar a Diocese? A esse questionamento Padre Biff nos respondeu: “Só podia ser Criciúma, e foi Criciúma. Este era o único município que teria [...] digamos, condições de concorrer com Tubarão”⁹⁶. Mas, segundo ainda Padre Biff, Tubarão estava em melhores condições de receber a Diocese. Concorda, e até reforça que Criciúma é hoje uma das maiores cidades do Estado, mas, naquela época, era somente a metade de Tubarão. É interessante observar ainda que a afirmativa de Padre Biff, sobre a superioridade de Tubarão em relação a Criciúma foi compartilhada pelos demais entrevistados, esclarecendo-se, porém, que isso só aconteceu quando questionamos os tubaronenses. Entretanto, cabe aqui observar que, após levantamentos das diversas fontes, já mencionadas anteriormente, constatamos que, na década de 40, Criciúma figurava entre as mais prósperas cidades do Sul do Estado de Santa Catarina, sendo constantemente referida pelos meios de comunicação local, como “A Capital Brasileira do Carvão”. Na imprensa local, bem como do Município de Tubarão, é comum encontrar, notícias sobre a riqueza de Criciúma, e muitas eram as expectativas em torno do seu pleno desenvolvimento. Senão vejamos: “Zona riquíssima, coração da hulha negra do Brasil. Cresciúma, será não muito longe, o maior centro de trabalho de Santa Catarina”⁹⁷.

O Município de Criciúma localiza-se também no Sul do Estado de Santa Catarina. Nas extremidades do seu perímetro urbano, estavam localizadas as vilas operárias das Companhias Carboníferas Próspera e Brasileira. Este município era considerado, na década de

⁹⁵ ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...**! Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 369.

⁹⁶ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotilde Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

⁹⁷ CRESCIÚMA: a cidade do futuro. **A Imprensa**, Tubarão, n. 811, 12 out. 1954. p. 2.

40, o principal centro de exploração do carvão solo. Havia, além disso, madeira em abundância, revestimentos florísticos; sua agricultura era bem desenvolvida, já possuía um considerável número de indústrias suino-culturas, extrativas de carvão e outras. Segundo nota, do jornal **A Imprensa**, Criciúma não sofria de privações, porque a ‘mão-do-destino’ não deixou que se assentasse essa calamidade tão comum em outras cidades. E, de acordo com a nota, “foi graças a Salvadora Revolução de 30”⁹⁸, que começou a aparecer no município os sinais de uma vida nova. “Não mais duvidem de que esta região, privilegiada pela natureza, pois existe a reserva incomensurável de carvão, que há de fazer da nação brasileira, a maior potência econômica, em futuro bem próximo [...]”⁹⁹.

No ano de 1940, constatamos que Criciúma contava com 32 minas de carvão de pedra, e uma produção anual de 150 .000 toneladas e, segundo dados publicados no referido jornal, havia a probabilidade de aumentar a extração ao ponto de se tornar a maior bacia carbonífera do país. De acordo com documentos históricos do município, Criciúma já contava, na época, com eficientes meios de transportes rodoviários, feitos por estradas federais e estaduais, bem como ferroviário e aéreo. Também possuía três grandes hospitais: Hospital São José, Hospital Santa Catarina e Hospital São Marcos, duas grandes agências bancárias: Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina e Banco Nacional do Comércio. Ainda, várias escolas, Companhia Telefônica, um aeroporto, empresa de rádio, várias Associações e Congregações Religiosas que estavam à frente da direção dos já famosos colégios católicos de iniciativa particular, como: Congregação dos Irmãos Maristas, com o Colégio Marista; Congregação Mariana, com o Colégio Madre Tereza Michel; e Congregação da Divina Providência, com o Colégio São Bento.

Vale aqui ressaltar que o Município de Criciúma teve seu desenvolvimento econômico baseado no carvão que foi, por muitas décadas, sua economia maior. Isso deu impulso e origem a outras grandes indústrias, como a do azulejo e revestimento cerâmico, a indústria do calçado, de confecções e outras. Serviu ainda, para alavancar seu forte comércio. Assim, na perspectiva de despontar como uma cidade com referência nacional, podemos perceber que Criciúma tinha em seus habitantes um forte entusiasmo e crença num futuro promissor. E de acordo com Lacombe, Criciúma na década de 50, já era muito rica, para os padrões da época e com a economia voltada para o carvão. “Naquela época se dizia: Criciúma vai longe. Meu

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid.

avô, há mais de sessenta anos atrás, já tinha visão das coisas. Ele dizia: Olha! Criciúma, será a cidade mais rica do Estado. E de fato, foi”¹⁰⁰.

Segundo ainda Lacombe, nessa época, estava ocorrendo em Criciúma uma explosão demográfica e industrial, com o advento do carvão. O carvão teria sido, então, a pedra fundamental do progresso de Criciúma. No âmbito social, o município já tinha dentre seus habitantes, pessoas que se destacavam na liderança política e econômica regional. Essa liderança, ou seja, a elite cricumense, era formada pelas famílias mais tradicionais do município, tais como, Gaidzinski, Guglielmi, Zanatta, Freitas, Sônego, Lodetti, Benedet, Hülse, Meller, Zanette, Casagrande, Rovaris, somadas a outras que ali se estabeleceram, atraídas pelas boas perspectivas de crescimento que a cidade então oferecia. A primeira fábrica de cerveja de Santa Catarina, de acordo com Lacombe, “teria surgido, por essa época em Criciúma. Depois, vieram as indústrias de carvão, que foi aquela explosão”¹⁰¹. Ainda a esse respeito, o trabalho do médico Zacharias, demonstra que Criciúma, durante o período em que iniciava seu desenvolvimento sócio-econômico, também sofreu dos males inerentes às grandes concentrações urbanas, dizendo que, “crescia, então, o número de desocupados, proliferavam os mendigos, alastrava-se a malandragem. [...] Natural, em decorrência do crescimento da cidade”¹⁰². Já na década de 40, surge, em Criciúma, a “Construtora Cresciumense”. Sendo seu proprietário citado como um dos mais bem sucedidos empresários da cidade, em sociedade com o também empresário da construção civil, Jorge da Cunha Carneiro. Esta construtora, graças à larga visão técnico-profissional, de seus proprietários, impulsionaram modelar e organizar a cidade, fazendo surgir edifícios vistosos, em estilo avançado para a época. Ocupando vazios, vestindo as ruas com roupagem mais cidadinas. Por esse tempo, conforme Zacharias,¹⁰³ já estava surgindo a “Cerâmica Santa Catarina”, da Família Gaidzinski, que, mais tarde, cria e projeta, em escala internacional, o complexo industrial “Eliane”. Também a Família Freitas, cujo patriarca Diomício Freitas ambicionava, em seus projetos, que um dia culminaria na “Locomotiva do Grupo Freitas”.

¹⁰⁰ LACOMBE FILHO, Carlos Ernesto. Carlos Ernesto Lacombe Filho: depoimento [mai. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 75.

¹⁰³ ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2. Ed. Criciúma: Líder, 1999. P.75.

A Indústria Carbonífera Nacional, liderada por Santos Guglielmi, surge, e vai se constituir, anos depois, num dos expoentes da indústria carbonífera nacional. Nas palavras de Zacharias, “o que contava, o que pesava, o que influía e decidia, era a indústria carbonífera”¹⁰⁴. Quase que exclusivamente dela provinha o dinheiro que girava na praça, movimentando o comércio e dando trabalho a milhares de trabalhadores, desviados da lavoura rudimentar, sendo que o mais, “era ainda uma modesta diversificação industrial nas áreas da cerâmica, dos cortumes, das massas alimentícias e da construção civil”¹⁰⁵.

Segundo consta, o primeiro serviço rádio difusão do município, foi a Rádio Eldorado. Essa denominação deve-se ao então intenso afluxo de elementos das mais variadas origens, procedentes de diversificados pontos do país, que na cidade aportavam, atraídos pelo surto expansionista da indústria do carvão, cuja demanda aumentava dia a dia, face às necessidades crescentes dos altos fornos da Usina de Volta Redonda –RJ. E Criciúma, segundo Zacharias, transforma-se paulatinamente em um ponto de confluência de muitos aventureiros que aqui chegavam, em busca do dinheiro que propalava-se lá fora, corria a rodo por estas bandas. “[...] Estava se transformando num autêntico Eldorado”¹⁰⁶. Zacharias, ao retornar á cidade, que adotara como sua, diz que já não a reconhece, e parece ver confirmada a expectativa de desenvolvimento, tão comum em seus habitantes nas décadas de 40 e 50.

A Criciúma de hoje, tão mudada, tão crescida, já adulta, não a reconheço. [...] Absorvida, foi ela pela avassaladora onda de progresso que teria de vir, era fatal, impe lida pela própria evolução dos tempos e carregado pelo dinamismo e espírito empreendedor de seus habitantes¹⁰⁷.

O progresso que empolgou a cidade transformou-a, ao peso da expansão de suas indústrias e do incremento de seu comércio influenciados, pela gente de fora, e que na cidade aportou, atraída por suas potencialidades naturais. Essa gente, numerosa e diversificada na origem, na procedência, na índole e nas inclinações, teria suplantado a população nativa, o que contribuiu para descaracterizar a cidade, “com o aspecto, verdadeiramente cosmopolita”¹⁰⁸. Salientamos, aqui, que a descrição econômica que fazemos sobre Criciúma, torna-se necessária como subsídios de comparação, se nos reportarmos ao discurso da superioridade de Tubarão com relação à Criciúma, como justificativa, para a implantação da Diocese, ter se

¹⁰⁴ ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 75.

¹⁰⁵ *Ibidem*. p. 115.

¹⁰⁶ *Ibidem*. p. 115.

¹⁰⁷ *Ibidem*. p. 119.

dado na primeira, conforme já anteriormente demonstrado. O cenário em que se encontrava o Município de Criciúma e, incluindo-o no contexto nacional, permite-nos observar que, embora a Primeira Guerra Mundial, com todas as dificuldades de importação, tenha gerado motivação para o desenvolvimento da indústria carbonífera, foi a crise de 1929 que oportunamente favoreceu o estabelecimento de uma base industrial mais sólida e mais duradoura, com protecionismo mais persistente.

A indústria carbonífera catarinense foi, desta forma, beneficiada com a depressão e a nova política do governo, pois, de acordo com o Decreto Lei nº 20.089, de 1931, foram determinados o aproveitamento e o consumo obrigatório de 10% de carvão nacional em relação à tonelagem importada. Pode-se explicar esta tomada de atitude de Vargas, em grande parte, pela rápida desvalorização de trocas que desequilibrou a balança de pagamento. Essa medida protecionista, certamente estimulou as companhias brasileiras a produzir um carvão melhor.

De acordo com Bossle,

antes da Primeira Guerra Mundial, somente a Europa e os Estados Unidos da América eram capacitados na exportação do carvão. No Brasil, foi somente com a conjuntura da guerra que a produção foi impulsionada. O Estado de Santa Catarina, efetivamente, deu início à sua exploração do carvão, somente após a Primeira Guerra Mundial¹⁰⁹.

Segundo a autora acima citada, a Firma Lage & Irmãos “aproveitou o momento em que a conjuntura econômica era propícia à exploração do carvão para dar início, no sul de Santa Catarina, à extração de carvão”¹¹⁰. Observamos que na década de 40, Criciúma começa a sentir os resultados positivos dos investimentos na extração do carvão. A cidade, no que tange ao seu aspecto sócio-cultural, demonstra a aplicação de tais investimentos que se traduzem em benefícios para a mesma. É possível perceber, através de fotos que retratam a cidade no período referido, que suas ruas já contavam em grande parte, com pavimentação asfáltica, calçadas para pedestres, pontes, passeios e jardins. A Igreja Matriz São José, (hoje catedral diocesana), já se impunha como monumento arquitetônico, tendo em sua torre um

¹⁰⁸ ZACARIAS, Manif. *Minha Criciúma de ontem*. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 119.

¹⁰⁹ BOSSLE, Ondina Pereira. *Henrique Lage e o desenvolvimento catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1981. p. 58.

¹¹⁰ BOSSLE, Ondina Pereira. *Henrique Lage e o desenvolvimento catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1981. p.

vistoso relógio a marcar as horas. Também é possível perceber em fotos da vista parcial da cidade, nas décadas de 40-50, a presença de um considerável número de prédios, o que dava um ar de cidade grande, à sua vista panorâmica. Em 1951, quando o vigário da Igreja Matriz era o Padre Estanislau Cizeski, ocorreu a fundação de quatro dos grandes colégios, entre os muitos hoje ainda existentes no município. São eles: Colégio Madre Teresa Michel, Colégio São Bento, Colégio Marista e o Bairro da Juventude.

Nas palavras do Padre Biff, “o patrimônio da Igreja matriz foi ampliado na gestão do Padre Estanislau a tal ponto que, hoje, a matriz é auto-suficiente”¹¹¹. Segundo ainda o Padre Biff, “Padre Estanislau foi um dos principais mentores da idéia da criação da Diocese em Criciúma”¹¹². É importante ressaltar que Criciúma, a exemplo de outros municípios, também mantinha estreitas relações com os governantes da época e, conseqüentemente, também se beneficiava com isso. Isso reforça a idéia de que Criciúma atraiu nas mais diferentes épocas, a atenção, dentre os mais ilustre representantes, como mostram notas colhidas na imprensa da época, expressando que, embora não postulasse nenhum cargo eletivo, Marcos Rovaris (primeiro prefeito de Criciúma) era constantemente consultado a apoiar, ‘este ou aquele’ candidato às eleições estadual ou federal, exercendo invejável prestígio junto à população do sul catarinense. “As lideranças políticas do Estado de Santa Catarina empenhavam-se na obtenção do seu apoio, que lhes dava sempre apoio nas urnas, no sul barriga verde”¹¹³.

Belolli e Pimentel, que elaboraram um trabalho biográfico sobre Marcos Rovaris, mostram-no como o pioneiro no progresso de Criciúma, sempre contando com a ajuda de influentes figuras políticas:

[...] Contratou com o governo estadual, na gestão do seu amigo, Governador do Estado Dr. Hercílio Pedro da Luz, a construção da estrada, Criciúma – Jaguaruna [...] para o transporte do carvão de pedra extraído da primeiras galerias de Criciúma, que ali era embarcado, com destino ao Rio Tubarão e, posteriormente, até a cidade de¹¹⁴.

58.

¹¹¹ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ MERECIDA homenagem. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 23 abr. 1953. p. 3.

¹¹⁴ BELOLLI, Mário, PIMENTEL, José. **Mini biografia de um pioneiro: Marcos Rovaris**. 2. Ed. Criciúma: TipoArte, 1980. p. 39.

Também a imprensa do município empenhou-se em registrar as alianças políticas, entre o primeiro prefeito da cidade e os demais governantes da época. Exemplificamos com algumas das notas publicadas no jornal local, **Tribuna Criciumense**, que mostra a presença de ilustres personalidades como o diretor da EFDTC, em sua visita às minas da cidade,

Crescíuma ganhou muito com a visita do digno diretor, pois olhando essa riqueza e sentindo como bom brasileiro a necessidade de intensificar cada dia a produção do carvão nacional, tomará todas as medidas aconselháveis a realização desse desideratun¹¹⁵.

Outra nota no referido jornal, registra a homenagem que Marcos Rovaris recebeu das autoridades brasileiras que, “reconhecendo o valioso trabalho realizado por Marcos Rovaris, em prol do desenvolvimento da nação, lhe outorga importante título: benfeitor do Progresso Brasileiro”¹¹⁶. Outras demonstrações do prestígio que o município desfrutava junto aos governantes da época, estão presentes em notas que, freqüentemente eram publicadas, como segue:

Crescíuma, como os mais prósperos municípios do Estado, figurou condignamente na Feira de Amostras de Santa Catarina em Florianópolis. [...] Muito animado anda o Prefeito Elias Angeloni, que recebeu um telegrama-convite, com a honrosa presença eminente do Presidente da República Dr. Getúlio¹¹⁷.

Tem-se também, a presença do Interventor Nereu Ramos, que esteve na cidade para inaugurar um Grupo Escolar, e assistir às demonstrações de simpatia que lhe tributou o povo cricumense.

Crescíuma será o maior centro de trabalho de Santa Catarina. E foi prevendo isso, que o Senhor Interventor, mandou construir ali o majestoso e confortável Grupo Escolar. [...] Crescíuma, renderá, assim, justa e necessária homenagem ao governante catarinense que tudo vem fazendo pelo progresso moral e material do nosso Estado¹¹⁸.

Assim constata-se também a freqüência da publicação das benfeitorias realizadas no município nas mais diferentes épocas. E sempre contando com a ajuda dos governantes, quer seja em nível federal, ou estadual. É importante observar a tendência do município em apoiar

¹¹⁵ MERECIDA homenagem. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 23 abr. 1953. p. 3.

¹¹⁶ *Ibidem*. p. 3.

¹¹⁷ *Ibid.* p. 3.

¹¹⁸ MERECIDA homenagem. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 23 abr. 1953. p. 3.

e ou eleger candidatos do Partido Social Democrático (PSD). Estas considerações são importantes, uma vez que um dos motivos alegados pelos tubaronenses, para se ter instalada a Diocese em Tubarão, foi a superioridade política, econômica, religiosa e sócio-cultural deste município sobre Criciúma. Entretanto, cabe ainda questionar: se Criciúma também estava apta para sediar a Diocese, contrariando a versão de inferioridade, por que não a recebeu? Os fatos postos nos levam a crer na possibilidade de terem sido outras as razões que determinaram a decisão de sediar a Diocese em Tubarão. Assim, com o intuito de perseguir possíveis respostas, e realizar outras leituras, chegamos ao trabalho bibliográfico de Naspolini Filho. Este nos fez perceber a possibilidade de considerar outras razões que teriam desviado o projeto da implantação da Diocese em Criciúma. As palavras do autor são consideradas como novas pistas. “No carvão, estrada de ferro, empregos, crescimento. Daí, mais migração. Com ela, o sentimento emancipacionista. Pequenas reuniões, prefacionaram grandes comícios”¹¹⁹.

2.2 Movimentos sociais: as greves dos mineiros

Conforme se pôde observar anteriormente, a vida em Criciúma nas décadas de 30-50 girava em torno do carvão. E para explorá-lo, vieram os operários das mais diversas regiões do país. Vinham em busca de trabalho, que lhes pudesse garantir o sustento de sua família, a dignidade, a vida. Foram atraídos, também, pela perspectiva dos bons salários, que era alardeado em todo o país. Nas palavras de Volpato, “os bons salários pagos aos mineiros, encontra justificativa no fato de que estes salários, não estavam expostos à desvalorização como os de outras categorias profissionais normalmente se encontravam”¹²⁰. Os salários dessa categoria estavam diretamente vinculados ao preço do carvão. “O salário, da categoria mineiro, era o carro-chefe que definia os níveis salariais dos trabalhadores que exerciam outras tarefas na mineração, que não diretamente a extração de carvão”¹²¹. Os mineiros, os mais antigos, são unânimes em afirmar que os salários do sistema de mineração do passado representavam 120 a 150% a mais que os salários atuais. A medida que esses mineiros foram chegando, vai se formando em Criciúma uma massa de operários do carvão, que resultou numa categoria: a dos mineiros. Era tão forte a presença destes, que logo tiveram uma vila da

¹¹⁹ NASPOLINI FILHO, Archimedes. **Criciúma 70 anos: 1025-1995: ensaio para a sua história política administrativa**. Criciúma: Ed. do Autor, 1995.

¹²⁰ VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: a vida dos mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984. p. 32.

¹²¹ *Ibidem*. p. 32.

cidade denominada *Cidade Mineira* (hoje um dos principais bairros da cidade). Ali viviam, tendo as minas de carvão como prolongamento de suas casas, construídas nas cercanias das minas.

A falta de uma infra-estrutura condizente, segundo Zacharias, “colocou Criciúma por algum tempo no ‘ranking’ de município com um dos mais altos índices de mortalidade infantil do país”¹²². A vida das pessoas que ali viviam era constantemente exposta aos males que a ausência de saneamento básico provoca. Dentro desta conjuntura, surgem as primeiras denúncias que cobram atitudes e levam à ação, como a presença da Comissão Parlamentar de Inquérito, que esteve em Criciúma em 13 de maio de 1952. Segundo nota do Jornal **A Imprensa**,

apurando a atuação das empresas individuais ou coletivas, que operavam na exploração de carvão em Santa Catarina ouvirá a quem perante a citada comissão quiser depor, empregados e empregadores, aos quais serão garantidos todos os seus direitos de livre se expressarem como bem quiserem e entenderem¹²³.

Segundo Zacharias, que na sua condição de médico teve acesso a quase todos os lares criciumenses, partilhando, sobretudo, da intimidade dos trabalhadores do sub-solo das minas de carvão:

Criaturas iguais a nós, tão dignas quanto nós, mas maltratadas, sofridas, desprezadas, espoliadas em seus direitos, vilmente explorados, qual bestas de carga, em sua força de trabalho; seres humanos que, jungidos à ignorância que lhes impunham, intencional e cruelmente, a tirania do dinheiro. Não se conscientizavam da grandeza e extensão de sua miséria e não reagiam, não se rebelavam, submissos ao jugo que os oprimia¹²⁴.

O estudo realizado pelo sociólogo inglês Laquer, sobre as narrativas humanitárias, demonstra que somente no início do séc. XVIII, é que um corpo dessas narrativas passou a abordar os sofrimentos de pessoas comuns, transpondo, assim, a barreira entre os acontecimentos, a compaixão e ação. Assim, à medida que o sofrimento de pessoas até então alheias e desconhecidas passa a ser narrado, estabelece-se uma cadeia, ligando vítima e benfeitor. Ou seja, tão logo passam a ser conhecidos esses infortúnios, automaticamente

¹²² ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 19.

¹²³ CIDADE azul! **A Imprensa**, Tubarão, n. 1096, 01 jan. 1960. p. 3.

¹²⁴ ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 20.

despertam uma paixão solidária que mitigaria o sofrer. “A narrativa humanitária descreve um sofrimento específico e oferece um modelo para a ação social precisa. Uma análise lógica do sofrimento, expõe os meios de aliviá-los”¹²⁵. Zacharias, em sua versão, percebia, sentia a falta de percepção dessa massa de sofrendores reduzidos à condição de:

Desprezíveis rebotalhos, desmoralizados em sua condição humana, sem amparo a quem se amparar, sem armas com que se armar, e vez ou outra, um lampejo de brio e dignidade lhes clareava a mente e os induzia a tentativas tímidas de rebeldia contra o regime que os aniquilava o sistema que garantia a impunidade de seus impiedosos algozes¹²⁶.

A submissão à exploração desses trabalhadores, de acordo com este autor, deve-se à extrema necessidade de trabalho para alimentar seus filhos. Sendo este emprego, o que lhes rendia melhor salário, submetiam-se, assim, à exploração do que chamou “nefantes contratos de trabalho, que os matavam aos poucos, na inclemência de suas cláusulas impositivas, sob a vigilância e fiscalização conivente dos abastados mineradores e do próprio Ministério do Trabalho”¹²⁷. Sobre a questão da falta de consciência operária, também Michelle Perrot observa que, “na virada do século XIX, a crença no advento da Revolução Social que seria a redenção da classe, fazia parte da crença operária”¹²⁸. Esse processo da necessária consciência coletiva teria como suporte as greves, as manifestações e canções, vistas como forma de expressão e educação operárias. Segundo Perrot, o que faltava aos operários, era conscientizarem-se da extrema exploração a que estavam submetidos. “É conhecer as causas de sua servidão, é poder discernir o alvo dos seus golpes”¹²⁹. Zacarias, ainda no exercício da medicina, teria vivido a Criciúma dos mineiros:

soterrados, esmagados, sob o peso de galerias desabadas, sob toneladas de pedras, em meio ao lodo sanguinolento e pegajoso. Ou ainda, dos mineiros sem máscaras de proteção, a antrose devastando seus pulmões, ceifando cedo suas vidas, ou invalidando-os para sempre, aos 35 ou 40 anos de idade¹³⁰.

¹²⁵ LAQUEUR, Thomas. *Corpos, detalhes e narrativas humanitária*. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 242.

¹²⁶ ZACARIAS, op. cit., p. 20.

¹²⁷ ZACARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 20.

¹²⁸ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 91.

¹²⁹ *Ibidem*. p. 91.

¹³⁰ ZACARIAS, op. cit., p. 20.

Inúmeras vezes teriam os médicos socorrido àquela gente em circunstâncias emergenciais, e em condições deficientes. As moradias dos mineiros, de acordo com Zacharias:

eram casebres imundos, de chão de terra batida. Ali, os médicos realizavam partos, à escassa luz de um gasômetro, ou, curetagens uterinas, por aborto, no próprio leite da gestante, com lactentes moribundos, desidratados pela infecção intestinal, pela diarreia aguda, que lhes exsicava o organismo já severamente combalido pela desnutrição, pela fome crônica¹³¹.

Ainda, com relação à situação dos mineiros de Criciúma, também tomamos depoimentos que representam a argumentação e defesa dos mineradores. Estes, aludem aos mineiros grande parte de culpa pela difícil situação dos operários do carvão. A esse respeito, o depoimento da senhora Wasmiewski, esposa de um minerador, é bastante explícito. “Os mineiros eram pessoas difíceis. Tinham ódio dos patrões. Faziam exatamente o contrário daquilo que lhes mandavam fazer. Não obedeciam e não aceitavam ordens e nenhum tipo de orientação”¹³².

Na versão de Wasmiewski, os mineiros não ficavam doentes trabalhando nas minas, mas sim, porque às vésperas dos dias de consulta médica, “eles tomavam vários copos de borra de café, aí, ficavam com os pulmões pretos, e pegavam licença médica, e às vezes, até a aposentadoria”¹³³. Segundo ainda Wasmiewski, “os mineiros nada mais faziam além do trabalho nas minas. Isto é, não plantavam uma horta, uma árvore”¹³⁴. E enfatiza que as mulheres dos mineiros permaneciam em suas casas, quando “poderiam lavar roupa para fora, fazer faxina, enfim, ajudar no orçamento doméstico”¹³⁵. O depoimento do Padre Marques contradiz as declarações de Wasmiewski; em sua versão, as mulheres dos mineiros, trabalhavam na escolha do carvão. Um serviço sujo, exaustivo e extremamente nocivo à saúde.

¹³¹ *Ibidem.*, p. 20.

¹³² WASMIEWSKI, Maria Luiza. Maria Luiza Wasmiewski: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹³³ WASMIEWSKI, Maria Luiza. Maria Luiza Wasmiewski: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹³⁴ *Ibidem.*

¹³⁵ *Ibidem.*

As escolhedeiras, coitadas. Com as mamas de fora. Elas suavam, corria pelo peito um fio negro. Era pó de carvão, misturado com suor. Levavam os filhos para amamentar lá na boca da galeria. Não se lavavam. A criança botava a boca no seio, ficava um círculo preto ao redor da boca, carvão e leite. E aquelas cenas, foram as mais tristes que presenciei em minha vida. Os mineradores, eram insensíveis e gananciosos, o que importava era somente o lucro. Fizeram fortunas¹³⁶.

Assim, dentro deste contexto, Criciúma parece aos poucos despertar a consciência numa parte da população, que não aceita com naturalidade a situação de desigualdade social. E, neste cenário, foram-se moldando consciências, gestos e atitudes, que aos poucos fizeram surgir pequenos grupos, pequenas reuniões, que resultariam em reivindicações, desobediências, mobilização e, finalmente, a greve. De acordo com Zacharias:

Arregimentavam-se os mineiros em frente única, decididos a usar essa única arma, plenamente legal, para alcançar seus objetivos e enfrentar a ganância desmedida dos patrões inescrupulosos, que não se pejavam de explorar vilmente esses trabalhadores, praticamente tidos à conta de escravos¹³⁷.

O primeiro movimento grevista, ligado à história do carvão de que sem têm notícia em Santa Catarina, ocorreu em março de 1891. Esta greve teria sido feita pelos trabalhadores braçais da EFDTC, no trecho próximo a Laguna, quando, então, a direção da ferrovia solicitou providências da polícia de Tubarão e de Laguna, a fim de evitar danos e coibir abusos. “Lá chegando, os grevistas informaram que estavam suspendendo os trabalhos, devido ao baixo salário e às péssimas condições de trabalho, que incluía risco de vida”¹³⁸.

Através do trabalho de Zacharias, observamos que um dos maiores movimentos grevistas de que já se teve notícia em Criciúma eclodiu no ano de 1951. Foi um dos maiores, não apenas pela amplitude e envergadura - abrangeu todas as minas de carvão e envolveu, sob a orientação do seu sindicato de classe, todos os operários do setor - mas, também, pela repercussão que motivou uma violenta repressão policial, desencadeada pelo Governo do Estado, a pedido dos mineradores. Os trabalhadores visavam obter, com esse movimento, melhorias, seja no âmbito salarial, ou de melhores condições de vida e trabalho. Para os mineradores, o movimento era abusivo e deturpado:

¹³⁶ MARQUES, Agenor. Agenor Marques: depoimento [jul. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Urussanga: [s. n.], 2001.

¹³⁷ ZACARIAS, Manif. *Minha Criciúma de ontem*. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 50.

¹³⁸ ZUMBLICK, Walter. *Tereza Cristina: a ferrovia do carvão*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. p. 32.

Por finalidades políticas escusas, e, mais, impressionados com a unidade tão poucas vezes demonstradas da massa obreira, e, ainda temendo pelos danos e prejuízos que o movimento paredista poderia acarretar-lhes, não hesitaram em apelar para o recurso da força bruta, no sentido de subjugar e aquietar, na mansidão costumeira, a sofredora classe dos que trabalhavam o sub-solo¹³⁹.

Criciúma transformou-se em praça de guerra, pois havia soldados por toda parte, no centro da cidade, nas vilas operárias e nas bocas de minas. Impondo respeito atemorizador à nova ordem implantada. O Sindicato dos Trabalhadores foi invadido e ocupado. E os mineiros perseguidos e acuados pelos policiais, não tiveram como resistir, “à brutalidade repressiva. Dos cabeças da greve a maioria, dirigentes sindicais alguns foram presos; desorientados, tentaram a fuga, sem ter contudo, para onde se dirigir, vigiadas que estavam todas as saídas”¹⁴⁰

O Sindicato dos Mineiros, tido até hoje como um dos mais atuantes na história dos sindicatos regionais, bem como as próprias greves dos mineiros em si, legou à Criciúma a fama de município grevista. Ainda a respeito da tradição grevista do município, chamou-nos a atenção, a nota que o jornal *Diário do Sul* publicou, referindo-se à cidade, como “Criciúma, a Cuba catarinense”¹⁴¹. Esta nota, apesar de fazer referência a pessoas que tiveram asilo político em Cuba, por conta do tumultuado período de 64, lembra também as greves dos mineiros, já anteriormente mencionadas. “Criciúma, com intensa mobilização sindical, chegou a ser conhecida como a Cuba Catarinense”¹⁴². Para Volpato,¹⁴³ o Sindicato, que se iniciou como a Associação dos Mineiros, em 1944, e se transformou em Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão de Criciúma no ano 1945, nasceu num contexto de grande movimentação político – nacional, pois crescia no Brasil, na segunda metade do ano de 1945, a campanha pela reconquista das liberdades democráticas que se opunham ao regime ditatorial vigente no país.

Segundo Basbaum, “as vozes se levantavam, ocupavam tribunas e páginas de jornais, a exigir uma nova Constituição que atendesse aos ensaios populares e se enquadrasse no novo clima democrático que se espriava no mundo”¹⁴⁴. No início de 1945, começam a se reorganizar os partidos políticos. Entre eles, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que

¹³⁹ ZACARIAS, Manif. *Minha Criciúma de ontem*. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. p. 47.

¹⁴¹ REPRESSÃO política foi mais forte no sul de Santa Catarina. *Diário do Sul*, Tubarão, 13 dez. 1998. p. 3.

¹⁴² REPRESSÃO política foi mais forte no sul de Santa Catarina. *Diário do Sul*, Tubarão, 13 dez. 1998. p. 3.

¹⁴³ VOLPATO, TEREZINHA Gascho. *A pirita humana: a vida dos mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984. P. 114.

¹⁴⁴ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. v. 3.

congrega grupos favoráveis a Getúlio Vargas, apoiados pela classe trabalhadora e com vistas ao “continuismo” de Getúlio no poder. Para isso, estavam mobilizados sindicatos “pelegos” e os grupos “queremistas, os quais já começavam a desfilar pelas ruas, “em marcha cadenciada ao som do nós queremos Getúlio”¹⁴⁵. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que arregimentava trabalhadores, favorecia a associação dos mesmos em torno de associações e sindicatos, fortalecendo a corrente de apoio a Vargas.

A iniciativa de criar o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Carvão, em Criciúma, conforme observa Volpato, foi do Ministério do Trabalho. Na ocasião da instalação, foi presidido pelo representante da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina. O Sindicato dos mineiros de Criciúma, como aponta a autora, não tinha tradição de luta, até 1950, e “só a partir do espaço que se criou para o trabalhismo sindical, com Vargas novamente no poder, que a classe trabalhadora mineira começa a se treinar na busca de posições da organização sindical, com vistas à defesa e a conquistas dos direitos trabalhistas”

¹⁴⁶

Um pouco antes de 1950, aponta ainda a autora, as manifestações operárias contrariam a orientação oficial do Sindicato dos Mineiros. Sendo que essas posições e confrontos foram afirmando e fortalecendo a classe operária mineira. Em Criciúma, a preocupação dos sindicatos em instruir e preparar politicamente seus associados, se elegia entre as prioritárias. Sobre essa realidade, tem-se o depoimento de Verdiere, mineiro aposentado e ex-dirigente sindical:

No próprio sindicato, o advogado dava aulas sobre leis trabalhistas. E os representantes do sindicato nas minas, levantando os problemas. Como falta de ar, linhas de madeira, diferença de salário, etc... Isso era resolvido na justiça, ou em acordo. Quando porém o problema era muito grave[...] então se ia para a greve¹⁴⁷.

Ainda de acordo com o entrevistado, dentre as explorações a que estavam sujeitos os mineiros, enfatiza a questão do pagamento por produção, ou seja, a empresa estabelecia um horário base e dentro dele o mineiro determinava o ritmo de trabalho que se subordinava a sua

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: a vida dos mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984. p. 114.

¹⁴⁷ VERDIERE, Raimundo. Raimundo Verdiere: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

capacidade e a força de trabalho, “se trabalhava na vontade do corpo”¹⁴⁸. O mineiro, no entender de Volpato, “era uma espécie de ‘empreiteiro’, e recebia pela quantidade de carvão produzido. O preço do carvão orientava o pagamento concedido ao mineiro por tonelada extraída”¹⁴⁹.

Perrot e Duby, ao analisarem a questão dos primeiros administradores franceses, na primeira metade do século XIX, constataam a presença de uma vasta literatura tecnológica, recorrendo e orientando sobre assuntos trabalhistas. Entre eles, o trabalho por peça que, assim como no caso dos mineiros de Criciúma, também vinculava o salário à produtividade. “De resto, o senhor tem um meio simples que o dispensará de todos os esforços para obter com segurança e, sem a mínima vigilância, o máximo de trabalho de que cada operário é capaz: é pagar por peça”¹⁵⁰. Assim, tendo seu salário vinculado à produção, os trabalhadores passam a vigiar-se a si próprios, pois tinham consciência de que cada minuto de trabalho desperdiçado implicaria baixa no salário a receber. Segundo Zacharias, o trabalhador passa a ser refém de si próprio. E, na perspectiva ilusória de maior produção x melhor salário, “enreda-se num pernicioso jogo capitalista, tornando-se bestas de carga”¹⁵¹.

Padre Biff salienta que Criciúma sempre foi um laboratório social, reitera que havia sindicatos ativos, com sindicalistas ativistas e um grupo de intelectuais de esquerda. Um grupo fermento na grande massa operária. E diz ainda que “Criciúma, começa a sua história de desenvolvimento com operários. Muitas vezes, fizeram a cidade parar, com greves monumentais que forçaram o Estado de Sítio e a intervenção do exército brasileiro”¹⁵². É possível, então, afirmar, através das palavras do Padre Biff, que Criciúma, pela sua tradição de laboratório social, não era vista com bons olhos pela cúpula da Igreja Católica na época. Pois, também, de acordo com relatos de trabalhadores mineiros, que vivenciaram os períodos das principais greves, a Igreja se posicionou contrária esses movimentos, e também se colocara ao lado dos patrões. Assim, se o sindicato preparava os seus líderes, as empresas, além da prática de cooptação de alguns, através de promoções, contava com a Igreja Local,

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: a vida dos mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

¹⁵⁰ PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das mulheres no ocidente: do renascimento à idade moderna**. São Paulo: Afrontamento, 1991. v. 3. p. 65.

¹⁵¹ ZACHARIAS, Manif. P.50

¹⁵² BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997. p. 104.

como sua aliada na preparação das lideranças “pelegas”. Sobre essa questão, temos o depoimento de Feliciano, hoje, mineiro aposentado:

O nosso pessoal se reunia nas bocas de minas, nos bairros, e tirava a chapa dos autênticos. O pessoal que formava a chapa de pelego, na época, era a Igreja. O pessoal ligado à Igreja. A Igreja, com posição muito ruim. Todo o movimento que nós fizemos em Criciúma, contamos com a briga da Igreja contra nós. Então, eles tinham um tal de Círculo Operário, que era a formação de líderes deles¹⁵³.

Os Círculos referidos pelo depoente, segundo consta, existiam em várias cidades, e com as mesmas características, era uma espécie de estabelecimento comunitário, onde funcionava uma farmácia, ambulatório médico e dentário, para atendimento aos trabalhadores. Porém, segundo o mineiro Feliciano, esses círculos, ao menos a nível local, era financiado pelos patrões. E, era de lá que surgia, “a chapa de pelegos. E, então, os padres iam prá rua fazer discurso contra a chapa de autênticos”¹⁵⁴.

2.3 A presença e atuação da Maçonaria e Comunistas em Criciúma

No decorrer de nossas pesquisas, foi possível perceber, nos períodos críticos das greves dos trabalhadores do carvão, a presença marcante de um significativo número de pessoas, integrantes e atuantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). “O Partido, que foi fundado em fins de março de 1922, por um grupo de antigos militantes anarquistas,

Criciúma, também tinha esse detalhe. Talvez, isso fez sim, com que a Diocese fosse para Tubarão. As greves, também contribuíram. Eu acredito nisso. Meu pai era comunista convicto. Foi muito prejudicado, por parte da Igreja e da política. Foi muito combatido. Eu também. E as pessoas diziam. Ah! Aquele lá [...] O Lacombe, é comunista¹⁵⁶.

Zacharias, ao abordar a questão dos movimentos sociais em Criciúma, reforça esse ponto de vista, pois, seguidas vezes, teria ele, concedido asilo e proteção aos mineiros e sindicalistas, nos períodos das greves. Sendo por isso, também perseguido e condenado,

[...] tentavam a fuga [...]. Foi aí que sete deles, em desespero, bateram à porta de minha casa. Sem mais a quem procurar, apelaram para a minha proteção e lá buscaram guarida. Achavam que melhor refúgio, ninguém mais poderia lhes assegurar¹⁵⁷.

Segundo o seu relato, o mesmo solidarizou-se com os fugitivos, recebendo-os e acolhendo-os. Era, em sua opinião, a maneira de lhes dar algum apoio e de lhes demonstrar que não estavam sós em meio àquela difícil conjuntura. Entretanto, no entender de Wasmiewski, os mineiros eram pacatos. Mas eram orientados por outras pessoas que vinham de fora, com o objetivo de promover os levantes. Na sua concepção: “não os considero nem comunistas. Eram anarquistas. Pois, só pregavam a baderna. Faziam a cabeça dos mineiros. E você sabe como é [...] Eles se deixavam levar”¹⁵⁸. Esta afirmação encontra respaldo nas palavras do Padre Marques, quando o questionamos sobre a atuação dos comunistas, em Criciúma. “Olha, os pobres mineiros estavam em uma situação tão difícil, que qualquer esperança de ajuda, vinda de qualquer lugar, era bem vinda. E, então, embarcavam todos na mesma canoa”¹⁵⁹.

Quando questionamos Padre Marques, sobre alguns membros integrantes da maçonaria na época em Criciúma, este nos relatou nomes de pessoas, que constatamos fazerem parte da elite cricumense. E, com relação à possibilidade da divulgação dos nomes dos mesmos, Padre Marques respondeu: “Olha, minha filha! A essa altura da minha vida, não

¹⁵⁶ LACOMBE FILHO, Carlos Ernesto. Carlos Ernesto Lacombe Filho: depoimento [mai. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁵⁷ ZACARIAS, Manif. *Minha Criciúma de ontem*. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999. P. 50.

¹⁵⁸ WASMIEWSKI, Maria Luiza. Maria Luiza Wasmiewski: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁵⁹ MARQUES, Agenor. Agenor Marques: depoimento [jul. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Urussanga: [s. n.], 2001.

mandismo, então vigente [...] Até que certa feita, excedeu-se nos destemperos contra o regime¹⁶⁴.

Segundo Zacharias, “foi o que bastou, para que fosse expedida uma ordem de prisão contra Pianta, pois na cidade, havia espiões infiltrados por toda parte”¹⁶⁵. A referida ordem de prisão teria sido expedida pelo Ministério da Justiça ao então Interventor Federal Nereu Ramos. Todavia, ocorreu um fato novo, pois Nereu Ramos era maçom, (muito embora, inativo por injunção do cargo que exercia e em razão, igualmente das sérias restrições que, à época pesavam sobre a maçonaria, coibindo-lhe todas as formas de atividade). E o engenheiro Pianta também o era, conclui Zacharias. Estava criado o impasse; para Nereu Ramos proteger o irmão ameaçado pelo arbítrio ou cumprir a determinação ministerial? Nereu Ramos, optou pela primeira alternativa.

Convém registrar que o já citado comerciante Max Finter, é descrito por Zacharias como uma pessoa amável e preocupada com o bem-estar social. Este, freqüentava a alta sociedade Criciumense, compartilhando dos jantares beneméritos e sociais, em companhia da elite local. Consagrou anos de sua vida, ‘à Respeitável Ordem’. Fundou juntamente com outros maçons, várias Lojas Maçônicas, entre as quais, a *Grande Loja de Santa Catarina*, em Florianópolis. Max Finter, diz Zacharias, foi porém mais do que tudo, maçom modelar. De acordo com essas observações, é possível afirmar, então, que Criciúma, na época em que solicitou a Diocese, tinha como cenário: a explosão das greves dos mineiros e um atuante sindicato da categoria; a forte presença de integrantes do Partido Comunista, que atuavam no combate à exploração e aos desmandos. E, somado a esse panorama, a presença da maçonaria que, como se pode perceber, ocupava importante papel no contexto sócio-econômico de Criciúma. Ou seja, a elite cricumense na época era, basicamente, uma elite maçônica. Nossas considerações encontram respaldo na declaração do Padre Marques, quando afirma que, “Criciúma só tinha ricos. Muitos ricos. Mas, apesar de sua riqueza, de suas indústrias, até ajudavam a Igreja com pequenas coisas. Pois, apesar de que alguns eram católicos, mas não assumiam uma Igreja”¹⁶⁶. Assim sendo, a sociedade de Criciúma era muito diferenciada daquela de Tubarão: basicamente católica, praticante e atuante. Essas considerações vêm ao encontro das palavras do Padre Biff, segundo o qual, “no início do ano de 1954, tomou posse

¹⁶⁴ Ibidem, p. 50.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 50.

¹⁶⁶ MARQUES, Agenor. Agenor Marques: depoimento [jul. 2001]. Entrevistadora: Delotilde Cristina Flores

como vigário na Paróquia São José de Criciúma, o Padre Estanislau Cizeski”¹⁶⁷. E Padre Biff reconhece este período como fecundo em todos os sentidos. Padre Estanislau era considerado um dos baluartes do progresso de Criciúma. “Amava a política e a praticava velada e eficientemente em nome do PSD. Sempre teve bons coadjuutores, escolhidos mano a mano. Numa ação entre amigos com a cúpula da Diocese”¹⁶⁸.

Segundo consta, Padre Estanislau era admirado, respeitado e, às vezes, temido. Sua vinda a Criciúma parece providencial, pois era ele um forte líder, cercado do que havia de melhor na sociedade cricumense. Sua chegada a Criciúma coincide com um dos períodos mais tumultuados da história do município, que por ocasião das greves, vivia uma efervescente época de movimentos sociais. “Padre Estanislau terçou contra jacobinos, gentios e maçons. Polaco forte, nunca perdeu uma batalha”¹⁶⁹. Ainda a esse respeito, recorda a Senhora Gaidzinski que, “Padre Estanislau chegou num momento muito difícil. Ele foi muito importante, nessa época em que os movimentos estavam no auge. Ele lutou muito mesmo. Porque os mineiros foram muito bem orientados por [...] essas pessoas”¹⁷⁰. As pessoas referidas, na verdade, tratam-se dos integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), “e Padre Estanislau tanto fez, que acabaram punidos. E, aos poucos, as coisas foram voltando ao normal”¹⁷¹.

É interessante registrar que, no ano de 1954, conforme constatamos, ocorreu em Criciúma, o Congresso Eucarístico Estadual. Esta realização teria sido obra do Padre Agenor Neves Marques, e Padre Biff diz que foi uma das coisas mais belas e triunfais da história da Igreja Católica de Santa Catarina. Contou com a presença de 50.000 pessoas, vindas de todo o Sul de Santa Catarina. “Este Congresso foi uma demonstração de força contra os comunistas”¹⁷². Padre Marques reforça que o Congresso foi feito por causa dos comunistas, para acabar com o comunismo em Criciúma. “Eu fui um padre jovem, que foi formado para combater. E, combatia a maçonaria e o comunismo ferrenhamente”¹⁷³. Por conta disso, Padre Marques diz que colecionou inimigos em Criciúma. “Certa vez, os comunistas me deram uma

Soratto. Urussanga: [s. n.], 2001.

¹⁶⁷ BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997. p. 105.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 105.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 105.

¹⁷⁰ GAIDZINSKI, Otávia Burigo. Otávia Burigo Gaidzinski: depoimento [jun. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997. P. 103.

¹⁷³ MARQUES, Agenor. Agenor Marques: depoimento [jul. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Urussanga: [s. n.], 2001.

surra, que quase me mataram”¹⁷⁴. Ainda com relação a esse Congresso, o mesmo foi um sucesso, tendo atingido o grande objetivo que era o de enfraquecer o poder de liderança dos comunistas locais.

O Congresso teve Padre Marques como mentor. E este, segundo sua própria versão, convenceu o vigário local a chamar os padres Capuchinos e os Franciscanos, para “sacudir o povo”, não deixar com que perdessem a fé. “Então, vieram todos para Criciúma, e aqui ficaram 60 dias. Pregando missão em todas as bocas de galeria, em todas as minas, em todos os povoados. Esse Congresso foi idéia de padre jovem, que foi formado para o combate, para defender a Igreja de qualquer jeito”¹⁷⁵. O Congresso teve uma grande repercussão, tendo os bispos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina aderido e mandado seus seminaristas. Teriam os mesmos vindos numa caravana pela praia, trazendo a imagem de São Cristóvão. Ao chegarem, começam a preparar as crianças para realizarem a Primeira Eucaristia.

Arranjaram em torno de 3.000 crianças. Eu dei comunhão até para criança de 5 anos de idade. Os franciscanos chegaram com poderes de bispos. Amasiados, não tinha nada de fazer curso. Iam casando todo mundo. E protestantes, e essa gente toda [...] iam atraindo todo mundo¹⁷⁶.

É lícito supor, ao exame dessa conjuntura, que foram estas algumas das causas de a implantação da Diocese ter se dado em Tubarão e não em Criciúma. Esta conclusão encontra respaldo na versão de Belloli, que considera que o movimento Pró-Diocese, liderado por Padre Estanislau, não encontrou eco junto à grande parte da população de Criciúma, que não comungava do mesmo ideal. Foi, segundo o mesmo, um movimento isolado, por parte de alguns. “Ah! Nós estávamos mais preocupados com o social. Resolver os graves problemas daqui. Talvez [...] não se quisesse uma Diocese”¹⁷⁷. Entretanto, Padre Biff, discordando das palavras acima, observa que, “quando se pensou na criação de uma Diocese no Sul do Estado, houve grande movimentação para fazer de Criciúma, a sua sede”¹⁷⁸.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ BELOLLI, Mário. Mário Belolli: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadora: Delotilde Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁷⁸ BIFF, Claudino. *Crônicas da Diocese de Tubarão*. Tubarão: Coan, 1997. p. 103.

2.4 As tramas

Na abordagem do primeiro capítulo, foi possível perceber que, ao criar uma nova Diocese, a Santa Sé faz uma prévia avaliação dos municípios que pretendem sediá-la. Os méritos de cada um são explicitados através das avaliações que fazem de si próprios, quando respondem aos questionamentos¹⁷⁹, onde informam os bens materiais que ofertam como patrimônio à Santa Sé. E cada município candidato à sede do bispado, conforme constatamos, foi minuciosamente avaliado, pois somente após quatro anos de trâmite, a Santa Sé decidiu escolher Tubarão. E essa conquista, Zumblick definiu como, “Tubarão venceu mais uma batalha”¹⁸⁰. As palavras expressas denotam que outras batalhas já haviam sido travadas entre os Municípios de Tubarão e Criciúma. O ex-prefeito de Criciúma, Barreto, diz que os dois municípios ora trabalhados, desde longa data estavam envolvidos em disputas, rivalizando-se: “Nós nos abastecíamos em Tubarão. Lá, comprávamos no atacado para nosso varejo. Até na área médica. Nós consultávamos em Tubarão”¹⁸¹. Segundo ainda o depoente, essas disputas teriam tido início na década de 40, quando Criciúma desponta como *A Capital Brasileira do Carvão*, e Tubarão havia se consolidado como pólo regional. Até então, Criciúma teria sido dependente de Tubarão: “Se você questionar pessoas da minha idade, vai ouvir falar da guerra que sempre se travou entre essas cidades. Guerras de liderança”¹⁸². “Mas Criciúma nunca parou, ela tocou”¹⁸³, diz Barreto.

E com o tempo, os atacados foram sendo criados em Criciúma, fomos nos isolando de Tubarão. E à medida que Criciúma cresceu, buscou cortar o cordão umbilical que a ligava a Tubarão. E então, tudo o que nós podíamos trazer para cá, nós não íamos concordar que ficasse em Tubarão¹⁸⁴.

Padre Marques vê a rivalidade entre os dois municípios como fato histórico, pois, “nem no futebol, eles nunca se acertaram”¹⁸⁵. Em sua versão, tais conflitos teriam como causa o legado cultural, diverso na origem e procedência. Sendo Tubarão,

¹⁷⁹ Os questionários consultados, encontram-se no arquivo da Cúria Diocesana de Florianópolis.

¹⁸⁰ ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 370.

¹⁸¹ BARRETO, Argemiro Manique. Argemiro Manique Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ BARRETO, Argemiro Manique. Argemiro Manique Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁸⁵ MARQUES, Agenor. Agenor Marques: depoimento [jul. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Urussanga: [s. n.], 2001.

de origem portuguesa, da maçonaria do Conde D'Eu, e Criciúma, herança de italianos, de trabalho, de luta. Essa diferença teria se tornado marco na história dos dois municípios e não se apaga em um século. O dinheiro, é uma veia carótida na história de Criciúma. Criciúma [...] é herança dos ricos¹⁸⁶.

Também as palavras de Lacombe Filho são significativas, dizendo ter conhecimento de “uma disputa bastante acirrada entre as lideranças sociais destes municípios. Os tubaronenses nos chamavam de colonos”¹⁸⁷. Padre Biff afirma que “o movimento feito por Criciúma, para sediar a Diocese é justo. E sempre que se pensar na criação de uma nova sede, Criciúma é a única opção viável”¹⁸⁸. Também Zumblick, quando abordou essa questão, explicitou o movimento feito por Criciúma, pela disputa da Diocese, como uma tempestade de verão, que sempre surpreende pela chegada. E teria sido formada, “mais de vento, que mesmo de chuva”¹⁸⁹. Essas palavras tornam-se muito significativas, quando ouvimos a versão de Cechinel, que foi governanta do Padre Estanislau até sua morte, afirmando que o Arcebispo de Florianópolis já teria dito que “a Diocese viria para Criciúma”¹⁹⁰ e Padre Estanislau teria ficado muito magoado com a vitória de Tubarão. “Ah! Ele ficou muito aborrecido. Ele não se conformava”. E, quando questionada sobre a provável causa da derrota sofrida por Criciúma, Cechinel respondeu: “até hoje, eu me pergunto por que a Diocese não veio para Criciúma. Estava tudo pronto para vir para cá, e de repente eles acharam que Tubarão era maior. Eu não sei se houve política [...]”¹⁹¹.

Ao reafirmar que Tubarão sempre rivalizara com Criciúma, o senhor Barreto contemporiza com a senhora Cechinel dizendo que, “a Igreja comete certos absurdos na área da criação de dioceses, que não dá para entender. Francamente [...] parece coisa de lavadeira”¹⁹². E na continuidade do seu depoimento, salienta: “o que nós queríamos era a independência de Tubarão. Nós não queríamos ficar submissos a área religiosa de Tubarão. Então, veio a ciúmeira”¹⁹³. De acordo com o Professor Rocha “houve muita confusão naquela

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ LACOMBE FILHO, Carlos Ernesto. Carlos Ernesto Lacombe Filho: depoimento [mai. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁸⁸ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

¹⁸⁹ ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão...!** Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. p. 369.

¹⁹⁰ CECHINEL, Custódia. Custódia Cechinel: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁹¹ CECHINEL, Custódia. Custódia Cechinel: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁹² BARRETO, Argemiro Manique. Argemiro Manique Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

¹⁹³ *Ibidem*.

época, pois queriam levar a Diocese para Criciúma”¹⁹⁴. Esse jogo de forças que estamos entendendo como uma disputa pelo mercado dos bens simbólicos e do sagrado, deve-se, segundo Vettoretti, ao fato de que “o nome da cidade que sedia uma Diocese é projetado e atrai benefícios de toda ordem”¹⁹⁵. Com isso concorda o senhor Argemiro, ao afirmar que “uma Diocese promove a cidade, no sentido de reconhecimento territorial. O que é Tubarão? É uma Diocese”¹⁹⁶. Salienta ainda, que “uma cidade até então desconhecida, passa a ser conhecida até mesmo em escala nacional, após sediar uma Diocese. Às vezes, lá fora, nunca se ouviu falar naquela cidade, mas, quando se diz: o bispo de tal cidade [...] se pensa logo que essa cidade é alguma coisa”¹⁹⁷. Dentro dessa perspectiva, Bourdieu salienta que a lógica do funcionamento da Igreja, aliada à forma e ao conteúdo da mensagem que ela impõe, resultam da ação conjugada de coerções internas inerentes ao funcionamento de uma burocracia,

que reivindica com êxito mais ou menos total, o monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos, e da gestão dos bens de salvação e de formas externas que assumem pesos desiguais, de acordo com a conjuntura histórica¹⁹⁸.

Assim, consideramos que os estudos precedentes deixaram em aberto o problema do discurso de superioridade, o qual tentaremos em parte solucionar, com novos dados recolhidos.

2.5 As investidas

Um outro fato que consideramos importante abordar, dado ao valor a ele atribuído, refere-se ao discurso de superioridade que Tubarão acreditou possuir sobre Criciúma, aqui apresentada como o município concorrente. Chama-nos a atenção a frequência com que isso é referido pelos moradores de Tubarão e até mesmo pela imprensa local: a convicção de superioridade do seu município e a conseqüente inferioridade atribuída ao Município de Criciúma. É possível perceber um alto grau de imaginário coletivo com que se deixaram impregnar mentes, almas e corações. Assim, é lícito supor que os discursos pregados pelos

¹⁹⁴ ROCHA, Milton. Milton Rocha: depoimento [set. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

¹⁹⁵ VETTORETTI, Amadio. Amadio Vettoretti: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

¹⁹⁶ BARRETO, op. cit., 2000.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: USP, 1998. p. 165-202.

líderes sociais, aqui vistos como os representantes da coletividade tubaronense, foram muito bem articulados e professados. Exemplificamos com a versão do Padre Guizoni, quando relata que Criciúma era a única cidade que, “quase se parecia com Tubarão”¹⁹⁹. Porém, com muito menos chance de se tornar sede do bispado nascente. Destaca Padre Guizoni que havia a consideração de que Tubarão era uma cidade com muito mais méritos, “por isso foi a escolhida”²⁰⁰. E então conclui: “Criciúma sempre dizia: a única coisa que ainda não temos é uma Diocese. Nós ainda vamos trazer o bispo de Tubarão para cá”²⁰¹. Mas, Barreto reitera que Criciúma reivindicara sim uma Diocese, mas salienta, “não foi no sentido de tirar a Diocese de Tubarão, mas sim, de conseguir a independência de Tubarão também na área religiosa”²⁰². De acordo com o depoente, teria ouvido um comentário da senhora Dilza Freitas, presidenta do Rotary Clube de Tubarão, que a entidade era muito parada e ultrapassada em seu município, e então ela disse aos demais membros: “olha! Vocês cuidem, porque Criciúma vai acabar levando até a Diocese de Tubarão”²⁰³.

Uma nota publicada no jornal **A Imprensa** de Tubarão, parece reforçar essa afirmativa ao declarar que, num encontro regional de rotarianos, Criciúma se achava representada pelo que tinha de melhor na sua indústria, no seu comércio e na sua sociedade e Tubarão, “deve seguir o exemplo de Criciúma. [...]”²⁰⁴. As querelas existentes entre os dois municípios tornam-se mais explícitas, quando analisamos alguns documentos encontrados no arquivo da Cúria Diocesana da Arquidiocese de Florianópolis. Tais fontes trazem as informações sobre cada município, pretendo candidato à sede da nova Diocese. De posse dessas informações, a Santa Sé analisaria e, por fim, escolheria aquele município que julgasse atender os requisitos postulados: “Este questionário é de caráter geral, agradece-se porém, todas as informações suplementares de caráter particular, que podem melhor ilustrar o assunto”²⁰⁵.

¹⁹⁹ GHIZZONI, Raimundo. Raimundo Guizzoni: depoimento [fev. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Ibidem*.

²⁰² BARRETO, Argemiro Manique. Argemiro Manique Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

²⁰³ *Ibidem*.

²⁰⁴ ENCONTRO rotariano: Criciúma, um exemplo a ser seguido. **A Imprensa**, Tubarão, n. 732, 01 mai. 1950. p. 1.

²⁰⁵ NUNCIATURA Apostólica de Curitiba. **Ofício aos municípios candidatos à sede da Diocese**. Florianópolis, 1955.

Na análise das palavras proferidas pelo Núncio Apostólico, deduz-se que informações a respeito dos outros candidatos também seriam aceitas. E a solicitação a informações suplementares parece ter sido logo absorvida pela equipe do projeto Pró-Diocese de Tubarão, uma vez que, anexas às informações favoráveis sobre Tubarão, estão contidos informes desfavoráveis sobre Criciúma.

Se a Santa Sé, se dignar escolher a cidade de Tubarão (no meu humilde entender é a que melhores condições oferece), como centro territorial, ferroviário, rodoviário, industrial, agrícola, etc, destinando-se ao que parece um radioso futuro. Se dignar, digo, preferir esta cidade, a sua atual matriz, vasta e que ainda há pouco passou por reformas, poderá muito bem, ser transformada em catedral [...] ²⁰⁶.

Entretanto, sobre a possibilidade de Criciúma ser escolhida como sede da projetada Diocese, esclarece Monsenhor Bernardo Peters,

Criciúma é um grande centro operário, mas uma cidade sem grandes atrações pela deficiência de estabelecimentos de ensino, falta água tratada, rede de esgoto, clima insalubre por causa dos resíduos do carvão, uma população instável e flutuante, dependendo da indústria carbonífera que periodicamente passa por sérias crises, atingindo os pobres operários, procurando então outras cidades, [...] ²⁰⁷.

Essas observações nos levam a crer que Tubarão julgava-se merecer, sediar o novo bispado, e estava consciente de que com as informações que desmerecia o município rival, estaria contribuindo para que a escolha recaísse sobre sua cidade. Baczczo sublinha que, se no campo das disputas pela legitimidade, preservar a conquista é fundamental, não é menos importante explicitar o não merecimento do concorrente. ²⁰⁸ De acordo com Baczczo, compete aos agentes sociais, (neste caso, a equipe Pró-Diocese de Tubarão) legitimados para representar os sonhos e as aspirações de uma comunidade, a preocupação de tudo fazer e/ou dizer, para produzir o convencimento, incluindo a depreciação do adversário. “Estas atitudes aparecem como a garantia última da representação do mundo social, a qual eles se esforçam por impor, dos ideais e das idéias que eles têm a missão de aceitar” ²⁰⁹.

²⁰⁶ COMISSÃO Pró-Diocese de Tubarão. **Ofício resposta à nunciatura Apostólica de Curitiba**. Florianópolis, 1955.

²⁰⁷ *Ibidem*.

²⁰⁸ BACZCO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. V 1, p.310

²⁰⁹ BACZCO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1, p.310.

É interessante ressaltar que, no decorrer dos quatro anos em que tramitou o processo de criação da Diocese de Tubarão, não se observa momento em que os sujeitos sociais, envolvidos neste projeto, deixaram de lutar pela preservação e crescimento do projeto, assegurando os métodos para alcançá-lo. Cabia a eles, pois, enquanto representantes eleitos, legítimos e legitimados, não medir esforços no sentido de fazer tornar real um ideal imaginado e há muito já cristalizado em meio à população que os elegera como líderes. Entretanto, quando se analisa a versão de Criciúma, sobre sua pretensão de sediar a Diocese, percebe-se que a idéia de merecimento também povoara o imaginário daquela comunidade.

Segundo o depoimento de Wasmiewski, Criciúma merecia sim ser diocese, pois, “se Tubarão tinha mais cultura, nós tínhamos mais dinheiro”²¹⁰. Ainda a esse respeito, Padre Marques contemporiza com o parecer acima, afirmando que, se Tubarão podia oferecer os bens materiais reivindicados pela Santa Sé, Criciúma poderia dobrá-los, “afinal, Criciúma tinha o ouro negro. O dinheiro, jorrava das minas de carvão”²¹¹. Temos, também, com referência ao assunto, o depoimento do senhor Barreto, reforçando os demais. “Criciúma era merecedora sim. Sabe! Tudo o que nós queríamos trazer para Criciúma, vinha depois de Tubarão. Nós não tínhamos nada contra Tubarão, tínhamos a favor de Criciúma”²¹². As forças de Tubarão eram mais vivas, e seus discursos mais coesos, por isso “aconteceram absurdos como a instalação da sede da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, pois, se a Estrada de Ferro foi construída para transportar carvão, nada mais correto que instalar sua sede em Criciúma. Onde estava o carvão? Estava aqui”²¹³. Ou ainda, sobre a instalação da Termoelétrica – SOTELCA, instalada em Tubarão, o senhor Barreto argumenta que esta estatal era movida à carvão, então, “por que construir a Termoelétrica, distante da sua força geradora, da matéria-prima que ela ia consumir?[...] Tudo isso, graças às lideranças que Tubarão teve”²¹⁴. Sendo assim, torna-se agora mais clara a constatação de que os dois municípios aqui trabalhados, rivalizaram-se em vários campos e, por certo, a sede da Diocese seria vista como mais um triunfo do qual ambos não abririam mão, uma vez que julgavam-se possuir os méritos necessários para a efetivação de tal projeto.

²¹⁰ WASMIEWSKI, Maria Luiza. Maria Luiza Wasmiewski: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

²¹¹ MARQUES, Agenor. Agenor Marques: depoimento [jul. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Urussanga: [s. n.], 2001.

²¹² BARRETO, Argemiro Manique. Argemiro Manique Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

²¹³ BARRETO, Argemiro Manique. Argemiro Manique Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

²¹⁴ Ibidem.

Podemos também observar, no desenvolver do nosso trabalho, um certo ‘jogo de corpo’ por parte do Arcebispo de Florianópolis que deveria intermediar a negociação entre os municípios postulantes e a Nunciatura, estando, portanto, atento a todas as informações vindas dos dois candidatos que estavam sendo objeto de estudo por parte da Igreja. Padre Biff interpreta isso como, “jogo de padre” e parece conhecer a personalidade de Dom Joaquim, quando argumenta: “Águia de vôo elevado, o Arcebispo nunca dizia sim, nunca dizia não”²¹⁵. Também foi possível perceber, num dado momento da situação, que o Município de Criciúma quis suplantar às manifestações de força por parte de Tubarão. Isso, através do famoso Congresso Eucarístico que foi realizado em Criciúma, conforme anteriormente mencionado.

Segundo Padre Marques o Congresso Eucarístico, que teve como finalidade maior acabar com a forte influência dos comunistas sobre os trabalhadores mineiros de Criciúma, visava, também, chamar a atenção do alto clero sobre o município²¹⁶. A repercussão dessa nova investida, por parte do município concorrente, pareceu ter assustado Tubarão, a julgar pelo desabafo de Zumblick: “[...] oferecendo mais do que já tínhamos dado. Chegando a criar certo pânico em meio à nossa gente.”²¹⁷ A essa nova ofensiva por parte de Criciúma, Tubarão respondeu com a coleta de três folhas de assinaturas, que se constituiu num abaixo-assinado, onde os representantes do Município de Tubarão solicitam novamente a Diocese, e reforçavam as vantagens que poderiam ofertar à Santa Sé. “Abaixo-assinados, humildes colaboradores dos bens da Igreja, propõem fazer as concessões . [...] Na hipótese de escolhida a paróquia de Tubarão para sede do bispado”²¹⁸. E o Arcebispo de Florianópolis em resposta, “acusado em mão, o ofício com dois volumes de assinaturas, e folgo em comunicar que os elementos pelo menos essenciais que depende desta Cúria, o patrimônio solicitado pelo Arcebispo. [...] E os informes naturalmente estará sendo objeto de estudos”²¹⁹.

É interessante observar, ainda que, anexas ao citado abaixo-assinado dos líderes tubaronenses, constam outras informações negativas sobre Criciúma. Essas informações de

²¹⁵ BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997. p. 162.

²¹⁶ MARQUES, Agenor Neves.

²¹⁷ Zumblick, Walter. **Este meu Tubarão!!! Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992. P. 390**

²¹⁸ NUNCIATURA Apostólica de Curitiba. **Ofício aos municípios candidatos à sede da Diocese**. Florianópolis, 1955.

²¹⁹ COMISSÃO Pró-Diocese de Tubarão. **Ofício resposta à nunciatura Apostólica de Curitiba**. Florianópolis, 1955.

Tubarão, nos pareceu, visavam enfraquecer o adversário, aos olhos da Nunciatura. Também Baczco esclarece que é nos tempos de crises que a produção de imaginários torna-se mais efervescente, pois, se a legitimidade do poder é um bem raro, e por isso precioso, é necessário preservá-lo. E mais, se no campo das disputas por essa legitimidade, preservar é fundamental, não menos importante é explicitar as fraquezas do adversário. Sendo,

[...] as épocas de crise de um poder, serem também aquelas em que se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, e em que os representantes de uma nova legitimidade e de um futuro diferente, proliferam e ganham difusão e agressividade²²⁰.

Assim nos parece que imperioso se fez tornar ainda mais visível os argumentos de Tubarão, arregimentando novas forças e, se necessário, fazer uso de artimanhas e agressividade, para tornar-se finalmente o vencedor. E isso pôde ser feito, através de retratos, imagens positivas de si, ou ainda, por meio do discurso de desmerecimento, que poderia ser construído sobre o adversário. Pois, o que importava para os representantes do ideal da comunidade, era preservar o poder que lhes fora outorgado.

Parafraseando Bourdieu, o agente político retira a força política da confiança que um determinado grupo nele deposita. “Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional. O programa-ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que como se diz, põem nele todas as esperanças”²²¹. A observação sobre o discurso de merecimento, pode encontrar respaldo nas palavras do Padre Biff, ao observar que, conforme já anteriormente citado, quando se pensou na criação de uma Diocese no sul, houve grande movimentação para fazer de Criciúma a sua sede. Mas Padre Biff observa também que, “por trás da idéia, estava Monsenhor Peters, que convenceu o Nuncio Chiarelli, a escolher Tubarão”²²². Conforme informamos anteriormente, Monsenhor Peters teria sido um dos principais mentores do projeto da criação da diocese em Tubarão. Além disso, Monsenhor Peters era amigo do Nuncio Apostólico no Brasil, Carlo Chiarelli que seria mediador da negociação com a Santa Sé. Sendo assim, questionamos Padre Biff sobre a possibilidade, de considerarmos a amizade entre os dois clérigos como fator que influenciou também na

²²⁰ BACZCO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaud. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1. p. 310.

²²¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand, 1998. p. 87.

²²² BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

decisão da Santa Sé, optar por Tubarão, como município sede da Diocese. Padre Biff nos pareceu dizer sim. “Monsenhor Peters era político, e político padre, se torna assim [...] meio maquiavélico”²²³.

Monsenhor Peters, no ofício encaminhado à Arquidiocese de Florianópolis, teria proferido que os projetos de construção de uma siderurgia e usina termoeletrica, informado pelo prefeito de Criciúma, “[...] quanto me consta, vão ser realizados em Araranguá, pois Criciúma, tem falta de água [...]”²²⁴. E continua dizendo que o movimento religioso de Criciúma era crescente e consolador, e que esse fato era observado e acompanhado em quase todas as paróquias do sul do Estado: “Tubarão, que em 53, teve 150.000 confissões, enquanto Criciúma, 75.000. A população de Tubarão estável, clima salubre [...]”. Ou seja, exatamente o contrário de Criciúma, de acordo com o ponto de vista do Monsenhor²²⁵.

Baczco chama a atenção para o fato de que, quando uma coletividade se sente agredida pelo exterior, “[...] ela põe em marcha, como meio de auto-defesa, (sic) todo o seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar a energia de seus membros, unindo e guiando suas ações”²²⁶. Reforçamos que, analisando as correspondências trocadas entre os dois clérigos, Monsenhor Peters solicitou ao seu amigo Nuncio que intercedesse por Tubarão junto ao Vaticano, uma vez que a resposta da Nunciatura foi carregada de promessas: “[...] De mim, porém, devo assegurar em caráter reservado, que pleitearei e tudo farei para que essa preferência recaia sobre Tubarão”²²⁷. Entretanto, antes de finalizarmos, convém ressaltar que havia mais um obstáculo a ser vencido pelo Município de Tubarão. Os limites da Diocese não deveriam discordar dos limites civis dos demais municípios. Ou seja, os municípios que se avizinhavam teriam que dar também seu parecer, concordando ou discordando da eleição desse município, para sediar o novo bispado.

De acordo com Feijó, a Comissão Pró-Bispado de Tubarão passou, então, a realizar visitas às paróquias vizinhas, onde levava o discurso de que, no caso de Tubarão ser o eleito,

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ HUBOLT, Frederico. **Ofício do Vigário Geral de Tubarão à Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis, 10 set. 1954.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ BACZCO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1. p. 310.

²²⁷ NUNCIATURA Apostólica do Rio de Janeiro. **Ofício à Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis, 04 mar. 1954.

todos os demais seriam também beneficiados. Diante do nosso questionamento sobre os benefícios de que desfrutariam os colaboradores de Tubarão, Padre Guizzoni respondeu: “Com um bispo por perto, as coisas ficariam melhores. Aumentariam as rendas das paróquias, e os sacramentos seriam ministrados pelo próprio bispo. Enfim, com um bispo, as coisas relativas ao reino seriam mais consubstanciadas”²²⁸. Observamos, então, que num curto espaço de tempo, os líderes sociais de Tubarão conseguiram a almejada aprovação. Os demais municípios sulinos comungavam agora do mesmo ideal, haja vista que anexos aos documentos comprobatórios dos bens patrimoniais ofertados por Tubarão, seguiam fotos e cartas geográficas da Região Sul, bem como o carimbo e assinatura de cada paróquia visitada, e cada uma dessas paróquias contribuiria com algum tipo de oferta para a projetada Diocese, “Abaixo, relação do patrimônio da Igreja Matriz de Tubarão, incluindo animais e plantações. E, as devidas assinaturas reconhecidas das demais paróquias”²²⁹. Assim, parece-nos possível afirmar que os discursos proferidos pelos representantes da comunidade tubaronense, tiveram o poder do convencimento, a julgar pela forma como os demais municípios aderiram à causa.

Sobre o poder das palavras, Bourdieu salienta que tão logo os traços e o critérios sejam percebidos e apreciados como de fato o são na prática, acabam funcionando como signos, emblemas ou estigmas e, também, como poderes, e nenhum sujeito social é capaz de ignorar que as propriedades simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função, tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador, pois,

constituem um caso particular das lutas entre classificações, lutas pelo monopólio do poder, de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer, de impor a definição legítima das visões do mundo social e, [...] o efeito simbólico exercido pelo dispositivo é tanto mais inevitável quanto, em meio às lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento, os chamados critérios objetivos [...] ²³⁰.

O discurso de merecimento, nesse caso, pela forma como foi produzido e até mesmo imposto, conseguiu, se não uma resposta coesa, ao menos não se observa manifestação contrária. Segundo ainda Bourdieu, os discursos são utilizados como armas e, “designam os traços sobre os quais pode fundar-se a ação simbólica de mobilização, com vistas a produzir a

²²⁸ GHIZZONI, Raimundo. Raimundo Guizzoni: depoimento [fev. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²²⁹ PETERS, Bernardo. **Ofício à Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis, 23 mar. 1955.

²³⁰ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand, 1998. p. 111.

unidade real ou a crença nessa unidade”²³¹. Pode-se, então, concluir que o discurso bem articulado pelos representantes da sociedade tubaronense, composta por sua elite, que objetivou, lutou, e até mesmo, usou de artimanhas para levar para sua cidade a sede da Diocese sulina, foi uma das principais armas. Visaram fazer do seu município também o pólo religioso, uma vez que acreditam já possuir o status de pólo econômico, e político-social do sul do estado. A respeito, opina o senhor Ballestro que, “Tubarão sempre pensou viver de tradição”²³². Ao que o senhor Barreto reforça: “Tubarão tinha uma liderança muito forte. A elite de Tubarão era católica fervorosa. Tinham uma oratória poderosa. Enfim, Tubarão tinha líderes. Criciúma, [...] tinha ricos”²³³

Bourdieu aponta que o porta-voz autorizado é aquele ao qual cumpre ou cabe falar em nome da coletividade que o elegeu. E essas estratégias tendem a assegurar a satisfação do interesse expressivo, possibilitando-lhes lucro, material ou simbólico, que as diferentes formas de discurso podem proporcionar, pois, com efeito, podem produzir sua própria verificação, caso, “[...] consigam se impor à crença coletiva e criar por sua virtude mobilizadora, as condições de sua própria realização”²³⁴. Assim, Criciúma teria “recebido de braços abertos a nova Diocese de Tubarão”²³⁵, como alega o senhor Barreto. Ou, como quer Padre Biff, “Sempre houve, e sempre haverá, um movimento para fazer Criciúma Diocese”²³⁶. Entretanto, finalizaria Bourdieu,

os dominados tomam parte do discurso e da consciência, [...] uma vez que só podem constituir em grupo separado, mobilizando-se e mobilizando a força por eles detida em estado potencial, sob a forma de questionamento. [...] Sendo que o produto dessa ordem lhes impõem o reconhecimento dela e, portanto, a submissão²³⁷.

Mas Dal Farra observa que, hoje, a Diocese já é uma realidade em Criciúma. Complementando que foi um processo de encaminhamento antigo, porém normal. E o resultado “deveu-se ao fato de que o bom senso vinha, há muito tempo, indicando a

²³¹ Ibidem. p. 111.

²³² BALLESTRO, João. João Ballestro: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

²³³ BARRETO, Argemiro. Argemiro Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

²³⁴ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand, 1998. p. 111.

²³⁵ Ibidem. p. 111.

²³⁶ BIFF, Claudino. **Crônicas da Diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997. p. 106.

²³⁷ BOURDIEU, op. cit., p. 121.

necessidade da mesma, como condição necessária para se oferecer aos cristão católicos do extremo sul do estado, um acompanhamento e orientação pastoral adequados”²³⁸

3 A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE E A REMODELAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DAS CONDUTAS PÚBLICAS EM TUBARÃO

Criada a Diocese em Tubarão, a população local aguardava com grande expectativa a chegada do primeiro bispo. Para ocupar o cargo, a Santa Sé nomeou D. Anselmo Reinart Pietrulla, nascido em Knurow, Alta Silésia – Alemanha, no dia 12 de setembro de 1906. Tendo iniciado seus estudos secundários na escola da aldeia local, findo os quais, segue a carreira de engenheiro. Entretanto, não completa seus estudos neste ramo. Seguindo a vida religiosa, tomou a decisão de ser Padre Franciscano. Veio para o Brasil em 1927, se estabelecendo na Bahia, onde cursou Filosofia e Teologia em Salvador, tendo sido ordenado sacerdote na Igreja de São Francisco. Em 1949, foi nomeado primeiro Bispo de campina Grande – Paraíba, onde construiu o Seminário Diocesano e Paço Episcopal.

Em 15 de abril de 1955, foi nomeado primeiro Bispo de Tubarão, tendo assumido em 15 de agosto de 1955, quando foi solenemente instalada a Diocese.

Para Padre Biff, D. Anselmo era um homem “afável”, “muito culto”. Entendendo a história desse pontífice, como “muita pródiga, profunda, de muita fé”²³⁹. “Em seu “pastoreio”, teria a Diocese vivido um dos períodos mais férteis em termos de vocação: “não há proporção no mundo à população, lugar, terra, ou região mais fecunda em vocações”²⁴⁰. Na gestão de D. Anselmo, foi criado, em Tubarão, o Seminário Nossa Sra de Fátima que, de acordo com Padre Darós, “dá em média, 4 padres por ano”²⁴¹. Também foram adquiridos vários bens móveis e imóveis, entre estes, meios de comunicação social, como a Rádio Tubá que é ainda hoje, um importante veículo de evangelização.

²³⁸ DAL FARRA, Maria. Maria Dal Farra: depoimento [set. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.

²³⁹ BIFF, Claudino. *Crônicas da Diocese de Tubarão*. Tubarão: Coan, 1997. p. 106.

²⁴⁰ *Ibidem*. p. 106.

²⁴¹ DARÓS, Donato. Donato Darós: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

D. Anselmo, no entender do Padre Darós, foi “uma bênção divina”²⁴². Sendo esta visão compartilhada por membros da elite tubaronense: “D. Anselmo era amigo, empreendedor, providencial”²⁴³, diz Campelli. “Sábio, muito inteligente e presente”²⁴⁴, completa Althoff. Entretanto, é interessante observar que essa visão não é partilhada por considerável número de pessoas da classe menos favorecida: “ele só andava com os ricos. Nas procissões, era seguido pelos ricos. E os pobres? Ah! Os pobres vinham lá atrás, no fim da procissão”²⁴⁵.

De outros relatos, ouviu-se que D. Anselmo era “enérgico, terrível, muito bravo, nazista”²⁴⁶. Mas Padre Biff parece não querer deixar dúvidas a respeito das “boas coisas” realizadas pelo bispo, pois D. Anselmo teria participado do Concílio Vaticano II, e “trouxe luzes e caminhos”²⁴⁷ para a Diocese. Ele era um homem “de vanguarda, que trouxe para nós um novo visual de Igreja. Incentivado por ele, os sacerdotes chegaram a um estágio de equilíbrio e de progresso muito grande”²⁴⁸. Feitas essas considerações, abordaremos as características sociais e urbanas mais marcantes que se produzem sobre a cidade de Tubarão, após a chegada do primeiro bispo. Entre estes, elegemos abordar a remodelação das normas de condutas, inseridas em algumas das mudanças processadas no espaço urbano desta cidade, ora sede da Diocese sulina.

Acredita-se possível perceber a postura da Igreja na releitura desses espaços, considerando a instituição enquanto um dos agentes sociais portadores da proposta educadora e moralizadora, afinando-se com os anseios da nova elite, e amparada pelos poderes público e social. Considerando, também, a importante contribuição dos jornais, que se mostraram porta de entrada, quando se quer compreender melhor as mudanças vivenciadas no cotidiano da cidade a partir da década 50, optamos por abordar o tema mais especificamente sob a ótica do

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ CAMPPELLI, Maria Tereza. Maria Tereza Campelli: depoimento [out. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁴⁴ ALTHOFF, Ruth. Ruth Althoff: depoimento [set. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁴⁵ ALANO, Ana Maria. Ana Maria Alano: depoimento [mar. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁴⁶ RECEPÇÃO do primeiro bispo da diocese de Tubarão. *Diário do Sul*, Tubarão, 15 ago. 1955, Suplemento Especial. p. 9.

²⁴⁷ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.

²⁴⁸ *Ibidem*.

jornal **A Imprensa**, na época considerado o melhor no quesito “informação”. Além de intensificar os discursos voltados para as questões urbanas, chamando a atenção para a pavimentação, limpeza das ruas, iluminação pública, inclusive a remodelação e embelezamento das praças e passeios, procurava demonstrar os sinais visíveis da mudança e “progresso” que se processavam na cidade. Ressalta-se que essa leitura está sendo feita em Tubarão, mas este processo estava ocorrendo em outros espaços. O objetivo, então, é tentar perceber a idéia que a elite de Tubarão tinha da modernidade sob a ótica das inovações que ocorriam no Brasil em virtude das ações renovadoras que caracterizaram o período posterior a Segunda Guerra Mundial, em especial o nacional-desenvolvimentismo que viram em Juscelino Kubitschek de Oliveira, a síntese dos anseios mais caros à classe média urbana.

De acordo com o trabalho desenvolvido pelos organizadores do vol. IV, da obra *“História da Vida Privada no Brasil”*, o surto desse entusiasmo regenerador provocou nas elites brasileiras a sensação de que o país também estava em sintonia com as forças da civilização e do progresso. Essa elite tomou então sob seu encargo, a tarefa de inserir no território brasileiro, as novas idéias modernizadoras, importadas por ela própria. A exemplo do que ocorreu em outros centros brasileiros, a cidade de Tubarão, enquanto pólo regional, aderiu ao processo de modernização, remodelando seus espaços com uma nova endumentária, introduzida por uma camada da elite que podia fazer parte desse espaço, e dele desfrutar.

3.1 Crime contra a moral: o fechamento das casas noturnas de Tubarão

Na discussão que fazemos sobre o espaço alterado na cidade de Tubarão, foi possível perceber a elaboração de um projeto de expansão urbana, norteado também por idéias higienizadoras, que visavam garantir os espaços da cidade, enquanto área de lazer e de sociabilidade. E é no bojo desse processo, que vai aparecer a idéia de “esvaziar” a cidade de tudo aquilo que não é entendido como “normal”, direcionando essas “anormalidades” para a topologia dos desvios. É ali que vamos encontrar histórias de lutas, entre diferentes personagens envolvidos no caso do fechamento das casas noturnas, instaladas na cidade de Tubarão.

Aprofundando esse aspecto, que estamos entendendo como uma defesa dos valores morais, em diversas instâncias, é que nos deparamos com o discurso religioso, sincronizado com outros discursos, como por exemplo: os higienistas, médicos e políticos. Estes trazem

como referencial a exigência às mudanças dos hábitos e costumes, cujos padrões estavam em desarmonia com o código de postura e ética do qual a Igreja Católica se tornou um dos principais portadores. No caso do nosso objeto de investigação, a Igreja, com seus poderosos tentáculos religiosos e olhos vigilantes, perscrutou as referendadas casas e, segundo o historiador Vettoretti, “não sossegou, enquanto não conseguiu fazer com que todas fossem fechadas”. Padre Ghizzoni justifica o fato como medida que visava preservar a “moral do povo tubaronense”²⁴⁹, explicando que isso se dava, através dos sermões das missas de domingo: “o bispo orientava os padres para que abordassem diretamente o assunto nas missas dominicais”²⁵⁰.

No capítulo “*Moral e prática de si*”, da obra “*Vigiar e punir*”²⁵¹, Foucault analisa a moral e as formas de atuação desta, como um complexo sistema de elementos. Por moral, o autor entende o comportamento real dos indivíduos, em relação às regras e valores de um conjunto prescrito (código moral). Contudo, comportamento não necessariamente está sempre em conformidade com as prescrições. Pode-se pensar assim, em variedades de conduta. Existem, segundo o autor, relações dos sujeitos com tais “prescrições morais,” como o modo de sujeição, pois, para ser dita moral, “uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor”²⁵². Procurando conhecer o teor dos discursos religiosos pregados “em defesa” da moral do povo tubaronense, com relação às casas noturnas, Adalberto da Silva nos responde que: “freqüentando aquelas casas, os homens estavam colocando em risco a família, a dignidade, a religião e até mesmo a salvação da alma”²⁵³.

Ainda Foucault, em “*Vigiar e punir*”, mostra como o corpo deixa de ser, no século XIX, o alvo da punição dos transgressores, transferindo-a para o que se convencionou chamar de alma. O castigo passa a atuar “profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições [...], as paixões, os instintos [...], na intenção de punir a alma”²⁵⁴.

²⁴⁹ GUIZZONI, Raimundo. Raimundo Guizzoni: depoimento [fev. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁵⁰ VETTORETTI, Amadio. **Palacete Cabral**: a casa da cidade: centenário. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1997. p. 17.

²⁵¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência das prisões. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 11-32.

²⁵² *Ibidem*. p. 11-32.

²⁵³ SILVA, Adalberto da. Adalberto da Silva: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁵⁴ FOUCAULT, op. cit., p. 32.

Entretanto, apesar da ameaça de “danação da alma”, os fiéis, freqüentadores das afamadas “Asa Branca” e “Bico Verde”, continuavam transgredindo a ordem imposta pela Igreja, e “quando os padres falavam, os homens baixavam a cabeça, mortinhos de medo do bispo. Mas..., até os padres iam lá...É, alguns”²⁵⁵. O surgimento dessas casas, de acordo com o advogado criminalista Rosa, “deu-se nas décadas de 30-40, período áureo da história de Tubarão”²⁵⁶. É quando o município se consagra pólo regional, devido principalmente, às instalações das diversas estatais, atraindo um grande número de pessoas, que ali aportavam, atraídas pelo surto desenvolvimentista, ocorrido nesse período. Essas casas ainda de acordo com o depoente, tiveram importante participação, na história do município, tendo contribuído para alavancar o comércio local. Uma vez que as mulheres que ali residiam e trabalhavam, “eram as melhores consumidoras no comércio, e bastante consideradas pelos comerciantes”²⁵⁷. Talvez essa seja uma justificativa que explica por que até o ano de 1960 aproximadamente, essas casas não tenham sofrido maiores hostilizações, por parte da população. Contudo, esse estado de coisas parece mudar após a chegada do primeiro bispo à cidade. Essas “mulheres da vida” deixaram de ser rentáveis consumidoras, para se transformarem em “alcoviteiras”, “anjos de satanás,” “vagabundas,” etc... Passaram a integrar o rol das anomalias, causando estranhamento em meio a um espaço que estava sendo transformado, em conformidade com o discurso da elite local, aliada à postura da Igreja, que tinha, na autoridade do primeiro bispo, um eficiente porta-voz.

O historiador Serpa aponta em seus estudos as práticas dos bispos, como sendo compatíveis com a autocompreensão da Igreja.²⁵⁸ Vale observar a constatação quase unânime nos depoimentos obtidos, com relação ao fechamento das casas noturnas, quando afirmam ter partido da Igreja a iniciativa. Todavia, reforçam não ter conhecimento de que o nome da Igreja aparece de maneira explícita ou nem mesmo envolvida no caso. As pesquisas que realizamos, junto aos processos criminais referentes ao episódio, confirmam a versão popular. Ou seja, se D. Anselmo foi o mentor intelectual das ações que levaram ao fechamento das referidas boates, as providências tomadas transcorreram por outras vias, as quais não

²⁵⁵ SILVA, Adalberto da. Adalberto da Silva: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁵⁶ ROSA, Aderbal da. Aderbal da Rosa: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ SERPA, Élio Cantalício. P.116.

passaram pelos “compêndios” da Diocese. Entretanto, em entrevista que nos concedeu o delegado regional da época, foi bastante claro, quando afirma ter sido procurado pelo bispo, que:

pediu-me para ajudá-lo. Assim...como um favor que se faz a um amigo sabe. Então, o que eu precisava, era dar um flagrante. Fui lá diversas vezes. Um dia, flagrei. O que vi? O suficiente para enquadrar como aviltamento à moral. Aquilo...Assim, não podia continuar. Então, mandei fechar. Eles recorreram, perdi em primeira instância, mas ganhei depois²⁵⁹.

Questionamos, então, o que no parecer do depoente, constituiria aviltamento à moral. “A visão que o povo tinha daquele local”²⁶⁰, foi sua resposta. Explicou ainda que o flagrante foi caracterizado quando avistou e registrou as mulheres da boate “Asa Branca”, em trajes sumários. Pudemos constatar isso, analisando ação criminal impetrada, que tramitou no Fórum de Tubarão. “Esse crime”, de acordo com o delegado, tinha um agravante: a visão do flagrante era partilhada frequentemente com crianças que estudavam em um colégio nas proximidades. Quando o Advogado Rosa nos deu seu depoimento, não pudemos deixar de observar uma certa hostilidade ainda latente, em relação ao Delegado Silva.

Segundo o advogado, o delegado que estava em começo de carreira, “queria aparecer, cair nas boas graças da Igreja”. Mas, na verdade, era “um imbecil, que fazia uso e abuso da autoridade”²⁶¹. Ainda em relação ao caso, temos o relato de Alvaci da Silva, dizendo que as mulheres daquelas casas, em nada se diferenciavam das ditas mulheres honestas.

Olha! Eu era pequena, morava perto do “Bico Verde”. Morria de curiosidade. Até que um dia, fui lá com uma amiga, com a desculpa de vender goiabas. Quem nos atendeu, foi a D. Maria Sempre Boa, (dona da casa). Ela não nos deixou entrar, dizendo que lá não era lugar para crianças. Mas, não desisti. Conseguimos entrar escondidas. O que vi? Nada era diferente daquilo que tínhamos em casa. Tudo lá era normal: camas, roupas, tudo [...] Que decepção²⁶².

²⁵⁹ SILVA, Dirceu da. Dirceu da Silva: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ ROSA, Aderbal da. Aderbal da Rosa: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁶² Ibid.

No importante trabalho que realizou sobre a Prostituição na Idade Média, Rossiaud observa que a confusão criada em torno das mulheres honestas e das prostitutas era de fácil solução, já que a questão era apenas um caso simples de vestimentas e de sinais: “quais os fatos que as fazem perder a honra? A vestimenta e a maquiagem [...]”²⁶³. Através desses indícios, tornou-se possível reconhecê-las e, assim, afastar-se delas. Por isso, e para isso, lhes fora imposta uma marca exterior bem visível: “[...] Toda mulher honesta, que encontrasse com uma prostituta, podia e devia arrancar-lhe o véu”²⁶⁴. A partir de então, a prostituta deveria usar uma “agulheta de cor viva, caindo do ombro, em sinal de infâmia”. Observa ainda este autor que é só a partir da segunda metade do séc. XIII, que a “meretriz” é reputada como impura, sendo confundida, na exclusão social, com os judeus e os leprosos. E, como eles, ela também contamina. Sendo assim, intencionou-se torná-las algo intocável.

A repressão à prostituição na Idade Média acontece lenta, mas gradativamente ao longo dos anos, tornando-se mais rigorosa, quando conjugada com os desastres naturais. Nesse contexto, as prostitutas foram até mesmo prescritas oficialmente do território urbano. Contra essas mulheres, as palavras de ordem são claras: “não deveis tolerá-las, mas expulsá-las”²⁶⁵. Eis que ocorre, então, um chamamento à população. Mais precisamente, aos “senhores da justiça” e aos responsáveis pela ordem na cidade, que ao chamado acorreram, uma vez que (no caso que nos ocupamos) comungavam com a Igreja do mesmo ideário modernizador e moralizador. Assim, tomavam medidas rigorosas contra aquilo que, a partir de então, passa a figurar como flagelo social: “um após outro, os bordéis desapareceram”²⁶⁶, observa Rossiaud. Contudo, finaliza observando, que a prostituição não se encerra juntamente com as portas dos bordéis. Mas, “tornou-se mais cara, mais perigosa, urdida de relações vergonhosas [...]”. E às prostitutas, foram reservados “a marca, o fusté, o desprezo e o opróbio à sua clientela”²⁶⁷.

3.2 A questão do espaço

Pode-se observar, com relação ao assunto que nos ocupamos, um encaminhamento centrado em parte, na localização que as referidas casas noturnas ocupavam no espaço.

²⁶³ ROSSIAUD, Jacques. *A prostituição na idade média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 61.

²⁶⁴ *Ibid.* p. 61.

²⁶⁵ *Ibid.* p. 61.

²⁶⁶ *Ibidem.* p. 61.

²⁶⁷ *Ibidem.* p. 49.

Palavras de Vettoretti, na época fotógrafo, que fora contratado pela defesa para fotografar o local: “peguei a vegetação, com o objetivo de provar que as casas não faziam parte do perímetro urbano”²⁶⁸. Em análise ao Estatuto Municipal, que trata da Moralidade Pública, constata-se que os proprietários dos estabelecimentos ali denominados “casas de diversões”, são considerados responsáveis pela manutenção da “moralidade e ordem pública” em seus estabelecimentos. Constando do primeiro parágrafo, que a concessão da autorização para o funcionamento, caberia à Prefeitura. Tendo esta, poderes para estabelecer as restrições que julgar convenientes. Neste caso, conforme alguns depoimentos, as referidas casas, “Asa Branca” e “Bico Verde”, estavam situadas em locais afastados do centro da cidade e isoladas de outras edificações. Além disso, “eram escondidas pelas árvores e pela vegetação”²⁶⁹.

Essa observação pode ser entendida no contexto da remodelação do espaço urbano que ora se processava na cidade. Podendo ser reforçada com as palavras ditas por Alvaci da Silva, quando revela que as boates, circundadas por muitas árvores, ali se haviam instalado há muito tempo, e só depois, “bem depois, quando chegou o progresso, é que outros moradores ali chegaram”²⁷⁰. Assim, da mesma forma que a depoente, não estamos certos sobre a questão da invasão do espaço alheio: quem invadiu o espaço de quem? A questão do espaço também foi trabalhada por Velloso. Tendo percebido que a associação entre espaço e identidade cultural, não foi apenas uma reelaboração da ordem dominante, servindo também de referência aos grupos marginalizados.

Ao brigar pelo espaço, esses grupos, na realidade, estavam brigando pelo reconhecimento da própria existência. E, enquanto demarca um espaço, o grupo estabelece a sua diferença em relação aos outros, é dentro desse contexto, “[...] que vai vivificar a idéia de pertencimento ao espaço, onde é clara para o grupo marginalizado a noção do nós e eles.”²⁷¹ Processando-se dessa forma a conquista do espaço, passa necessariamente pela luta, ocorrendo então uma ruptura, convergindo em resistência a uma das metas do projeto

²⁶⁸ VETTORETTI, Amadio. *Palacete Cabral: a casa da cidade: centenário*. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1997.

²⁶⁹ VETTORETTI, Amadio. Amadio Vettoretti: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁷⁰ SILVA, Alvaci da. Alvaci da Silva: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁷¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Estudos Históricos: 1990/1996*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

modernizador, que é a homogeneidade, fato este que o torna inflexível em relação às territorialidades sociais, tornando clara a dimensão social da sociabilidade. E é na continuidade do depoimento de Alvaci da Silva que essa idéia vai se corporificando:

Ah! Mas elas não deixaram barato não. Fecharam as casas, elas se enfeitavam e iam fazer ponto na cidade. Acho que era o jeito delas de protestar. Bom, elas precisavam viver né. Muitas delas, vieram de longe. Lá era a casa, o trabalho delas. E sabe, muitos apoiavam²⁷².

É possível interpretar esses fatos, como uma “desconstrução” da idéia de passividade de algumas camadas populares, mostrando um espírito de luta, união e força, quando obrigadas a enfrentar situações de confronto. A idéia que fizemos sobre o apoio popular, que essas mulheres, de certa forma receberam, pode significar uma identificação de grupos, de iguais que, apesar de diferenciados em sua exclusão, não comungavam do ideal modernizador, plasmado pela elite local, e nele não estavam inseridos.

Vidal argumenta que, enquanto o ordenamento urbano não satisfizer as aspirações e necessidades coletivas do conjunto de cidadãos, e vincular concepções estrangeiras à dinâmica das relações efetivas culturais e identitárias estabelecidas entre os indivíduos e sua terra, a cidade não constituirá um lugar comum para a coletividade urbana.

Enquanto o ordenamento urbano for fruto das elocubrações de salão daqueles que pensam a cidade, ao invés de ser resultado do reconhecimento das aparições, interesses e necessidades daqueles que fazem a cidade dia-após-dia, o discurso sobre esta última, continuará parecendo surrealista, com respeito à vivência cotidiana que se tem dela, e não terá possibilidade alguma de influir sobre seu desenvolvimento²⁷³.

3.3 A participação da elite local, e o efetivo fechamento das casas noturnas.

Apesar da dedicação dispensada ao esclarecimento do “real” motivo que levou ao encerramento das atividades nas casas noturnas de Tubarão, alguns aspectos nos parecem ainda obscuros. O que nos levou à busca de novos indícios, aparentemente “esclarecedores”.

²⁷² SILVA, Alvaci da. Alvaci da Silva: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotilde Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁷³ VIDAL, Rodrigo. A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile: projeto história, cultura e representação. *Revista do Projeto de Estudos de Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC*. São Paulo, 1981.

E, na pista de novos dados, pode-se perceber o envolvimento da elite tubaronense, atuando de maneira decisiva nesse ideal, que fora acima de tudo moralizador. Conforme registros nos processos da Vara Criminal encontra-se documentado um fato que, até hoje, é entendido por muitos como o “estopim”, ou como diz Fermino “o que faltava, para que a Boate Asa Branca fosse definitivamente fechada”²⁷⁴.

Aos 29 de julho de 1963, (com base nos dados do inquérito policial), alguns jovens da sociedade tubaronense, após saírem de um baile no Clube 29 de Julho, dirigiram-se para a boate. Entretanto, quando lá chegaram, encontraram-na já com suas portas fechadas. Isto, os teria aborrecido, levando-os a arrombá-las. E, ato contínuo, a avançar contra a pessoa de D. Tereza, (arrendatária da casa). Esta, gritando por socorro, atraiu a atenção do Sr. Antonio Miguel, proprietário da boate e “amante” da vítima, que desferiu alguns tiros, com o intuito de afugentar os intrusos. Um dos tiros, porém, atingiu um dos jovens, deixando-o ferido gravemente. Ocorreu, todavia, que o jovem atingido era filho de uma das mais tradicionais famílias da sociedade municipal. Nos termos das declarações prestadas pela agredida, alguns detalhes nos chamaram particularmente a atenção. No espaço destinado ao preenchimento de sua profissão, encontra-se “meretriz”. E a acusação refere-se ao acusado Antonio Miguel, como “esse elemento”. Enquanto pede a prisão preventiva do “perigoso elemento”, sem profissão definida, “vivendo às custas das mulheres de vida fácil”. Mas, quando se refere à vítima, João Antonio R. Campelli, o delegado de polícia o faz, como: “o filho do Dr. Luiz Campelli”. Quando informa ao Ministério Público sobre o crime, o delegado utiliza termos como: “pela periculosidade que esta casa de tolerância vem oferecendo aos seus freqüentadores”²⁷⁵. E solicita a sua “equência”, a fim de que a mesma, seja fechada “incontinentemente”, uma vez que seu proprietário, que não fora preso em flagrante, era agora “um fora da lei”, não mais podendo dirigi-la. Alega ainda, que a referida casa tinha contra si, um mandato a ser julgado pelo Tribunal de Justiça, em virtude de ser alvo de litígio entre “essa Delegacia Regional de Polícia”²⁷⁶, e moradores daquela redondeza. E, sendo assim, para evitar uma revolta popular, ocasionando danos e perigos de vida, “o remédio cabível é fechá-la”²⁷⁷.

²⁷⁴ FERMINO, Candida Maria. Candida Maria Fermino: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁷⁵ SILVA, Dirceu da. Dirceu da Silva: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Ibid.

maneira decisiva nesse ideal, que fora acima de tudo moralizador. Conforme registros nos processos da Vara Criminal encontra-se documentado um fato que, até hoje, é entendido por muitos como o “estopim”, ou como diz Fermino “o que faltava, para que a Boate Asa Branca fosse definitivamente fechada”²⁷².

Aos 29 de julho de 1963, (com base nos dados do inquérito policial), alguns jovens da sociedade tubaronense, após saírem de um baile no Clube 29 de Julho, dirigiram-se para a boate. Entretanto, quando lá chegaram, encontraram-na já com suas portas fechadas. Isto, os teria aborrecido, levando-os a arrombá-las. E, ato contínuo, a avançar contra a pessoa de D. Tereza, (arrendatária da casa). Esta, gritando por socorro, atraiu a atenção do Sr. Antonio Miguel, proprietário da boate e “amante” da vítima, que desferiu alguns tiros, com o intuito de afugentar os intrusos. Um dos tiros, porém, atingiu um dos jovens, deixando-o ferido gravemente. Ocorreu, todavia, que o jovem atingido era filho de uma das mais tradicionais famílias da sociedade municipal. Nos termos das declarações prestadas pela agredida, alguns detalhes nos chamaram particularmente a atenção. No espaço destinado ao preenchimento de sua profissão, encontra-se “meretriz”. E a acusação refere-se ao acusado Antonio Miguel, como “esse elemento”. Enquanto pede a prisão preventiva do “perigoso elemento”, sem profissão definida, “vivendo às custas das mulheres de vida fácil”. Mas, quando se refere à vítima, João Antonio R. Campelli, o delegado de polícia o faz, como: “o filho do Dr. Luiz Campelli”. Quando informa ao Ministério Público sobre o crime, o delegado utiliza termos como: “pela periculosidade que esta casa de tolerância vem oferecendo aos seus freqüentadores”²⁷³. E solicita a sua “equência”, a fim de que a mesma, seja fechada “incontinentemente”, uma vez que seu proprietário, que não fora preso em flagrante, era agora “um fora da lei”, não mais podendo dirigi-la. Alega ainda, que a referida casa tinha contra si, um mandato a ser julgado pelo Tribunal de Justiça, em virtude de ser alvo de litígio entre “essa Delegacia Regional de Polícia”²⁷⁴, e moradores daquela redondeza. E, sendo assim, para evitar uma revolta popular, ocasionando danos e perigos de vida, “o remédio cabível é fechá-la”²⁷⁵.

²⁷² FERMINO, Candida Maria. Candida Maria Fermino: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁷³ SILVA, Dirceu da. Dirceu da Silva: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

“mulheres da vida”, além da ofensiva em si, que as casas ofereciam. Na defesa que prestou aos proprietários das casas, o Advogado Rosa salienta que o delegado de polícia tem mandado “elementos desclassificados”, provocarem distúrbios nas “boites”, para que pudesse fazer as novas cargas no sentido de fechá-las. E, o fato de “infelizes criaturas viverem mercadejando seus corpos”, não dá direito a “certos mocinhos da nossa sociedade”, servirem-se das mesmas, humilhando-as, maltratando-as e, por vezes, até deixando de “gratificá-las, após usarem-nas, para saciar suas vontades [...]”²⁸². Quando se procura analisar a função da prostituição na Idade Média, percebe-se que havia também um encargo moral. Pois, de acordo com Rossiaud, sobre ela repousa em parte, a defesa da ordem coletiva. E, as argumentações apresentadas pelos advogados e juristas, insistem nesse ponto: “as mulheres comuns contribuíam para defender a honra das mulheres de status, frente às turbulências dos homens”²⁸³.

Ao abordar a questão da moral relacionando-a aos prostíbulos, José Otávio dá ênfase à rigidez no setor sexual, impregnado da “moral-pauliana”, onde a Igreja exercia severo policiamento dos costumes, o que era complementado pelos homens no interior das casas: “moça que se prezasse não saia sozinha [...]”²⁸⁴. E como resultado de tanta severidade, “proliferavam os bordéis”. Também Perrot, ao discorrer sobre os bordéis na Europa, reforça a tese de funcionalidade, quando então, “a prostituição era encorajada e até mesmo protegida, para responder às necessidades dos adolescentes sexualmente maduros, bem como no combate à homossexualidade masculina, considerada um dos maiores males dessa época”²⁸⁵. Contudo, diz a autora, que no século XVI, as mesmas autoridades que haviam encorajado a prática da prostituição, insurgem-se contra as casas que haviam outrora desempenhado importante função social.

Acusadas “de propagarem a devassidão e a doença, de fomentarem motins e outras formações de ordem pública [...]”²⁸⁶, as prostitutas passaram a constituir uma das classes populacionais ‘criminosas’, destinada a ser eliminada, tanto pelas autoridades civis, como religiosas. Esse policiamento aos costumes, segundo Perrot, teve continuidade no século XIX,

²⁸² ROSA, Aderbal da. Aderbal da Rosa: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁸³ ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na idade média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 130.

²⁸⁴ OTÁVIO, José. João Pessoa: uma cidade do patriarcalismo à urbanização, 1946/55. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 5., 1986, São Paulo, **Anais...** São Paulo: SBPH, 1986. p. 284.

²⁸⁵ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 39.

²⁸⁶ *Ibidem*. p. 39.

quando Estado e Igreja impuseram os seus direitos sobre o corpo. E a sexualidade era considerada um “meio infeliz, para um fim necessário [...]”. Culpada fora do casamento, a paixão sensual tornou-se ainda mais condenável, no interior do matrimônio”²⁸⁷. Além de outros males, pois, contaminados pelo amor terrestre, comprometia-se a capacidade de amar a Deus.

Podemos então inferir que a interferência da Igreja, com respeito à moral e aos bons costumes da população tubaronense, esteve diretamente ligada à nocividade que os referidos bordéis causariam “em suas ovelhas”. Na opinião de Vettoretti, o bispo D. Anselmo era muito rígido, não admitia a existência dessas casas na cidade, agora sede da Diocese. “Pegava mal, né [...]” depois, vieram outros fatores. Tubarão, agora era uma cidade que passava por mudanças. Se transformava. Acompanhava o processo civilizatório”²⁸⁸. Entretanto, Fermino insiste em reafirmar que o encerramento das funções nos bordéis em Tubarão, estava diretamente ligado ao episódio envolvendo os jovens da sociedade tubaronense: “se o bispo condenava, a gente fazia o mesmo. Depois veio aquele crime, aí, não teve mais jeito”²⁸⁹.

Ainda Rossiaud observa que as cidades medievais viam-se agitadas por brutos ataques de moral purificadora, toda vez que eram acometidas por surtos de mortandade ou má colheita. Essas catástrofes impressionavam durante certo tempo a moral coletiva, incitando às mulheres de “má vida” à penitência. Sendo então, “[...] intimadas a abandonar a cidade”²⁹⁰. E os cronistas e burgueses mencionavam essas reações como milagrosas. A esse programa moral, portanto, a prostituição conserva grande importância, não apenas como instituição que protegia às esposas e filhos, mas também “como lugar de penitência terrestre”²⁹¹.

Em estudo feito sobre a incidência de processos judiciais, considerados crimes contra a moral e a honra em Tubarão, (após chegada do primeiro bispo), um significativo crescimento nessa esfera criminal. Dentre os processos pesquisados na Vara Criminal, dos anos de 1960 a 1964 aproximadamente 40% destes trata-se de crime contra a honra, atentado ao pudor, aos

²⁸⁷ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 119.

²⁸⁸ VETTORETTI, Amadio. Amadio Vettoretti: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

²⁸⁹ FERMINO, Candida Maria. Candida Maria Fermino: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.

²⁹⁰ ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na idade média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 50.

²⁹¹ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 39.

costumes, atos libidinosos e ofensa à moral. Bastante freqüente também, é o uso de termos como: “ofensa à moral e à dignidade”. Mesmo em se tratando de casos de agressão física, ou até mesmo, meras discussões.

Exemplificando temos o caso envolvendo um jogador de futebol do time local (Hercílio Luz Futebol Clube), e um radialista que transmitia a partida. Tendo o último registrado queixa contra o atleta, acusando-o de agressão física e moral. A defesa do radialista argumenta pesar contra o réu, o ambiente que freqüenta, pois como colocam é o pior possível. Eis que praticamente mora no baixo meretrício. E, quanto vítima, pode-se dizer que é um rapaz de bem e de bons princípios. Que o acusado é um elemento de péssimo comportamento, tanto que vive quase que completamente afastado da esposa, preferindo a vida no baixo meretrício, em companhia dos piores elementos dessa cidade. A expressão “baixo meretrícios”, conforme constatamos, foi usada para designar uma região da cidade de Tubarão, onde se localizavam as mencionadas boates Asa Branca, e Bico Verde. Local que também era popularmente conhecido como “zona do meretrício”, ou simplesmente, “zona”. A “zona” ou “cinturão negro” que, segundo Perrot, são originários da Paris do séc. XIX, serviu como território de fronteira, sendo utilizada pelos mais diversos tipos de “marginais”, ou seja: tropeiros, boêmios, apalaches e outros. Tendo legado para a posteridade um estigma, e estigmatizado, passaram a ser aqueles que ali habitam: “os moradores da zona são filhos perdidos”²⁹². Ainda atualmente, zona, designa um espaço livre, onde tudo seria permitido. Um lugar marginalizado, em oposição às residências “regulamentadas”²⁹³.

Outro exemplo pode ser dado com o caso da queixa-crime por calúnia, envolvendo dois associados da Rede Ferroviária: o “cidadão”, José Holthausen, acusa a Sebastião Martins de difamá-lo e injuriá-lo. Alega, a defesa do primeiro, que o acusado é fichado na Delegacia de Ordem Política e Social “como comunista”, por constar seu nome da “Ata de Sessão Ordinária do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro de Tubarão”, cujo codinome “companheiro” caracteriza prova mais que robusta.

Podíamos também citar um caso de Atentado ao Pudor. Nele, o acusado, um “retirante”, atentara contra uma menor que sofria de deficiência mental. No relatório que

²⁹² PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 119.

²⁹³ *Ibidem*. p. 119.

encaminhou à Promotoria, o delegado regional de polícia pede a prisão preventiva do acusado, a fim de resguardar a sociedade contra elementos dessa espécie. Salientamos que a importância da análise desses casos reside nos termos usados pelas autoridades competentes, que observava um certo rigor na linguagem, se comparado ao emprego de outros termos nas décadas anteriores. Surpreendentemente, as autoridades parece insurgirem-se mais rigorosas, a cada novo caso, ou, à medida que adentra-se à década de 70, quando houve, também, um percentual mais elevado de condenações. Em conformidade com os parâmetros legais do processo modernizador, deveria diminuir gradativamente o uso recorrente a esses termos, ou ao menos, vê-los substituídos por outros, “mais condizentes” com a nova roupagem que estava ganhando a cidade. Isso nos faz pensar na argumentação de Foucault, quando diz que pode fazer parte dos artifícios modernizadores, o uso de “velhos” termos, para a obtenção do novo. A utilização de “velhas” ferramentas poderia, então, ser útil para a construção de um novo ideário modernizador?

Também Foucault preocupou-se em mostrar como, ao longo do tempo, se formaram domínios de saber, através de práticas sociais já aplicadas. “Estamos historicamente consagrados à História, à paciente construção de discursos sobre discursos, à tarefa de ouvir o que já foi dito”²⁹⁴.

Para Michel de Certeau, as condutas, mesmo que intactas em seu interior, podem se inscrever em outras trajetórias sociais. Mantendo, entretanto, a mesma gama de recursos. Obedecendo a critérios que são classificados segundo as categorias de objetivos que visam atingir. Ocorrendo, assim, uma troca do ideário religioso para a prática funcional: “o que é novo, portanto, é a prática que de agora em diante, faz a religião funcionar a serviço de uma política da ordem”²⁹⁵.

Assim, poderíamos concluir que o projeto de modernizar os espaços pode contar com o apoio das autoridades civis, em forma de um discurso moralizador, visando “salvaguardar”, neste caso, à população local dos males que determinados lugares ou elementos poderiam lhes causar.

Para Certeau, as condutas não se organizam, ou se concretizam à revelia. Mas necessitam, em meio a uma sociedade, de uma força propulsora que as enraízem no seio

²⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 115.

²⁹⁵ *Ibidem*. p. 161.

dessa sociedade, tornando-as imutáveis e eternas, uma vez que se movem, constituindo-se num quadro cristão. “A religião envolve as condutas”²⁹⁶.

3.4 O discurso da imprensa enquanto veículo das modificações

Na tradição renascentista italiana e francesa, o espaço urbano é concebido como paisagem e perspectiva. Cabendo aos agentes transformadores, destacar a importância conferida ao controle e à criação de espaços públicos. Assim, ordenar o espaço urbano consiste em estabelecer as condições necessárias para a passagem da constatação de um futuro desejável e possível, constitui umas das principais justificativas de toda política de ordenamento do território.

No caso da cidade de Tubarão, optamos por trabalhar esse espaço sob a ótica do discurso dos jornais. Isto porque as crônicas jornalísticas se destacam na defesa do embelezamento dos espaços públicos da cidade que, possivelmente, visava garanti-los enquanto espaço destinado ao lazer e à sociabilidade. É identificar, através do que notificavam os jornais, a presença conflitante entre a necessidade de uma concepção coletiva do território, e as múltiplas e complexas expressões localizadas das territorializações de grupos e indivíduos.

Vidal, ao abordar o tema “*A Cidade e seu Território*”²⁹⁷, defende a transformação enquanto apropriação do espaço. Demonstrando que essa combinação não é fruto da representação cultural coletiva, desse espaço, mas sim: “o resultado de uma representação elaborada por alguns membros influentes da coletividade”²⁹⁸. Em qualquer caso, porém, elas não se efetivam sem a presença e a permanência de conflitos.

²⁹⁶ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 161.

²⁹⁷ VIDAL, Rodrigo. A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile: projeto história, cultura e representação. **Revista do Projeto de Estudos de Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC**. São Paulo, 1981. p. 203.

²⁹⁸ VIDAL, Rodrigo. A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile: projeto história, cultura e representação. **Revista do Projeto de Estudos de Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC**. São Paulo, 1981.

Elucidativas são as notícias que recolhemos nos jornais da época trabalhada, quando afirmam ter sido aberto no centro comercial da cidade, um café instalado sem o menor resquício de higiene: “casa velha, assoalho velho, paredes mal pintadas [...]. O boteco em referência é um atentado ao progresso de Tubarão”²⁹⁹. E continuam os cronistas, denunciando que “é um tal de instalar barracos em nossa cidade, que até parecem feitos as pressas no norte do Paraná. Precisa-se proibir o abuso que tanto tem enfeiado A Cidade Azul Tubarão”³⁰⁰.

Não podemos deixar de observar, nas discussões em torno das medidas saneadoras, que a prática destas implicam sugestão de adoção segregacionista, ao dizerem que estas habitações, por não corresponderem aos mais elementares preceitos de higiene, necessitam de uma reforma que possa torná-las habitáveis por seres humanos. “[...] Se isso não for possível, então, torna-se necessário uma providência mais radical: a de induzir os moradores destas, a se mudarem para lugares mais afastados da cidade Tubarão”³⁰¹. Isso parece demonstrar que a proposta de civilizar a cidade avança para além dos limites do projeto concebido, sugerindo o nascimento de uma outra problemática: a delimitação. Ou seja, onde se situa o limite do espaço a ser remodelado?

Essa pode ter sido uma preocupação que começou a ganhar importância, a partir do momento em que os agentes transformadores se deparam com a falta de clareza no estabelecimento de um marco divisório sobre o território que poderia, ou não, ser ocupado por um grupo de indivíduos que, a priori, não fazia parte do ideário modernizador. Isto é, não existia até aquele momento um limite claro, entre espaço urbano e as “zonas” suburbanas.

É possível deduzir que esta precariedade de limites traduz uma débil distinção entre interior e exterior, entre “nós” e os “outros”, podendo significar, também, que as identidades territoriais não estão claramente afirmadas. Ao discorrer sobre o tema da territorialização, Rodrigo Vidal demonstra que o limite urbano intercomunal distingue do suburbano. Chama a atenção que esses limites, mais do que orientar o desenvolvimento da cidade como base numa vontade e num projeto explícitos, consagram a uma situação tendencial existente. Segundo

²⁹⁹ CIDADE azul? *A Imprensa*, Tubarão, n. 1096, 01 jan. 1960. p. 3.

³⁰⁰ *Ibidem*. p. 3.

³⁰¹ *Ibidem*. p. 3.

este autor, um limite “é sempre o produto de uma relação: dividir, demarcar, delimitar, e sempre renunciar”³⁰².

Com relação ao nosso objeto de estudo, percebemos que essa divisão era um marco movediço e instável e, por isso, dificilmente controlável. E que os cronistas seguiam, dando continuidade à tarefa de divulgação das intervenções que se assentavam na cidade, remodelando-a, ampliando-a e, como consequência, aplicavam-se medidas de higienização e saneamento.

Algumas crônicas, enquanto enaltecem a cidade, falando do seu desenvolvimento, criticam os poderes médicos ao expressarem que, em contraste com “todo esse desenvolvimento”, o Centro de Saúde e a própria prefeitura “estão contribuindo para a instalação de espeluncas, antihigiênicas (sic) em todos os setores da cidade”³⁰³. Claro parece estar que o estabelecimento das condições necessárias para se passar da constatação de um futuro provável à construção de um futuro desejável, constituiu uma das principais justificativas de toda política de ordenamento do território.

3.5 A transformação enquanto estratégia e exercício de dominação sobre o conjunto do território

Através da análise das crônicas jornalísticas, pudemos verificar, ainda, uma flagrante incapacidade dos agentes transformadores em lidar com a questão da falta de interesse da população “que não se interessa pelas coisas da cidade”³⁰⁴, faltando-lhes, “espírito público”, seguindo alheia às mudanças e aos emblemas da “razão”, pois, se a prefeitura arborizou a cidade, a população destruiu quase tudo o que foi plantado, “dando mostras de evidente desprezo pela própria terra”³⁰⁵. E, se foi fundada a guarda noturna, que acabou de vez com os furtos que havia, “negaram seu apoio em dinheiro, trabalho e ordem, comprometendo a

³⁰² VIDAL, Rodrigo. A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile: projeto história, cultura e representação. *Revista do Projeto de Estudos de Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC*. São Paulo, 1981. p. 203.

³⁰³ PROBLEMA crônico: os esmoleiros. *A Imprensa*, Tubarão, 28 jun. 1962. p. 2.

³⁰⁴ *Ibidem*. p. 2.

³⁰⁵ PROBLEMA crônico: os esmoleiros. *A Imprensa*, Tubarão, 28 jun. 1962. p. 2.

limpeza das ruas”³⁰⁶. Pois além de não se engajarem na manutenção da ordem, “muitos colocam o lixo em vias públicas”, promovendo a desordem e o caos.

Já mais clara, aparece agora, uma idéia de perfectibilidade, engendrando-se nas tramas da própria cidade, imprimindo no espaço urbano, o desejo de uma cidade limpa, organizada e livre das presenças de personagens que insistiam em existir numa cidade que se pretendia perfeita, em conformidade com as práticas culturais que estavam sendo constituídas naquele momento. Assim, no constituir desse projeto modernizador, vão se infiltrando através de fissuras do poder, aqueles que Perrot por certo incluiria entre os seus “Excluídos da História”³⁰⁷. E os cronistas tubaronenses denominaram “problema crônico”. Isto é, os esmoleiros. Gente de toda parte pedindo esmolas. “E como são desavergonhados. Deus do Céu! Faz-se necessário que previnamos o futuro a fim de não termos que contar em breve, com uma chuva de vagabundos [...]”³⁰⁸.

Em seu artigo, intitulado: “*Negros, loucos negros*”, a professora Maria Luiza Carneiro observa que múltiplas são as dimensões significativas do mundo marginal, onde as marcas, que pesam como estigmas, “se entrecruzam, envolvendo, numa só trama, o mendigo, o louco, o negro, o leproso, o desajustado, a prostituta”³⁰⁹. Estes personagens, de vítimas foram transformados “em perigos, ameaças e classificados na nova sociedade como desviantes”³¹⁰. A idéia da topologia dos desvios parece ter passado para a praticabilidade, na esfera da nova ordem que impera na cidade “sede da Diocese”. Onde os tubaronenses são conclamados a cooperar nesta medida de saneamento e limpeza da cidade: “Não dê esmolas [...]! Pois, assim fazendo, estaremos contribuindo para a tranquilidade futura”³¹¹.

De acordo com Carneiro, tais indivíduos passam a ser rotulados como “portadores de desvios”, não condizentes com o modelo almejado e imposto pelo grupo dirigente, à frente da manutenção da ordem. Enquanto seguem com seus discursos progressistas, os jornais vão dando destaque ao surgimento das instituições sociais, como é o caso do Centro Cultural

³⁰⁶ Ibidem. p. 2.

³⁰⁷ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 94.

³⁰⁸ PROBLEMA, op. cit., p. 2.

³⁰⁹ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. Negros, loucos negros. **Revista da USP**, São Paulo, n. 18, p. 144-151, jun/ago. 1993. p. 146.

³¹⁰ Ibidem. p. 146.

³¹¹ PROBLEMA, op. cit., p. 2.

Beneficente “Francisco Medeiros”, que ganha importante espaço na coluna jornalística em sua inauguração. Ou, quando falam sobre os “novos caminhos”, homenageando as catequistas como: “heroínas, pois, catequizar quer dizer evangelizar, que quer dizer divinizar, e divinizar quer dizer salvar”³¹². Observando que estas catequistas “são as maiores benfeitoras de nossa cidade [...]”³¹³.

Dentro dessa perspectiva, Carneiro entende que a proliferação das instituições de caridade, asilos e prisões, funcionam como entidades normatizadoras, mantendo, em seus espaços, tidos como apropriados, “as categorias desclassificadas e perigosas”³¹⁴ à nova ordem instituída. E é também nesse sentido que as crônicas jornalísticas dão continuidade à evidência da incompreensão das dinâmicas urbanas, que parecem incapazes de fazer respeitar os regulamentos, leis, e normas concebidas, para materializar as propostas ordenadoras, a ineficácia dos discursos sobre a cidade almejada, a incoerência entre políticas propostas e recursos disponíveis para realizá-los. Enfim, um fosso de desnível entre as concepções territoriais dos grupos no poder e as da população.

Uma nota, em especial, parece confirmar a “gravidade da situação”. E, segundo as vozes acadêmicas, “temos problemas por demais complexos frente ao nosso nariz. Por que aumentá-los com a ralé que transborda desfibrada e maluca? Por quê?”³¹⁵.

Vidal responderia que, enquanto o ordenamento urbano não satisfizer as aspirações e necessidades coletivas do conjunto de cidadãos; enquanto este ordenamento, “veicular concepções territoriais estrangeiras à dinâmica das relações afetivas, culturais e identitárias, estabelecidas entre os indivíduos e sua terra, [...] a cidade não constituirá um lugar para a coletividade urbana”.

É fato que os personagens excluídos aparecem em cena, através de fissuras na ordem, que escapa ao controle do poder estabelecido, vindo se constituir naquilo que Perrot denominou “cinturão negro”: “Este, aqui e lá, ontem e hoje, cerca a cidade, inquietando a burguesia, que reclama em alto brado o saneamento do lugar”³¹⁶.

³¹² PROBLEMA crônico: os esmoleiros. *A Imprensa*, Tubarão, 28 jun. 1962. p. 3.

³¹³ *Ibidem*. p. 3.

³¹⁴ CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. Negros, loucos negros. *Revista da USP*, São Paulo, n. 18, p. 143, jun/ago. 1993. p. 146.

³¹⁵ PROBLEMA, *op. cit.*, p. 3.

³¹⁶ PERROT, Michelle, DUBY, Georges. *História das mulheres no ocidente: do renascimento à idade moderna*. São Paulo: Afrontamento, 1991. v.3. p. 119.

Esses “intrusos”, parece, ter realmente marcado presença no espaço denominado “centro” de Tubarão. A julgar pelos trabalhos do artista Zumblick³¹⁷, quando dedica a esse contingente, uma de suas telas. Quem eram? O que queriam? “Geralmente eram pessoas pobres, retirantes. Queriam estar ali”³¹⁸, responde Zumblick. “Circular livremente, parar em qualquer lugar [...]. São condutas coletivas na Paris do séc XIX”³¹⁹, diz Perrot observando, a espantosa capacidade desses indivíduos em utilizar os terrenos baldios, ou até mesmo, os locais construídos como seus “espaços”. Opondo assim, uma surda resistência à progressiva delimitação de espaços funcionais: “esse povo [...], tem o sentimento muito forte de que os espaços públicos lhes pertence”³²⁰.

Assim, deu-se em Tubarão, a exemplo de outros centros maiores, a afluência de migrantes atraídos pela oportunidade de ganho, ou até mesmo, como perspectiva de ascensão social. E, apesar de uma evidente rejeição, quase que “xenofóbica” em relação à migração, evidenciada nas crônicas sociais que denunciam as levas de seres humanos vindos não se sabe de onde, mas com certeza, “entulhos e escombros vivos. [...] Eis, o que nos vem de presente”³²¹. Desta forma atuam os agentes transformadores, enquanto conclamam as autoridades municipais para evacuar os “barracos”, que tanto “nos desmoraliza perante os visitantes”³²².

Entretanto, também aqui a visão que esses “retirantes” concebiam da cidade, por certo, era bem diferente daquela pregada pelos organizadores da nova cidade. Pois, apesar das manifestações contrárias, a vinda dessa população acontecia porque, segundo Vettoretti, “eram teimosos. Isso porque apesar de ostentar o status de pólo regional, a realidade econômica do município era bem diversa: não tínhamos indústria, empregos [...]”³²³. Deduz-se das palavras do historiador, que esses sujeitos “sociais”, que ali aportavam, sempre em busca de novas oportunidades, se deparavam com uma realidade muitas vezes pior que aquela

³¹⁷ Willy Zumblick é artista plástico, seus trabalhos encontram-se expostos na Casa da Cultura-Pinacoteca em Tubarão.

³¹⁸ ZUMBlick, Willy. Willy Zumblick: depoimento [mar. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2001.

³¹⁹ PERROT, op. cit., p. 118.

³²⁰ Ibidem. p. 215.

³²¹ PROBLEMA crônico: os esmoleiros. *A Imprensa*, Tubarão, 28 jun. 1962. p. 3.

³²² Ibidem. p. 3.

³²³ VETTORETTI, Amadio. Amadio Vettoretti: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.

que deixaram para traz, vindo então, a engrossar as estatísticas de esmoleiros e a habitar “qualquer lugar”.

A afluência de uma classe inferiorizada para as cidades, já se dava na Europa do século XIX, conforme demonstram os estudos realizados por Perrot. Essa camada, desprovida daquilo que se convencionou chamar social, parece realmente ter encontrado ali o seu lugar, já que, “não pretendem mais partir, [...] Eles preferem sofrer do que ir embora”³²⁴.

Esse apego ao espaço conquistado foi entendido pela historiadora francesa como uma necessidade que essa população tem de estar na cidade, aberta, sem fronteiras, ou seja: “estar no centro, circular e utilizar livremente o espaço público”³²⁵. Pois os excluídos não se incomodam de incomodar. São capazes, até mesmo, de aceitar a desordem na ordem pregada. Mas, eles querem estar ali, no centro, pois é ali que está o poder, então, é ali que as coisas acontecem. Assim, ali permanecem, indiferentes à exclusão, aos problemas que causam aos agentes transformadores. E, apesar de recolhidos pelas autoridades e pelas “pessoas caridosas, eles sempre voltavam”³²⁶, disse Zumblick.

De acordo com outros depoimentos, foi nessa época (1968) que começaram a ser criadas na cidade, algumas áreas destinadas à construção de casas populares. Contudo, localizavam-se nos lugares mais afastados do centro da cidade. Sendo até hoje, referenciadas como lugar de “gente pobre”, “marginais”.

Não podemos deixar de observar, na verificação de antigos documentos na Prefeitura Municipal, uma super valorização dos lotes situados no centro da cidade. Por outro lado, os lotes nos Bairros Divinéia, Recife, e outros periféricos, eram anunciados com preços bastante acessíveis, e, até mesmo, em forma de doações, destinadas às “pessoas carentes” e/ou, de “baixa renda”. Sendo possível concluir em concordância com D’ Matta que, para ver expressada, de que forma se processa a demarcação espacial, basta conferir a expressão brasileira ‘centro da cidade’, e também, a conotação negativa do outro espaço, o suburbano, querendo dizer: sub-urbano.

³²⁴ PERROT, Michelle, DUBY, Georges. **História das mulheres no ocidente: do renascimento à idade moderna**. São Paulo: Afrontamento, 1991. v.3. p. 122.

³²⁵ Ibidem. p. 122.

³²⁶ ZUMBLICK, Willy. Willy Zumblick: depoimento [mar. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2001.

[...] O espaço é demarcado quando alguém, estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro. Mas, nada pode ser tão simples assim, porque é preciso explicar, de que modo as separações são feitas, e como são legitimadas e aceitas pela comunidade da propriedade privada, e suas origens [...] Mas, posso dizer que, tanto o tempo quanto o espaço, são invenções sociais³²⁷.

Dessa forma, podemos observar que a remodelação do espaço na cidade de Tubarão ocorreu, a exemplo de outras cidades, através de conceitos adotados e aplicados sob os signos da higiene, da medicalização, do zelo à moral, às condutas, à preservação dos bons costumes; do incentivo à estética, ao belo e, por outro lado, a rejeição a tudo aquilo que não fazia parte do programa remodelador. Contudo, tal processo pode também ser entendido como singular, se considerarmos que o início das transformações vem coincidir com a chegada do primeiro bispo à cidade.

É importante lembrar, que a elite de Tubarão foi mentora do projeto Diocese. E todo projeto remodelador de espaços parece passar, necessariamente, pela iniciativa da nova burguesia, que almejou implantar em solo brasileiro o modelo europeu. Essa elite, de acordo com Serpa, plasmou e, de alguma forma, implementou tal projeto, somente se tornou possível, graças a uma aliança celebrada com a Igreja, passando então, este novo fenômeno urbano, a constituir importante área de interesse para a atuação da Igreja que fará disso, segundo D' Matta, "uma de suas marcas [...]"³²⁸. E foi assim, no bojo dessa urbanização, que os propósitos positivistas foram plantados e colhidos, enquanto impunha-se, segundo Novaes, "uma nova missão: a de moldar o pensamento, o comportamento [...]. E, em última análise, o caráter das gentes"³²⁹.

³²⁷ D'MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 132.

³²⁸ Ibidem. p. 132.

³²⁹ NOVAES, Fernando. **História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3. p. 329.

Dessa forma, podemos observar que a remodelação do espaço na cidade de Tubarão ocorreu, a exemplo de outras cidades, através de conceitos adotados e aplicados sob os signos da higiene, da medicalização, do zelo à moral, às condutas, à preservação dos bons costumes; do incentivo à estética, ao belo e, por outro lado, a rejeição a tudo aquilo que não fazia parte do programa remodelador. Contudo, tal processo pode também ser entendido como singular, se considerarmos que o início das transformações vem coincidir com a chegada do primeiro bispo à cidade.

É importante lembrar, que a elite de Tubarão foi mentora do projeto Diocese. E todo projeto remodelador de espaços parece passar, necessariamente, pela iniciativa da nova burguesia, que almejou implantar em solo brasileiro o modelo europeu. Essa elite, de acordo com Serpa, plasmou e, de alguma forma, implementou tal projeto, somente se tornou possível, graças a uma aliança celebrada com a Igreja, passando então, este novo fenômeno urbano, a constituir importante área de interesse para a atuação da Igreja que fará disso, segundo D' Matta, “uma de suas marcas [...]”³²⁶. E foi assim, no bojo dessa urbanização, que os propósitos positivistas foram plantados e colhidos, enquanto impunha-se, segundo Novaes, “uma nova missão: a de moldar o pensamento, o comportamento [...]. E, em última análise, o caráter das gentes”³²⁷.

³²⁶ D'MATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 132.

³²⁷ NOVAES, Fernando. *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3. p. 329.

CONCLUSÃO

A relevância do trabalho reside na realização de outra leitura da questão que envolveu a instalação da Diocese de Tubarão, partindo do fato de que, até então, a única versão que se apresenta é repassada pelo clero local.

É interessante observar que a visão eclesiástica evidencia o fato da implantação desta Diocese como obra divina. Padre Biff³²⁸ diz que “a Diocese de Tubarão foi uma coisa tão grandiosa, tão nobre, que não se pode ser atribuída apenas à vontade e obra humana. A Diocese de Tubarão foi uma bênção de Deus, para os homens”. Isto lembra que, dentro da perspectiva abordada por Chauí, “o poder faz sua própria história, cria as situações e determina os fatos. Uma diferença entre a cultura que o povo possui e as elites, caracterizadas como autoritárias [...] pede explicações, pois exige que indagamos qual sua natureza”³²⁹.

Objetivamos então, direcionar a investigação por caminhos ainda não trilhados, visando a apresentar uma leitura possível do tema em questão. Assim, coube-nos observar o tecido social relativo ao tema, como se o fizéssemos através de lentes de aumento, visualizando as diversas que constituem o que, a princípio, se apresenta de forma homogênea.

A análise deste episódio, a partir da versão do clero local, exigiu, portanto, a separação dos diversos fios que compunham toda uma trama, a fim de que se tornasse possível uma nova leitura.

Através do que foi estudado, podemos considerar que:

³²⁸ BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996] Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da fumaça: [s. n.]. 1996.

³²⁹ CHAUI, Marilena de Sousa. *Cultura e democracia: o discurso o discurso competente e outras falas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

- Houve uma disputa entre os municípios de Tubarão e Criciúma pela sede da diocese, e Tubarão foi escolhido pela Santa Sé, provocando reações antagônicas por parte de Criciúma;
- na década de 50, do século XX, Tubarão reunia condições sócio-econômicas e políticas que, além de transformá-lo em pólo regional, possibilitaram maior capacidade de pressão sobre os que tinham poder para decidir sobre o destino da Diocese;
- a elite tubaronense era tradicionalmente católica, enquanto que em Criciúma havia uma grande quantidade de maçons entre suas lideranças. Soma-se ainda a força da representação sindical, associada aos ideais do Comunismo que exerciam uma influência acentuada sobre os trabalhadores das minas de carvão. Portanto, posições ideológicas antagônicas às da Igreja Católica da época, ciosa por agradar os interesses do estado, podem ter influenciado na escolha de Tubarão;
- uma vez instalada a Diocese em Tubarão, uma remodelação de condutas passou a ser realizada. O bispo, utilizando os membros do clero nas homilias das missas dominicais e os agentes judiciais, desencadeou uma campanha moralizadora que teve como alvo principal as denominadas “zonas de meretrício”. Além disso, o espaço urbano começou a ser higienizado, através de ampla campanha na imprensa, houve pressão sobre os poderes públicos no sentido de tomar providência para que a cidade adquirisse um aspecto mais adequado a nova situação.

No entanto, as mudanças na conjuntura econômica e política deram início ao declínio de Tubarão cuja movimentação sustentava-se na iniciativa estatal. Criciúma, por sua vez, com forte tradição nos empreendimentos privados, foi, gradativamente, assumindo a liderança regional. A Diocese de Criciúma, neste contexto, foi criada em 1999, desmembrando-se da Diocese de Tubarão sem disputas ou traumas.

REFERÊNCIAS ORAIS

1. ALANO, Ana Maria. Ana Maria Alano: depoimento [mar. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.
2. ALTHOFF, Ruth. Ruth Althoff: depoimento [set. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.
3. BALLESTRO, João. João Ballestro: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
4. BARRETO, Argemiro Manique. Argemiro Manique Barreto: depoimento [ago. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
5. BELLOLI, Mário. Mário Belloli: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
6. BENSEN, José Artulino Besen: depoimento [mai. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Florianópolis: [s. n.], 1996.
7. BIFF, Claudino. Claudino Biff: depoimento [abr. 1996]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Morro da Fumaça: [s. n.], 1996.
8. CAMPELLI, Maria Tereza. Maria Tereza Campelli: depoimento [out. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.
9. CECHINEL, Custódia. Custódia Cechinel: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
10. DAL FARRA, Maria. Maria Dal Farra: depoimento [set. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
11. DARÓS, Donato. Donato Darós: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.
12. FEIJÓ, Manoel Antônio. Manoel Antônio Feijó: depoimento [jul. 1997]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Imaruí: [s. n.], 1997.

14. FELICIANO, Jorge. Jorge Feliciano: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
15. FERMINO, Candida Maria. Candida Maria Fermino: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.
16. GAIDZINSKI, Otávia Burigo. Otávia Burigo Gaidzinski: depoimento [jun. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
17. GHIZZONI, Raimundo. Raimundo Guizzoni: depoimento [fev. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.
18. LACOMBE FILHO, Carlos Ernesto. Carlos Ernesto Lacombe Filho: depoimento [mai. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
19. MARQUES, Agenor. Agenor Marques: depoimento [jul. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Urussanga: [s. n.], 2001.
20. ROCHA, Milton. Milton Rocha: depoimento [set. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.
21. ROSA, Aderbal da. Aderbal da Rosa: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.
22. SILVA, Adalberto da. Adalberto da Silva: depoimento [nov. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.
23. SILVA, Alvaci da. Alvaci da Silva: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.
24. SILVA, Dirceu da. Dirceu da Silva: depoimento [jul. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.
25. SOUZA, Maria Ruth Althoff de. Maria Ruth Althoff de Souza: depoimento [nov. 1999]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 1999.
26. VERDIERE, Raimundo. Raimundo Verdiere: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
27. VETTORETTI, Amadio. Amadio Vettoretti: depoimento [dez. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2000.
28. WASMIEWSKI, Maria Luiza. Maria Luiza Wasmiewski: depoimento [jul. 2000]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Criciúma: [s. n.], 2000.
29. ZUMBLICK, Willy. Willy Zumblick: depoimento [mar. 2001]. Entrevistadora: Delotide Cristina Flores Soratto. Tubarão: [s. n.], 2001.

REFERÊNCIAS

1. BACZCO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaud**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1.
2. BASBAUN, Leôncio. **História sincera da República**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. v. 3.
3. BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
4. BELLOLI, Mário; PIMENTEL, José. **Mini biografia de um pioneiro: Marcos Rovaris**. 2. ed. Criciúma: TipoArte, 1980.
5. BESEN, José Artulino. **Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Florianópolis: IOESC, 1979.
6. BIFF, Claudino. **Crônicas da diocese de Tubarão**. Tubarão: Coan, 1997.
7. BOATEUX, Lucas Alexandre. **Notas para a história catarinense**. Florianópolis: Moderna, 1930.
8. BOATEUX, Lucas A. **História de Santa Catarina**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.
9. BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento catarinense**. Florianópolis : UFSC, 1981.
10. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: USP, 1998.
11. _____. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand, 1998.
12. CAMARGO, Aspásia Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo; Difel, 1983. p. 143-146
13. CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. Negros. loucos negros. **Revista da USP**, São Paulo, n. 18. p. 144-151, jun/ago. 1993.

14. CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.
15. CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
16. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
17. CHAUI, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
18. CIDADE azul? **A Imprensa**, Tubarão, n. 1096, 01 jan. 1960. p. 3.
19. COMISSÃO parlamentar de inquérito do carvão, lei 1379. **Tribuna Criciúmensis**, Criciúma, 18 mar. 1953. p. 3.
20. COMISSÃO Pró-Bispado de Tubarão. **Ofício à Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis, 05 mar. 1954.
21. COMISSÃO Pró-Diocese de Tubarão. **Ofício resposta à nunciatura Apostólica de Curitiba**. Florianópolis, 1955.
22. CRESCIUMA: a cidade do futuro. **A Imprensa**, Tubarão, n. 811, 12 out. 1954.
23. CURIA Diocesana de Florianópolis. **Ofício endereçado ao Prefeito de Tubarão**. Florianópolis, 16 mar. 1954.
24. _____. **Ofício ao gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados, Nereu Ramos**. Florianópolis, 03 mar. 1954.
25. D'MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
26. ENCONTRO rotariano: Criciúma, um exemplo a ser seguido. **A Imprensa**, Tubarão, n. 732, 01 mai. 1950. p. 1.
27. FLAGRANTE. **A Imprensa**, Tubarão, 11 out. 1954. p. 5.
28. FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 1994
29. _____. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
30. _____. **Vigiar e punir: história da violência das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1977.
31. GABINETE do Presidente da Câmara dos Deputados. **Ofício resposta**. Rio de Janeiro, 16 mar. 1954.
32. GABINETE do Governador do Estado. **Ofício ao Arcebispo Dom Joaquim**. Florianópolis, 19 abr. 1954.

33. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
34. GOVERNO de Santa Catarina, concede ajuda à criação da diocese de Tubarão. **A Gazeta,** Florianópolis, 21 abr. 1954. p. 3.
35. HUBOLT, Frederico. **Ofício do Vigário Geral de Tubarão à Arquidiocese de Florianópolis.** Florianópolis, 10 set. 1954.
36. JOAQUIM, Dom. **Ofício à Presidência da Câmara dos Deputados.** Florianópolis, 19 abr. 1954.
37. LAQUEUR, Thomas. **Corpos, detalhes e narrativa humanitária.** In: HANT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
38. MARTINS, Manoel de Oliveira. **Imbituba: história e desenvolvimento.** 2. ed. Criciúma: Ribeiro, 1979.
39. MERECIDA homenagem. **Tribuna Criciumense,** Criciúma, 23 abr. 1953. p. 3.
40. _____. **A Imprensa,** Tubarão, 12 abr. 1940. p. 2.
41. NASPOLINI FILHO, Archimedes. **Criciúma 70 anos: 1025 – 1995: ensaio para a sua história política administrativa.** Criciúma: Ed. do Autor, 1995.
42. NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina: 1917 – 1954.** 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.
43. NOVAES, Fernando. **História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio.** São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.
44. NUNCIATURA Apostólica de Curitiba. **Ofício aos municípios candidatos à sede da Diocese.** Florianópolis, 1955.
45. NUNCIATURA Apóstolica do Rio de Janeiro. **Ofício à Arquidiocese de Florianópolis.** Florianópolis, 04 mar. 1954.
46. OTÁVIO, José. João Pessoa: uma cidade do patriarcalismo à urbanização, 1946/55. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 5., 1986, São Paulo, **Anais...** São Paulo: SBPH, 1986.
47. PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
48. _____.; DUBY, Georges. **História das mulheres no ocidente: do renascimento à idade moderna.** São Paulo: Afrontamento, 1991. v. 3.
49. PESAVENTO, Sandra Jalaly. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

50. PETERS, Bernardo. **Ofício á Arquidiocese de Florianópolis**. Florianópolis, 23 mar. 1955.
51. PIAZZA, Walter; HUBBENER, Laura. **Santa Catarina história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1997.
52. PROBLEMA crônico: os esmoleiros. **A Imprensa**, Tubarão, 28 jun. 1962. p. 2.
53. RECEPÇÃO do primeiro bispo da diocese de Tubarão. **Diário do Sul**, Tubarão, 15 ago. 1955, Suplemento Especial. p. 9.
54. REPRESSÃO política foi mais forte no sul de Santa Catarina. **Diário do Sul**, Tubarão, 13 dez. 1998. p. 3.
55. ROSSIAUD, Jacques. **A prostituição na idade média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
56. SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997.
57. SPINDEL, Arnaldo. **O que é comunismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
58. VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. In: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Estudos Históricos: 1990/1996** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.
59. _____. **História de Tubarão: das origens ao século xx**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1992.
60. _____. **Palacete Cabral: a casa da cidade: centenário**. Tubarão: Prefeitura Municipal, 1997.
61. VIDAL, Rodrigo. A cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile: projeto história, cultura e representação. **Revista do Projeto de Estudos de Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC**. São Paulo, 1981.
62. VOLPATO, Terezinha Gascho. **A pirita humana: a vida dos mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.
63. WERNET, Augustin. **A igreja paulista no séc. XIX**. São Paulo: Ática, 1987.
64. ZACARIAS, Manif. **Minha Criciúma de ontem**. 2. ed. Criciúma: Líder, 1999.
65. ZUMBLICK, Walter. **Tereza Cristina: a ferrovia do carvão**. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1987.
66. _____. **Este meu Tubarão...!** Tubarão: Gráfica Auxiliar, 1992.